

Caderno de Propostas

Volume Detalhado

Sugestões de Emendas
Parlamentares OGU 2023



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

FICHA TÉCNICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS

Secretária: Patrícia Kotlinski

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Carginin

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Diretora: Carmen Juçara da Silva Nunes

Diretor Adjunto: Fernando Boklis

Coordenadora do Caderno: Daiane dos Santos Allegretti

Equipe técnica: Aida Dresseno da Silveira • Alberto Marcos Nogueira • Ana Laura Ferrandin (estagiária de Economia) • Bruno Jubran • Carlos Eduardo Grings • Carmen Juçara da Silva Nunes • Cristine Lima Maciel Pretzel • Daiane dos Santos Allegretti • Fernanda Costa Corezola • Fernando Boklis • Fernando Maya Mattoso • Luis Napoleão Zettermann • Luiz Roberto Franco Garcia • Marcio Roberto Teixeira • Mauro Braz dos Santos • Olavo Mengue Junior (estagiário de Relações Internacionais) • Raquel Ditz Ribeiro • Ricardo Leães • Rodrigo Santos da Silva • Rosane Lucas da Silva Rodrigues • Thais Rezende Machado (estagiária de Políticas Públicas)

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: Claiton Magalhães

Projeto gráfico: Laiz Flores Oliveira • Priscila Barbosa Ely

COLABORAÇÃO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO

Diretor: Vinicius Piccini

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Diretora: Juliana Feliciati Hoffmann

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Diretor: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO DE TIC

Diretor: Jeferson Rech Padilha

PAINEL ONLINE: Lucas de Maman Benz



Senhoras Deputadas e Senhores Deputados e Senadores,

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem, respeitosamente, apresentar um conjunto de propostas para avaliação de Vossas Excelências quanto à possibilidade de incluí-las entre as emendas que apresentarão para compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para 2023.

Neste Caderno de Propostas encontram-se ações previamente qualificadas, exequíveis e tecnicamente analisadas. A sua execução em regime de cooperação com a União e com a parceria da Bancada gaúcha no Congresso Nacional é de elevado interesse, pois seguramente produzirão resultados céleres e importantes para o desenvolvimento econômico e social de nossas comunidades.

Ao unir esforços e recursos, promoveremos melhores dias para a população gaúcha. Em parceria, é possível trilhar um caminho viável de fomento à competitividade de nossa economia e de melhoria das infraestruturas sociais, rumo a um novo ciclo de prosperidade sustentável em nosso Estado, sem ferir direitos.

Agradeço a atenção dos Senhores e das Senhoras a cada uma dessas propostas e coloco os Titulares das nossas Secretarias, juntamente com o corpo técnico, à disposição para mais esclarecimentos.

Ranolfo Vieira Júnior,
Governador do estado do Rio Grande do Sul.

APRESENTAÇÃO

Este Caderno de Propostas traz opções de ação conjunta em políticas públicas entre o Estado do Rio Grande do Sul e a União.

Pedimos que essas ações sejam analisadas e consideradas para destinação de recursos por meio das emendas que Deputados, Deputadas e Senadores apresentarão para compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para 2023.

Organizado pela equipe do Departamento de Captação de Recursos da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DECAP/SPGG), com a colaboração da Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais (SERFI), o Caderno é composto por propostas elaboradas por técnicos de Secretarias estaduais. Ele também está disponível em <https://planejamento.rs.gov.br/planejamento>.

Destaca-se que, antes de compor o Caderno, as propostas passaram por um processo prévio de qualificação e avaliação de viabilidade, realizado por técnicos da SPGG. Desse esforço, resultaram propostas que seguramente contribuem para o desenvolvimento econômico e social de nossa população, em consonância com os objetivos e as metas estabelecidos no PPA federal.

Com vistas a uma execução mais célere e para que os resultados sejam rapidamente percebidos pela população, a SPGG também irá auxiliar os órgãos a planejar detalhadamente e gerenciar a execução daquelas propostas que receberem recursos via emendas parlamentares individuais, de bancada, de comissão ou de relator, tanto por meio de instrumentos como convênios, contratos de repasse e termos de compromisso ou, no caso das individuais, na nova modalidade de transferências especiais. Ressaltamos que estão destacadas no item “Aspectos relevantes” as propostas que são indicadas para transferência especial.

O Governo do Rio Grande do Sul, por meio do Titular do órgão que preparou cada proposta, fica à disposição para esclarecimentos. Na ficha detalhada das propostas há dados dos técnicos responsáveis, que também poderão ser contatados. A SERFI e a SPGG ficam igualmente à disposição, podendo sanar dúvidas e questionamentos.

Esperamos, com essa ação, fortalecer a necessária e sempre salutar articulação entre o Executivo Estadual e a Bancada Gaúcha no Congresso Nacional, em prol de projetos que trazem impactos positivos para a população.



Patrícia Kotlinski

Secretária de Relações Federativas e Internacionais



Secretário de Planejamento, Governança e Gestão



Cidadania e Assistência Social.....	6
Desenvolvimento Regional.....	27
Educação	48
Saúde	61
Segurança Pública	120
Trabalho e Desenvolvimento Econômico.....	343



Cidadania e Assistência Social

- 1172 CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DA EEEF TOM JOBIM - NO COMPLEXO DA FASE-RS NA VILA CRUZEIRO EM PORTO ALEGRE
- 1188 BRINCANDO COM ESPORTE
- 1193 PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PADRÃO
- 1219 POLITICA DE ATENÇÃO A PCTEA - IMPLANTAÇÃO DE SALA SENSORIAL E SERVIÇO DE EQUOTERAPIA NA FADERS
- 1227 HABITAÇÃO CIDADÃ - I
- 1235 HABITAÇÃO CIDADÃ - II
- 1241 A CASA É SUA



Nº	PROJETO
1172	CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DA EEEF TOM JOBIM - NO COMPLEXO DA FASE-RS NA VILA CRUZEIRO EM PORTO ALEGRE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Neusa Martins Marques	51 39016821	neusa-marques@fase.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Construção de um Ginásio Poliesportivo vinculado à Escola Estadual de Ensino Fundamental Tom Jobim, para atendimento dos adolescentes dos Centros de Atendimento Socioeducativos da FASE/RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
46	R\$ 1.547.000

OBJETIVO
Aprimorar a integração social do adolescente, por meio da prática de esportes, bem como oferecer melhorias no eixo esporte, cultura, lazer, saúde, convivência familiar e comunitária, para que a internação resulte em uma melhor ressocialização do adolescente e consequente redução da sua reincidência em atos infracionais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A falta da prática de esportes compromete a saúde dos adolescentes internos nos diversos aspectos: físico, social e psicológico. Por estarem internados, os adolescentes passam por longos períodos confinados sem desenvolverem exercícios físicos e, conseqüentemente, sem estímulo do cérebro, músculos e na integração com os demais internos. A baixa oferta de atividades físicas pode ocasionar graves problemas de saúde, como a depressão, ainda mais em adolescentes que estão em pleno desenvolvimento, o que prejudica o alcance do principal objetivo da medida socioeducativa - a ressocialização do adolescente.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O 1º Seminário de Avaliação de Implementação do SINASE, realizado pelo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2021, apontou que somente 32,5% das unidades socioeducativas no Brasil e 26,7% na região Sul oferecem atividades internas de esporte e lazer aos socioeducandos. E que somente 32% das unidades no Brasil e 38% das unidades na região Sul oferecem atividades externas de esporte e lazer aos seus socioeducandos. Segundo Cesário, Rocha e Rocha (2018, p.11) ¹ , "A saúde dos adolescentes internados torna-se comprometida com a falta de esporte, nos diversos requisitos, tanto no físico, quanto no social e psicológico, pois os adolescentes passam por longos períodos confinados, sem desenvolver exercícios físicos e por consequência a desestimulação do cérebro, podendo ter graves problemas de saúde, e sua internação não alcançar o principal objetivo." A ausência do ginásio poliesportivo dificulta, além da prática de esportes em dias chuvosos, a realização de eventos esportivos, como é o caso do INTERCASEs, torneio de futebol que envolve os internos de todos os CASEs do estado. Por consequência, este torneio tem de ser realizado em parceria com o Sport Club Internacional de Porto Alegre. Para a contribuição à cidadania, o esporte se manifesta como um dos melhores métodos, à medida que é colocado como forma cultural eficaz. No entanto, para que o esporte se sobressaia e se fortaleça com o direito social, são necessárias políticas públicas que sejam efetivas de modo universal (Cesário, Rocha, Rocha apud NETTO, 2007).

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A FASE-RS não possui um ginásio poliesportivo onde os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com restrição de liberdade, possam desempenhar plenamente as práticas esportivas, constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O novo ginásio poliesportivo será localizado no terreno da FASE-RS em Porto Alegre, onde poderá diariamente atender o contingente populacional de 6 (seis) Centros de Atendimento, o que equivale a 50% dos adolescentes em regime de privação de liberdade no Estado. O prédio também pode passar a abrigar evento esportivo de nível estadual, que acontece anualmente - os Jogos INTERCASES.

¹ CESÁRIO, ROCHA, ROCHA. A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DOS ADOLESCENTES INFRATORES. RENEV V.1 N.1-14/12/2018.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Entende-se que o esporte é uma ferramenta de combate à violência, de reforço na saúde, educacional e de amadurecimento social, que deve ser fortalecido na FASE-RS. Com o aumento e melhoria nas práticas esportivas nos 4 CASEs da Vila Cruzeiro, na Capital, esperasse uma melhor ressocialização do adolescente e consequente redução da sua reincidência em atos infracionais.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS

Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5026-Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOSL - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto em execução

PÚBLICO-ALVO

1.200 adolescentes internados em 6 (seis) Centros de Atendimento de Porto Alegre, para o uso diário e, eventualmente, adolescentes internados em todo o Estado (eventos ocasionais), além de seus familiares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE)

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SJSPS, SOP e SEDUC.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
GINÁSIO POLIESPORTIVO CONSTRUÍDO	Quantidade	1	1.547.000	46



ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1188	BRINCANDO COM ESPORTE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Oferta de atividades esportivas, recreação, lazer e eventos lúdicos de integração e socialização para crianças e adolescentes, durante os períodos de férias escolares (inverno e verão).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 134.000

OBJETIVO
Garantir ao público alvo, em risco e/ou vulnerabilidade social, a participação e acesso ao ambiente esportivo, de uma forma segura e descontraída, durante os meses de férias regulares. Desenvolver o potencial individual nas atividades de recreação, lazer, eventos lúdicos de integração e socialização. Proporcionar iniciação, aprendizagens e práticas nas diferentes modalidades esportivas.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A população residente nas regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar de Porto Alegre apresenta índices elevados de vulnerabilidade e risco social. O Vida Centro Humanístico (VCH), instituição pública de responsabilidade da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação (FGTAS), surgiu para atender demandas sociais dessa população.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com os dados do último censo (IBGE, 2010), a população total nessa área é de 229.018 pessoas, compreendendo 16,25% da população total do município, apresentando concentração maior de negros (20,74%), crianças (19,54%), adolescentes (18,86%) e pessoas com deficiência (17,22%). Nos indicadores de desenvolvimento humano levantados pelo ObservaPOA, as regiões apresentam resultados piores que o município como um todo: percentual de pobres e indigentes 2,7 vezes maior e expectativa de vida quase 5 anos menor. Enquanto o rendimento médio dos responsáveis por domicílio (IBGE, 2010) em Porto Alegre foi de 5,29 salários mínimos, na região Nordeste foi de apenas 1,68, na região Norte, 2,64 e na região Eixo-Baltazar, 3,12. O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso. Em levantamento realizado em 2012, o CREAS Eixo Baltazar/Nordeste identificou que, do total de pessoas em situação de rua no seu território de atuação, 61,90% eram crianças e 34,52% adolescentes.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Vida Centro Humanístico (VCH), instituição pública de responsabilidade da FGTAS, inaugurado em 1990, surgiu para atender demandas sociais da população dessas regiões. Presta atendimento direto à população e tem como objetivo a inclusão social e o desenvolvimento pessoal de seus usuários - crianças, adolescentes, idosos e famílias. A área de abrangência são as comunidades das regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar. O esporte é visto como instrumento de socialização e inclusão social. É um direito social legitimado pela Constituição Federal e é dever do Estado promover seu acesso. Das 17 unidades esportivas mantidas pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (PMPA), apenas duas estão localizadas nas regiões de abrangência do Vida Centro Humanístico. É fundamental a realização de projetos que beneficiem crianças e adolescentes dessas regiões com alto percentual de concentração para atender a demanda existente. Uma maior oferta de serviços e espaços de convivência, de maior abrangência nas atividades, com um alcance quantitativo e qualitativo na saúde e bem estar social evitarão um agravamento do problema, sendo também uma ação eficaz de prevenção.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Aumentar oportunidades de abrangência e alcance social, com ações de educação, inclusão social, integração, saúde e bem estar para crianças e adolescentes (6 aos 17 anos) dessas regiões, por meio de atividades físicas, desportivas, de recreação e de lazer, proporcionando férias diferenciadas.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO
Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade, obrigatoriamente matriculados em escolas públicas, totalizando o atendimento de 400 jovens. Serão beneficiados indiretamente familiares e comunidade local.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alvorada, Cachoeirinha, Porto Alegre e Viamão

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Educação, Secretaria do Esporte e Lazer e Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição materiais esportivos	Quantidade	1	21.556	12
Contratação de recursos humanos	Quantidade	6	26.945	12
Serviços de gráfica - kit de material divulgação	Quantidade	1	2.156	12
Aquisição materiais pedagógicos	Quantidade	1	9.701	12
Contratação serviços fornecimento de lanche	Quantidade	12.000	45.267	12



Aquisição de uniformes	Quantidade	400	19.400	12
Contratação serviços de traslado para passeios	Quantidade	8	8.975	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado como transferência especial.



Nº	PROJETO
1193	PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PADRÃO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Promover o acesso à prática do esporte e lazer para crianças e adolescentes, no Vida Centro Humanístico, no turno inverso escolar, com a implantação de 6 núcleos de esporte educacional, por meio de aquisição de materiais de custeio e recursos humanos.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 754.500

OBJETIVO
Oportunizar o acesso a atividades esportivas, pela metodologia do esporte educacional, contribuindo para a inclusão social de crianças e adolescentes moradores nas regiões de abrangência do programa, prioritariamente aqueles em vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino, com vistas a colaborar para a efetiva transformação social de suas realidades.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso. Nessa região da capital, há uma maior concentração de crianças e jovens em relação à população da cidade. Essas crianças e jovens ficam mais vulneráveis aos efeitos das violências e inseguranças. Espaços públicos de esporte, recreação e lazer são bastante escassos nesta porção empobrecida da cidade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com os dados do último censo (IBGE,2010), essas três regiões abrigam 229.018 habitantes, dos quais 66.632 são crianças e adolescentes. Assim, embora a população das três regiões represente 16,25% da população total da cidade, a concentração de crianças e adolescentes porto-alegrenses no território é maior, representando, respectivamente, 19,54% e 18,86%. São regiões com alto índice de vulnerabilidade e risco social. Nos indicadores de desenvolvimento humano levantados pelo ObservaPOA, as três regiões apresentam resultados piores que o município como um todo. Com percentual de pobres e indigentes 2,7 vezes maior que o percentual no município e com expectativa de vida quase 5 anos menor que a dos porto-alegrenses, a região Nordeste apresenta os piores índices da cidade. A apuração do rendimento médio dos responsáveis por domicílio (IBGE, 2010) também demonstra que a população destas regiões tem uma precária inserção na estrutura de classes. O rendimento médio na cidade de Porto Alegre foi de 5,29 salários mínimos, na região Nordeste de apenas 1,68, região Norte 2,64 e região Eixo-Baltazar 3,12 salários mínimos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Vida Centro Humanístico (VCH) é uma instituição pública estadual de responsabilidade da FGTAS. Inaugurado em 1990, o VCH surgiu para atender demandas sociais da população residente na Zona Norte de Porto Alegre. Presta atendimento direto à população e tem como objetivo a inclusão social e o desenvolvimento pessoal de seus usuários - crianças, adolescentes, idosos e famílias. A área de abrangência são as comunidades das regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar. O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões atendidas pelo projeto apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso. Em levantamento realizado em 2012, o CREAS Eixo Baltazar/Nordeste identificou que, do total de pessoas em situação de rua sobrevivendo no seu território de atuação, 61,90% eram crianças e 34,52 adolescentes. Assim, vemos que é fundamental a realização de projetos que beneficiem crianças e adolescentes dessas regiões. O esporte é visto como instrumento de socialização e inclusão social. É um direito social legitimado pela Constituição Federal e é dever do Estado promover seu acesso. Entretanto, espaços públicos de esporte, recreação e lazer são bastante escassos nessa porção empobrecida da cidade. Das 17 unidades esportivas mantidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (PMPA), apenas 2 estão localizadas nas regiões de abrangência do Vida Centro Humanístico.

Experiente na execução de atividades esportivas, o VCH poderá ampliar substancialmente as vagas oferecidas atualmente com o incremento de recursos advindo da aprovação desta proposta.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se um impacto social positivo para a comunidade, contribuindo para a socialização e inclusão social de crianças e adolescentes dessas regiões.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS

Ministério da Cidadania

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos de idade, prioritariamente os que estão matriculados em escolas públicas e os que estão expostos aos riscos sociais, totalizando cerca de 600 jovens. Serão beneficiados indiretamente ainda familiares e comunidade onde se situa o Centro.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Alvorada, Cachoeirinha, Porto Alegre e Viamão

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Educação, Secretaria do Esporte e Lazer e Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição Materiais Esportivos – Kit Modalidade Hóquei Indoor	Quantidade	1	5.748	24
Aquisição Materiais Esportivos – Kit Modalidade Basquete	Quantidade	1	3.025	24
Aquisição Materiais Esportivos – Kit Modalidade Futsal	Quantidade	1	14.700	24
Aquisição Materiais Esportivos – Kit Modalidade Judô	Quantidade	1	95.535	24
Aquisição Uniformes – Calção, Camiseta e Boné	Quantidade	600	86.223	24
Aquisição Materiais Esportivos – Kit Modalidade Ginástica Artística/Rítmica	Quantidade	1	10.333	24
Contratação de Recursos Humanos – Estagiários	Quantidade	24	538.942	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020–2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado como transferência especial.



Nº	PROJETO
1219	POLÍTICA DE ATENÇÃO A PCTEA - IMPLANTAÇÃO DE SALA SENSORIAL E SERVIÇO DE EQUOTERAPIA NA FADERS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Mirelle Melo Ferreira Duarte	51 32876518	mirelle-duarte@faders.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Implantação de Sala Sensorial e Equoterapia no Serviço de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo na FADERS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 160.000

OBJETIVO
Promover e qualificar a atenção integral às necessidades de saúde e na garantia de direitos da pessoa com transtorno do espectro autista à vida digna, à integridade física, moral e educacional, além de desenvolver estratégias e projetos que alavanquem políticas públicas na área da saúde e educação que incluam essas crianças e suas famílias.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Conforme o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) - agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos - a prevalência de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem aumentado, o que implica na necessidade do aumento dos serviços inclusivos ofertados para este público-alvo.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Aumento da busca por atendimento e serviços para pessoas com Transtorno do Espectro Autista e outras Deficiências.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma alteração neurobiológica diagnosticada através de um conjunto de sintomas que devem estar presentes antes dos três anos de idade. Atualmente o DSM-5 (Manual Diagnósticos Estatísticos de Transtornos Mentais) descreve dois grupos de sintomas: déficit persistente na comunicação e interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e, ou atividades. Conforme o CDC, a prevalência de pessoas com TEA aumentou: Em 2004, era de que 1 pessoa em 166 tinha TEA. Em 2012, esse número estava em 1 em 88. Em 2018, esse número estava em 1 em 59. E na última publicação do CDC em 2020, a prevalência está em 1 em 54, sendo que para cada 1 menina com TEA, há 4 meninos com TEA. Ainda não há pesquisas concretas que expliquem esse predomínio no sexo masculino. No mesmo compasso em que aumenta a incidência de pessoas com o Transtorno, desenvolvem-se os estudos e abrem-se novas possibilidades de atenção a serem exploradas na perspectiva de qualificar o atendimento e equipar as oportunidades das pessoas com TEA no rumo da inclusão social. Estudos, metodologias e experiências precisam ser qualificados, multiplicados e disponibilizados aos profissionais e aos acadêmicos, beneficiando um número maior de pessoas com TEA. De acordo com as alterações observadas no comportamento dessas pessoas, sabemos que percebem o mundo de forma diferente das pessoas neurotípicas - a forma que veem, escutam, sentem e provam são alterados e assim atribuem outros significados àquilo que percebem; como consequência, suas reações e comportamentos também são diferentes, percebendo o mundo como confuso, caótico e inseguro. Através dos sete sentidos, denominados sistema sensorial, somos capazes de compreender o mundo e a nós mesmos e estas informações chegam ao cérebro e são transformadas em conhecimento. Esse conhecimento é o produto de tudo o que vemos, ouvimos, provamos, sentimos e cheiramos. O sistema sensorial de uma pessoa começa a se desenvolver durante a vida intrauterina e continua evoluindo ao longo de toda a vida. Nesse sentido, a FADERS necessita modernizar seus equipamentos e atualizar suas instalações de atendimento, que são também campo de estágio, surgindo assim a proposição de implantação de uma Sala Sensorial que visa oferecer um ambiente acolhedor e favorável ao desenvolvimento de uma vida plena às pessoas com TEA e sua comunidade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificar o atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, possibilitando a estimulação sensorial para o desenvolvimento neurocognitivo que implicará em melhor desempenho acadêmico, profissional, social e qualidade de vida para a pessoa e sua família.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens e serviços

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto em execução

PÚBLICO-ALVO

Cerca de 200 pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Rio Grande do Sul, Pessoas com Deficiência, acadêmicos em estágio curricular/obrigatório em cursos e faculdades afins à atenção às Pessoas com Deficiência, além da comunidade.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SICDHAS



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
SMART TV 55"	Quantidade	1	4.000	12
TABLADO	Quantidade	1	1.280	12
BARRIL 100X70	Quantidade	1	3.990	12
CANTINHO DINÂMICO	Quantidade	1	915	12
DONUTS MEIA LUA	Quantidade	2	5.000	12
CUNHA DE ESPUMA	Quantidade	5	1.350	12
CALANDRA	Quantidade	1	1.380	12
PARAQUEDAS ADULTO E PARAQUEDAS INFANTIL	Quantidade	2	2.000	12
PEGASUS	Quantidade	1	2.600	12
PLATAFORMA GRANDE E PLATAFORMA PEQUENA	Quantidade	2	2.200	12
CASULO ELÁSTICO	Quantidade	5	2.600	12
GATINHO	Quantidade	5	2.550	12
PATINETE 3 RODAS	Quantidade	5	2.850	12
ORBITADOR SIMPLES CHÃO CHÃO 3m	Quantidade	1	5.950	12
AROBOL	Quantidade	5	2.000	12
CAMINHOS CIRCULAR, CURVO E MÚLTIPLO	Quantidade	6	5.400	12
PRANCHA DE EQUILÍBRIO	Quantidade	5	2.750	12
EMPREITADA GLOBAL PARA REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE SALA SENSORIAL DE 50m ²	Quantidade	1	42.415	12
KIT JOGOS E ACESSÓRIOS PEDAGÓGICOS	Quantidade	5	16.000	12
KIT MOBILIÁRIO EM GERAL: MESAS, CADEIRAS, PUFFES, ESTANTES, CORTINAS, TAPETES, LUMINÁRIAS	Quantidade	1	20.000	12
CAIXA DE SOM AMPLIFICADA WIRELESS CONNECT BLUETOOTH USB	Quantidade	1	800	12
TECLADO MUSICAL	Quantidade	1	800	12
BANDINHA RÍTMICA	Quantidade	1	500	12
BANCOS TERAPÊUTICOS - CONJUNTO 6 UNID. EM FÓRMICA	Quantidade	1	990	12
COLCHONETE ESPUMA DE ALTA DENSIDADE	Quantidade	6	2.580	12
TAPETE SENSORIAL	Quantidade	1	400	12
TÚNEL E CILINDRO	Quantidade	1	600	12
NOTEBOOK - PADRÃO INTERMEDIÁRIO I5	Quantidade	2	10.100	12
PROJETOR DE GALÁXIAS - NEBULUZ	Quantidade	2	600	12



Capacete de proteção tamanho regulável para Hipismo.	Quantidade	3	900	12
Cilhão de couro para Equoterapia com alça completo.	Quantidade	3	2.400	12
Estribo de segurança infantil completo.	Quantidade	3	1.200	12
Estribo para Hipismo.	Quantidade	3	900	12
Manta para cavalo com lã profissional.	Quantidade	5	5.000	12
Rampa de montagem com base para elevação.	Quantidade	1	5.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1227	HABITAÇÃO CIDADÃ - I

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Edilson Marques dos Santos	51 32885628	edilson-santos@sop.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Construção de unidades habitacionais na Região Metropolitana de Porto Alegre.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 39.000.000

OBJETIVO
Diminuir o déficit de moradia no Rio Grande do Sul, por meio da produção de unidades habitacionais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A existência crescente de famílias que buscam melhores condições de moradia, principalmente localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se concentra maior incidência do problema, seja por falta de moradia ou por inadequação, configurada no excessivo déficit habitacional do Estado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O déficit habitacional no Brasil, conforme pesquisa da Fundação João Pinheiro (2019), atualmente é na ordem de 5.877 milhões de domicílios. No Rio Grande do Sul, o fenômeno também se faz presente com um déficit de 220.927 domicílios. Desse montante destaca-se a proeminência desse déficit principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, responsável por 41% do total do Estado, com 90.584 domicílios.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O enfrentamento da questão habitacional com a participação do Estado do RS, por meio da contratação de produção de novas habitações, está requerendo ações efetivas de retomada de investimentos dessa ordem. As causas mais diversas contribuem para a manutenção do déficit de moradias e suas consequências as mais nefastas possíveis, como habitações em domicílios precários, em coabitação familiar, e com ônus excessivo com aluguel. Ações de construções de novas habitações contribuem diretamente no resgate da cidadania, mitigando suas consequências. Salienta-se que o projeto pretende atender também a famílias de profissionais da segurança pública, com isso possibilitando uma integração com a comunidade. A importância do investimento frente ao problema habitacional contribuirá para a necessária redução do déficit habitacional do Estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Além de reduzir o déficit habitacional, possibilita o acesso a moradias de qualidade, promove a função social de propriedade, mas também impede o agravamento das carências resultantes da Pandemia da COVID-19. Acrescente-se ainda, impactos positivos em termos de segurança pública, valorização imobiliária da região, aquecimento da economia local, aumento da arrecadação municipal com novas unidades habitacionais regularizadas.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social



FUNÇÃO

Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2220 - Moradia Digna

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1202 - Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

00TJ - Apoio à Melhoria Habitacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

300 famílias, numa ocupação mista - parte será de famílias de servidores estaduais, principalmente das áreas de segurança pública (Polícia Cidadã), e outra parte de famílias carentes de moradia, remanejadas de áreas de risco, degradadas e de favelas, totalizando cerca de 1.800 pessoas. Será beneficiada ainda a própria comunidade local de um dos bairros mais populosos de Porto Alegre, onde serão construídas as unidades habitacionais. Consideram-se também impactos na indústria da construção civil, comércio e suas consequências, notadamente na geração de empregos e renda.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Obras e Habitação

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeitura e FEPAM.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Habitações construídas	Quantidade	300	39.000.000	36

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;



Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui titularidade da área para realização das obras.



Nº	PROJETO
1235	HABITAÇÃO CIDADÃ - II

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Edilson Marques dos Santos	51 32885628	edilson-santos@sop.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Construção de unidades habitacionais na Região Metropolitana de Porto Alegre.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 39.000.000

OBJETIVO
Diminuir o déficit de moradia no Rio Grande do Sul, por meio da produção de unidades habitacionais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A existência crescente de famílias que buscam melhores condições de moradia, principalmente localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se concentra maior incidência do problema, seja por falta de moradia ou por inadequação, configurado no excessivo déficit habitacional do Estado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O déficit habitacional no Brasil, conforme pesquisa da Fundação João Pinheiro (2019), atualmente é da ordem de 5,877 milhões de domicílios. No Rio Grande do Sul, o fenômeno também se faz presente com um déficit de 220.927 domicílios. Desse montante destaca-se a proeminência desse déficit principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, responsável por 41% do total do Estado, com 90.584 domicílios.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O enfrentamento da questão habitacional com a participação do Estado do RS, por meio da contratação de produção de novas habitações, está requerendo ações efetivas de retomada de investimentos dessa ordem. As causas mais diversas contribuem para a manutenção do déficit de moradias e suas consequências as mais nefastas possíveis, como habitações em domicílios precários, em coabitação familiar, e com ônus excessivo com aluguel. Ações de construções de novas habitações contribuem diretamente no resgate da cidadania, mitigando suas consequências. Salienta-se que o projeto pretende atender também a famílias de profissionais da segurança pública, com isso possibilitando uma integração com a comunidade. A importância do investimento frente ao problema habitacional contribuirá para a necessária redução do déficit habitacional do Estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Além de reduzir o déficit habitacional, possibilita o acesso a moradias de qualidade, promove a função social de propriedade, mas também atende o agravamento das carências resultantes da Pandemia da COVID-19. Acrescente-se ainda, impactos positivos em termos de segurança pública, valorização imobiliária da região, aquecimento da economia local, aumento da arrecadação municipal com novas unidades habitacionais regularizadas.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2220 - Moradia Digna

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1202 - Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOTJ - Apoio à Melhoria Habitacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

300 famílias, numa ocupação mista, parte será de famílias de servidores estaduais, principalmente das áreas de segurança pública (Polícia Cidadã), e outra parte de famílias carentes de moradia, remanejadas de áreas de risco, degradadas e de favelas, totalizando cerca de 1.800 pessoas.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Obras e Habitação

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeitura e FEPAM.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Habitações construídas.	Quantidade	300	39.000.000	36

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui titularidade da área para realização das obras.



Nº	PROJETO
1241	A CASA É SUA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Edilson Marques dos Santos	51 32885628	edilson-santos@sop.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Construção de casas em municípios do estado do Rio Grande do Sul.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 350.000.000

OBJETIVO
Proporcionar moradia digna para famílias de baixa renda no Rio Grande do Sul, por meio da produção de unidades habitacionais (casas).

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A precariedade das moradias no Brasil é muito significativa. Entretanto, investimentos em habitação são ações públicas de médio/longo prazo; sendo muitas vezes mais fácil investir em ações de resultados mais imediatos. Até o momento, designar verba para a construção de residências dependia de projeto específico que tivesse muita mobilização da sociedade civil. Os altos custos de um empreendimento imobiliário juntamente com a necessidade de rateio de emendas dificultavam um maior volume de verbas para a construção civil.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O déficit habitacional no Brasil, conforme pesquisa da Fundação João Pinheiro (2019), atualmente é da ordem de 5,877 milhões de domicílios. No Rio Grande do Sul o fenômeno também se faz presente com um déficit de 220.927 domicílios. Desse montante destaca-se a proeminência desse déficit principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, responsável por 41% do total do Estado, com 90.584 domicílios.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O enfrentamento da questão habitacional com a participação do Estado do RS, por meio da contratação de produção de novas habitações, está requerendo ações efetivas de retomada de investimentos dessa ordem. As causas mais diversas contribuem para a manutenção da precariedade de moradias e suas consequências as mais nefastas possíveis, como habitações em domicílios sem condições mínimas, em coabitação familiar, e com ônus excessivo com aluguel. Ações de construções de novas habitações contribuem diretamente no resgate da cidadania, mitigando suas consequências. A importância do investimento frente ao problema de moradia contribuirá para a necessária redução do déficit habitacional do Estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Além de promover fomento habitacional, possibilita o acesso a moradias de qualidade, promove a função social de propriedade, mas também para atender o agravamento das carências resultantes da Pandemia da COVID-19. Acrescente-se ainda, impactos positivos em termos de segurança pública, valorização imobiliária da região, aquecimento da economia local, aumento da arrecadação municipal com novas unidades habitacionais regularizadas.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Cidadania e Assistência Social

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2220 - Moradia digna

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1202 - Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOTJ - Apoio à Melhoria Habitacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto em execução

PÚBLICO-ALVO

Pretende-se beneficiar um total de 5.000 famílias de baixa renda, abrangendo cerca de 20.000 pessoas. A própria comunidade local dos municípios e vilarejos no entorno, onde serão construídas as unidades habitacionais também serão beneficiadas. Consideram-se impactos significativos na indústria da construção civil, comércio e suas consequências, notadamente na geração de empregos e renda.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Obras e Habitação

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeitura e/ou FEPAM.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Habitações construídas.	Quantidade	5000	350.000.000	30

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Desenvolvimento Regional

- 1216 RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E DESASSOREAMENTO DE RIOS/RIACHOS
- 1217 ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
- 1247 PAVIMENTAÇÃO DA ERS-711 - MARIANA PIMENTEL
- 1249 CONSTRUÇÃO DO VIADUTO ERS-407
- 1326 AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DE BARRAGENS EM ASSENTAMENTOS
- 1327 GEORREFERENCIAMENTO, CERTIFICAÇÃO E CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS DO RS PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA
- 1328 CONSTRUÇÃO DE VIVEIROS DE PISCICULTURA PARA ASSENTADOS
- 1329 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS



Nº	PROJETO
1216	RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E DESASSOREAMENTO DE RIOS/RIACHOS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Paula Eid	51 999122770	ana-eid@sop.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Contratação de empresa especializada na locação de máquinas, equipamentos e execução de serviços para recuperação, manutenção de estradas vicinais e desassoreamento de rios e riachos.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 20.000.000

OBJETIVO
Garantir a trafegabilidade das estradas vicinais mediante a manutenção e desassoreamento de rios e riachos de maneira a permitir o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar e público e a mobilidade urbana em geral das comunidades rurais do Rio Grande do Sul.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Comprometimento da trafegabilidade das estradas vicinais nas comunidades rurais gaúchas por conta das destruições causadas por constantes intempéries climáticas (chuvas, enxurradas, estiagens, etc.).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
As estradas vicinais não possuem qualquer tipo de pavimentação e ficam expostas às condições climáticas, bem como os rios/riachos. A falta de manutenção causa erosão, buracos e o excesso de chuvas ocasionam deslizamentos de terra. No Brasil, de modo geral, especialmente na região sul, uma vez ao ano, ocorrem fortes chuvas, enxurradas e estiagem. O Rio Grande do Sul enfrenta um caminho de muito barro, pedra e solavancos para levar o desenvolvimento ao interior do Estado. A falta de pavimentação de estradas vicinais e secundárias, especialmente nas zonas rurais, é um problema que acarreta muitos prejuízos - econômicos, sociais, educacional, de saúde e de segurança pública. Além de afetar significativamente o transporte da produção agrícola, estradas de chão atrasam o desenvolvimento de pequenos municípios. Segundo estimativas, o território gaúcho possui mais de 7 mil quilômetros de estradas de chão. O serviço atual é insuficiente para atender os mais de 80 pedidos que chegam até a Secretaria, visto as questões de recursos orçamentários.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
As comunidades rurais do Estado carecem de uma estrutura viável e adequada, tendo, muitas vezes, como único meio de realizar suas atividades e sua mobilidade, as estradas vicinais. A recuperação, manutenção dessas estradas e o desassoreamento de rios/riachos vem a contribuir para fomentar o desenvolvimento local e auxiliar as comunidades em situação de emergência, além de atender o setor agropecuário, uma vez que as más condições das estradas implicam no aumento dos custos de logística e na limitação do produtor rural em investir em novos agronegócios. Tal proposta está alinhada a projetos de apoio ao desenvolvimento e fomento do interior do Estado. Os beneficiários do Programa são todos os municípios do Estado do RS, que solicitam o serviço de horas máquina para recuperar as suas estradas vicinais, seja por situação de emergência, calamidade pública e ou intempéries climáticas. Desta feita, isso propiciará o incremento de receita por conta dos serviços aos agricultores, pois os mesmos produzirão produtos agrícolas em maior quantidade e qualidade, diversificando sua propriedade, geração de empregos, melhoria na qualidade de vida, melhores condições de trabalho, diminuição do êxodo rural e desenvolvimento da cadeia produtiva. Portanto, o fomento às atividades econômicas, geradoras de desenvolvimento, necessita de estradas que garantam condições de trafegabilidade e mobilidade das populações locais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Fomento no desenvolvimento do interior do Estado, diminuição do êxodo rural, melhora na qualidade de vida e melhores condições de trabalho.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional
MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
1.593.000 beneficiários diretos de comunidades da zona rural dos municípios do Estado. Indiretamente, o projeto beneficia toda a população.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Secretaria de Obras e Habitação	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Secretaria de Estado de Obras e Habitação	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Estradas vicinais recuperadas e rios desassoreados.	KM	4000	20.000.000	36

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);



Monitorado como Projeto Estratégico do RS.

Nº	PROJETO
1217	ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Paula Eid	51 999122770	ana-eid@sop.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de Escavadeiras Hidráulicas e contratação de empresa terceirizada para realização de serviços junto aos municípios para recuperação e manutenção de estradas vicinais.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 12.533.900

OBJETIVO
Garantir a trafegabilidade das estradas vicinais, mediante recuperação e manutenção, e desassoreamento de rios e riachos, de maneira a permitir o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar e público e a mobilidade urbana em geral das comunidades rurais do RS.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Estradas vicinais com comprometimento da trafegabilidade nas comunidades rurais gaúchas por conta das destruições causadas por constantes intempéries climáticas (chuvas, enxurradas, estiagens, etc.).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
As estradas vicinais não possuem qualquer tipo de pavimentação e ficam expostas às condições climáticas, bem como os rios/riachos. A falta de manutenção causa erosão, buracos e o excesso de chuvas ocasionam deslizamentos de terra. No Brasil, de modo geral, especialmente na região sul, uma vez ao ano, ocorrem fortes chuvas, enxurradas e estiagem. A falta de pavimentação de estradas vicinais e secundárias, especialmente nas zonas rurais, é um problema que acarreta muitos prejuízos - econômicos, sociais, educacional, de saúde e de segurança pública. Além de afetar significativamente o transporte da produção agrícola, estradas de chão atrasam o desenvolvimento de pequenos municípios. Segundo estimativa, o território gaúcho possui mais de 7 mil quilômetros de estradas vicinais. A frota que a SOP possui é antiga, equipamentos com mais de 10 anos de uso, que apresentam avaria frequentemente. Anualmente, esta Secretaria recebe em média de 80 a 100 pedidos de cedência de escavadeira hidráulica e atende aproximadamente 17 municípios/ano.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
As comunidades rurais do Estado carecem de uma estrutura viável e adequada, tendo, muitas vezes, como único meio de realizar suas atividades e sua mobilidade, as estradas vicinais. A recuperação, manutenção dessas estradas e o desassoreamento de rios/riachos vem a contribuir para fomentar o desenvolvimento local e auxiliar as comunidades em situação de emergência, além de atender o setor agropecuário, uma vez que as más condições das estradas implicam no aumento dos custos de logística e na limitação do produtor rural em investir em novos agronegócios. Tal proposta está alinhada a projetos de apoio ao desenvolvimento e fomento do interior do Estado. Os beneficiários do Programa são todos os municípios do Estado do RS, que solicitam o serviço de horas máquina para recuperar as suas estradas vicinais, seja por situação de emergência, calamidade pública e ou intempéries climáticas. Desta feita, isso propiciará o incremento de receita por conta dos serviços aos agricultores, pois os mesmos produzirão produtos agrícolas em maior quantidade e qualidade, diversificando sua propriedade, geração de empregos, melhoria na qualidade de vida, melhores condições de trabalho, diminuição do êxodo rural e desenvolvimento da cadeia produtiva. Portanto, o fomento às atividades econômicas, geradoras de desenvolvimento, necessita de estradas que garantam condições de trafegabilidade e mobilidade das populações locais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhor trafegabilidade das estradas vicinais; fomento no desenvolvimento do Interior do Estado; diminuição do êxodo rural; melhora na qualidade de vida e melhores condições de trabalho.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens e serviços

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.593.000 beneficiários diretos de comunidades da zona rural dos municípios do Estado. Indiretamente, o projeto beneficia toda a população.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Obras e Habitação

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Estado de Obras e Habitação

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Seguro dos Equipamentos contra sinistros	Quantidade	10	271.400	36
Aquisição de equipamentos (escavadeira hidráulica)	Quantidade	10	7.000.000	36
Contratação de Operador e Motorista	Quantidade	12	4.828.072	36



Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos	Quantidade	10	434.428	36
--	------------	----	---------	----

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS.



Nº	PROJETO
1247	PAVIMENTAÇÃO DA ERS-711 - MARIANA PIMENTEL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105188	richardlp@daer.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Pavimentação de segmento da ERS-711 - Mariana Pimentel.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
19	R\$ 33.620.000

OBJETIVO
Expandir e qualificar o sistema rodoviário estadual, por meio da construção de rodovias arteriais e ligações regionais, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A falta de infraestrutura prejudica a economia, ameaça o acesso à saúde e à educação, e compromete sonhos de desenvolvimento e expansão populacional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Muitos municípios gaúchos ainda sofrem com a falta de infraestrutura de acesso. O Estado do Rio Grande do Sul conta com aproximadamente 52 municípios sem acesso asfáltico.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando uma séria crise econômica que contrasta com o seu grande potencial de produzir riqueza. Neste cenário torna-se necessário buscar recursos para ampliar a capacidade do sistema de transportes, principalmente das estradas. A pavimentação asfáltica, ligando municípios sem qualquer acesso pavimento a uma rodovia pavimentada é fundamental para melhorar o cotidiano das populações locais. Moradores de municípios que não contam com acessos pavimentados a suas sedes, principalmente durante época de chuvas, enfrentam problemas graves para deslocar-se até os principais centros urbanos em sua proximidade e para acessar as rodovias pavimentadas da malha. Os problemas sociais advindos dessa situação são significativos, principalmente para acesso a instituições de ensino, serviços de saúde especializados, oportunidades de emprego e equipamentos culturais, entre outros. Para enfrentar essa situação, nos últimos anos, o Rio Grande do Sul intensificou os esforços para finalizar a pavimentação de todos os acessos municipais no estado, tendo firmado financiamentos que estão contribuindo significativamente para o cumprimento da meta. Uma demonstração desse avanço é que, em 2009, era necessário asfaltar 105 acessos municipais, atualmente esse número está próximo de 50, com diversas obras em execução. A empresa que executava a obra faliu e criou grande expectativa na comunidade local para conclusão da obra, sendo acompanhada e cobrada pelo Ministério Público da Região.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Qualificar a malha rodoviária com pavimentação desse acesso, de forma a beneficiar a população local, especialmente em relação à acessibilidade aos serviços especializados, como centros de saúde, escolas técnicas e universidades, bem como facilitar a integração da economia local a outros mercados.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional



MINISTÉRIOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOSX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto em execução

PÚBLICO-ALVO

População de Mariana Pimentel (3.800 pessoas), além de comerciantes e comunidades do RS.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Corede Centro Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

FEPAM, Prefeitura Municipal de Mariana Pimentel.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
OBRA CONCLUÍDA	KM	16,81	33.620.000	19

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1249	CONSTRUÇÃO DO VIADUTO ERS-407

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105188	richardlp@daer.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Construção de viaduto na ERS-407, trecho - Entroncamento BR-101 (Morro Alto) - Entroncamento ERS-389 (Xangri-Lá), sobre a ERS-389.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
16	R\$ 5.042.000

OBJETIVO
Ampliar e adequar a capacidade operacional da rodovia às necessidades de tráfego, segurança e mobilidade viária, permitindo acesso à Capão da Canoa.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Grandes congestionamentos no período de alta temporada, além da insegurança na interseção.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Há anos os usuários da rodovia enfrentam a falta de segurança e o congestionamento na ERS-407, trecho Entr. BR-101 (Morro Alto) - Entr. ERS-389 (Xangri-Lá), principalmente no período de veraneio que vai de dezembro até março.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
As ERS 407 e ERS 389 constituem relevantes vetores rodoviários no campo turístico e de desenvolvimento do Corede Litoral, do RS. Aprimorar suas condições de mobilidade e acesso, por meio da construção de um viaduto, além contribuir com a segurança viária, otimizará o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios sócio econômicos a um número maior de comunidades locais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Melhores condições de segurança e fluidez aos usuários da rodovia, bem como à comunidade local.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217- Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOSX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto em execução

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios de Morro Alto e Maquiné (8.000 pessoas) e usuários da rodovia e população de municípios vizinhos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

FEPAM, IPHAN, Prefeitura Municipal de Capão da Canoa e de Xangri-lá.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
OBRA CONCLUÍDA	Metros	160	5.042.000	16

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Possui projeto executivo pronto para realização da obra.



Nº	PROJETO
1326	AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DE BARRAGENS EM ASSENTAMENTOS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marlon Hilgert Arenhardt	51 32183364	marlon-arenhardt@agricultura.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Avaliação da situação das barragens de água dos assentamentos rurais do Estado, elaborando laudos conclusivos que atestem a estabilidade e segurança das estruturas, ou indiquem a necessidade de intervenção.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	16.512.000

OBJETIVO
Promover as adequações necessárias ao cumprimento do Plano Nacional Segurança de Barragens, no tocante ao monitoramento, avaliação e ateste do estado de conservação, segurança, estabilidade e manutenção das estruturas componentes dos sistemas de barragem.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Quando da avaliação das áreas rurais para os projetos de assentamento, as barragens existentes foram incorporadas como áreas coletivas dos assentamentos, não recebendo atenção por parte do Estado, real proprietário e responsável pelas mesmas. Segundo a legislação vigente, o empreendedor será o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garantir a segurança.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
No contexto atual, ressaltamos a importância de intervir de maneira prioritária e preventiva nessas estruturas. A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) possui 39 barragens com algum risco de rompimento ou rompidas, com necessidades de intervenção. Sendo 27 barragens em de PRIORIDADE ALTA para intervenção/recuperação, ou seja, em situação de risco de rompimento de taipas e/ou com taipas já rompidas; 05 barragens com MÉDIA PRIORIDADE e 07 com PRIORIDADE BAIXA.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Quando da avaliação das áreas rurais para os projetos de assentamento, as barragens existentes foram incorporadas como áreas coletivas dos assentamentos, não recebendo atenção por parte do Estado, real proprietário e responsável pelas mesmas.</p> <p>Por definição, barragem de acumulação é qualquer estrutura artificial de terra, de alvenaria, de concreto simples ou de armado, localizada em um curso d'água superficial permanente ou intermitente, excluídos aqueles de características efêmeras, para fins de contenção ou acumulação de água, devendo ser constituído de mínimo maciço e vertedouro, podendo a sua área alagada atingir Área de Preservação Permanente (APP) (Decreto nº 52.931, de 7 de março de 2016). A partir da consolidação da Lei Nº 12.334/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, a responsabilidade sobre estas estruturas, seu monitoramento, elaboração de relatórios que atestem a segurança e estabilidade se tornou obrigatório.</p> <p>O objetivo da Lei das Barragens é garantir a observância de padrões de segurança de barragens, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, além de regulamentar as ações e padrões de segurança.</p> <p>O empreendedor será o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garantir a segurança. Além de submeter à aprovação dos órgãos fiscalizadores relatório especificando as ações e cronograma para a implantação do Plano de Segurança de Barragem, no prazo de dois anos a contar da publicação da Lei. Assim, contamos com um passivo de cerca de sessenta e quatro barragens construídas, algumas com mais de 70 anos, e que não receberam, ao longo do tempo, sequer monitoramento, e hoje demandam algum tipo de intervenção, construtiva ou preventiva. Por intervenção, consideramos, avaliação estrutural, levantamento hidrológico, projeto de reforma e execução da obra.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Segurança das barragens asseguradas no que tange a possíveis acidentes e suas repercussões e uso garantido para os seus fins (irrigação, usos múltiplos).

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2221 - RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1174 - Ampliar a Segurança Hídrica

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOTC - APOIO À REABILITAÇÃO DE BARRAGENS E DE OUTRAS INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS DOS ENTES FEDERADOS

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Serviços

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Agricultores assentados nos Projetos Estaduais de Assentamento da Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura/RS, INCRA e Municípios.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Vistorias, avaliações e elaboração de laudos de 64 barragens	Quantidade	64	512.000	20
Laudos e projetos	Quantidade	32	16.000.000	16



ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS.



Nº	PROJETO
1327	GEORREFERENCIAMENTO, CERTIFICAÇÃO E CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ESTADUAL (GPE) DE IMÓVEIS RURAIS DO RS PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marlon Hilgert Arenhardt	51 32183364	marlon-arenhardt@agricultura.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de georreferenciamento, certificação de imóveis rurais (INCRA) e cadastro dos imóveis no Sistema de Gestão do Patrimônio Estadual (GPE) de áreas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul destinadas a Assentamentos da Reforma Agrária.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 6.000.000

OBJETIVO
Atualização cadastral e regularização fundiária (em atendimento a lei 6.015/73 e a Lei 10.267/01) dos imóveis rurais de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, destinados a Projetos de Assentamentos.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
O estado possui 120 imóveis rurais destinados a Projetos de Reforma Agrária, que beneficiam aproximadamente 3000 famílias em diversas regiões do Estado. Estes imóveis possuem diversas situações cadastrais e se faz necessária a regularização fundiária dos mesmos perante o Registro de Imóveis de cada município, bem como a sistematização junto ao Sistema de Gestão do Patrimônio do Estado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Lei 10.267/01 que obriga a realização de georreferenciamento e certificação no sistema SIGEF de todos os imóveis rurais até 2025. Discussão do projeto de Lei autorizando a titulação definitiva dos imóveis destinados aos Projetos de Reforma Agrária.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A necessidade de execução dos serviços e elaboração das peças técnicas ora pretendidas visa atender as demandas dos imóveis destinados a Projetos de Assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul. O Estado possui aproximadamente 137 imóveis rurais destinados a assentamentos, num total aproximado de 527 matrículas. No entanto, não possui funcionários suficientes para realizar a gestão destes imóveis, sendo uma das demandas verificar se a área utilizada corresponde à área registrada e em casos de diferenças realizar procedimentos buscando identificar ou a localização das sobras/faltas de áreas ou os motivos que justifiquem estas diferenças. A contratação dos serviços de georreferenciamento e certificação destas áreas têm por objetivo ainda atender a Lei 6.015/73 e a Lei 10.267/01, e suas alterações, que prevê que todo imóvel rural deve ser certificado no INCRA, nos prazos estabelecidos na mesma lei. As peças técnicas elaboradas possibilitarão ao Estado proceder às devidas retificações e adequações registrais dos imóveis e sua certificação junto ao Órgão Fiscalizador INCRA.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Aumento da renda no campo, por meio da facilitação de acesso a crédito. Facilitação do processo de sucessão familiar. Diminuição das demandas do Estado na gestão e fiscalização desses imóveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional

MINISTÉRIOS

**FUNÇÃO**

Desenvolvimento Regional

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

1040 - Governança Fundiária

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1236 - Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

219N - GOVERNANÇA FUNDIÁRIA E GERENCIAMENTO DO CADASTRO RURAL

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

4.500 famílias de assentados da reforma agrária e a população dos municípios que possuem assentamentos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 1, Região Funcional 3, Região Funcional 4, Região Funcional 5, Região Funcional 6, Região Funcional 7, Região Funcional 8, Região Funcional 9

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e Municípios relacionados.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Contratação de Serviço para Georreferenciamento, Certificação e Cadastro dos Imóveis no GPE de Imóveis Rurais do Estado do Rio Grande do Sul Destinados Para Assentamentos de Reforma Agrária	Quantidade	1	6.000.000	30

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS.



Nº	PROJETO
1328	CONSTRUÇÃO DE VIVEIROS DE PISCICULTURA PARA ASSENTADOS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marlon Hilgert Arenhardt	51 32183364	marlon-arenhardt@agricultura.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Contratação de horas-máquina de escavadeira hidráulica sobre esteiras para construção de viveiros, com o intuito de estabelecer o cultivo de peixes em sistemas semi-intensivos sustentáveis para famílias.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.700.000

OBJETIVO
Aumento da oferta de pescado nas regiões a valores mais acessíveis à população e geração de renda das famílias envolvidas na atividade.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Os assentamentos rurais, em parte, possuem dificuldades de acesso a financiamentos, devido ao endividamento, e baixa capacidade de investimento. Necessário se torna propor alternativas ao mesmo tempo, que sejam rentáveis, ambientalmente sustentáveis, de baixo custo de manutenção e que oportunizem outras possibilidades de ocupação da mão de obra da família, oferecendo, em certa medida, oportunidades aos jovens assentados em permanecerem nos lotes.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Baixas rendas foram auferidas pelas famílias de assentados e existe uma demanda de organizações de piscicultores, que passam por dificuldades de viabilização econômica devido à falta de matéria prima, onde, neste caso, seria estratégica a produção de peixes em lotes rurais de assentados.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Na região Sul do estado do RS, existe uma demanda de organizações de piscicultores, que passam por dificuldades de viabilização econômica, devido à falta de matéria-prima, onde, neste caso, seria estratégica a produção de peixes em lotes rurais de assentados. Neste sentido, apresentamos uma proposta com o intuito de viabilizar um projeto de produção em cultivo de peixes de maneira semi-intensiva e sustentável, sendo que as estruturas necessárias são de pequeno porte e demandam baixo investimento de capital, são de fácil manejo e fácil adaptação às propriedades rurais, o que vem a oferecer uma alternativa de renda e ocupação de mão de obra muito promissora, tanto para as famílias assentadas, como para os mercados próximos e institucionais. Tal perspectiva de modelo de produção é importante, pois os assentamentos rurais, em parte, possuem dificuldades de acesso a financiamentos, devido ao endividamento, e baixa capacidade de investimento, o que vem a demandar uma proposta que seja menos onerosa possível com relação ao investimento de capital financeiro, mas, ao mesmo tempo, que seja rentável, ambientalmente sustentável, de baixo custo de manutenção e que oportunize outras possibilidades de ocupação da mão de obra da família, oferecendo, em certa medida, oportunidades aos jovens assentados em permanecerem nos lotes. A presente proposta tem projetos individuais (plantas, medições, orçamentos) realizados, contando com os licenciamentos ambientais necessários.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Geração de renda e trabalho para aproximadamente 375 trabalhadores em 125 lotes de assentamentos rurais e propiciar com a produção melhores condições de operação (escala) para as unidades de processamento regionais.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional
MINISTÉRIOS
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
1031 - Agropecuária Sustentável
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1203 - Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
20YO - FOMENTO A PRODUÇÃO PESQUEIRA E AQUÍCOLA

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
125 famílias residentes em assentamentos de trabalhadores rurais e a cadeia de suprimentos da aquicultura, consumidores de pescado e sociedade em geral.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Municípios e EMATER RS	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Tanques de piscicultura construídos a partir da contratação de 7500 horas-máquina de escavadeira hidráulica	Quantidade	375	2.700.000	24



ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1329	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Henrique Ritter	51 32183391	henrique-ritter@sdr.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para comunidades quilombolas e reforma e construção de sedes e galpões multiuso em comunidades.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 4.500.000

OBJETIVO
Garantir o acesso à água às populações rurais de populações quilombolas, de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional, bem como reduzir a morbimortalidade, principalmente infantil, em razão de doenças entéricas de veiculação hídrica, por meio da implantação e/ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e, ainda, proporcionar condições para o estabelecimento de atividades de geração de renda por meio da confecção de artesanato, gastronomia e turismo em comunidades.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
As comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares no RS abrangem cerca de 4.000 famílias em 122 comunidades rurais distribuídas pelo estado, com maior frequência na zona sul. Por estarem localizadas em situações de difícil acesso e longe dos centros urbanos, a maioria das comunidades não são servidas por sistemas públicos de abastecimento de água.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Em levantamentos realizados verificou-se que 44,8 % das famílias consideram regular e 39,7 % ruim o acesso à água. As instalações sanitárias são consideradas ruins por 70,7 % das famílias. Para estas famílias a implantação/recuperação de sistemas simplificados de abastecimento d'água permitirá beneficiar diretamente famílias da comunidade rural com água de boa qualidade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
As Comunidades Quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares no RS abrangem cerca de 4.000 famílias em 122 comunidades rurais distribuídas pelo estado, com maior frequência na zona sul. Estas comunidades, quase sempre localizadas em locais de difícil acesso e distantes dos centros urbanos, têm áreas em geral pequenas, sendo que 55% das famílias ocupam áreas menores que três hectares. Os meios de vida das populações quilombolas têm base principalmente na agricultura e nos empregos temporários, sendo que as aposentadorias e pensões têm lugar importante. Em levantamentos realizados verificou-se que 44,8 % das famílias consideram regular e 39,7 % ruim o acesso à água. As instalações sanitárias são consideradas ruins por 70,7 % das famílias. Para estas famílias a implantação/recuperação de sistemas simplificados de abastecimento d'água permitirá beneficiar diretamente famílias da comunidade rural com água de boa qualidade. O projeto sugerido prevê também o desenvolvimento de um modelo de gestão adequado, baseado em experiências exitosas e com a participação das comunidades beneficiadas, entidades do poder público (municipal e estadual) e sociedade civil. Consequentemente, problemas com manutenção e operação serão minimizados, diminuindo os períodos de interrupção no fornecimento de água causados muitas vezes por pequenas avarias. Além disso, o manuseio e transporte inadequado e o desperdício da água serão diminuídos com o uso racional da água. Por outro lado, as famílias quilombolas têm experiência e aptidão na confecção de artesanato de diversos tipos e boas condições de oferecer ações de turismo rural aliado a gastronomia local, como fonte de geração de trabalho e renda.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Atendimento à 14 comunidades quilombolas, localizadas em 09 municípios, beneficiando 557 famílias, com abastecimento e água de boa qualidade.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Desenvolvimento Regional
MINISTÉRIOS
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
1031 - Agropecuária Sustentável
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1203 - Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
8593 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
807 Famílias quilombolas de 19 comunidades.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Coredes Litoral,Sul,Campanha,Central,Metropolitano Delta do Jacuí	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
FUNASA e Prefeituras Municipais.	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água	Quantidade	14	3.500.000	36
Reforma e construção de sedes e galpões multiuso	Quantidade	5	1.000.000	36



ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Educação

- 1183 CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE OSÓRIO
- 1184 CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE FREDERICO WESTPHALEN
- 1185 CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS NA UNIDADE DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
- 1238 LIVRO VOZES DE UM TEMPO - 5ª EDIÇÃO
- 1295 AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR - PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA



Nº	PROJETO
1183	CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE OSÓRIO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
William Rudy Steigleder Herrera	51 32889069	william-herrera@uergs.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Construção de Campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, no município de Osório.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 6.500.000

OBJETIVO
Proporcionar infraestrutura adequada para Unidade Litoral Norte - Osório - da UERGS, por meio da construção de sede própria, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para a comunidade da cidade e região.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Qualidade não aceitável do ensino superior na região.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Unidade Universitária da UERGS sediada em Osório/RS, não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa e extensão.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>A UERGS é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. Tem como Missão Institucional promover o desenvolvimento regional sustentável, por meio da formação de recursos humanos qualificados e da geração e difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado. No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.</p> <p>Tendo em vista a crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a UERGS vem buscando recursos, a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.</p> <p>O município de Osório possui aproximadamente 44 mil habitantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,839, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). A Unidade da UerGs em Osório possui aproximadamente 300 alunos, e oferta os cursos de graduação em Pedagogia e Ciências Biológicas, cursos de especialização em Meio Ambiente e Biodiversidade, e Mestrado Profissional em Educação.</p> <p>Ocorre que, atualmente, a Unidade está instalada em prédio municipal mediante Termo de Cessão de Uso mantido junto ao Município de Osório, porém, a estrutura já não atende às atuais demandas da Universidade, e inviabiliza a sua ampliação, conforme planejamento da região. A UERGS é proprietária de terreno com área de 26.505,61 m², doado pelo Município de Osório, escritura pública de doação nº 7.487, e registro de matrícula do imóvel nº 112.100 do registro de imóveis de Osório, livro 2. A construção de sede própria neste terreno é fundamental, para proporcionar a infraestrutura adequada às determinações dos projetos pedagógicos de curso, bem como contemplar as exigências do Conselho Estadual de Educação e demais requisitos legais.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O maior impacto será na qualificação do ensino oferecido pela Unidade Universitária, além de abrir oportunidades aos alunos para a continuação dos seus estudos após a conclusão da graduação, complementado pela promoção do desenvolvimento local e regional, resultado de atividades de pesquisa e extensão que venham a ser desenvolvidas nas novas instalações.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Educação

MINISTÉRIOS

Ministério da Educação

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

0048 - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Obras

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Diretamente, cerca de 600 discentes, docentes, administrativos e comunidade da Região. Serão beneficiados ainda toda a população da Região Funcional 4 e Corede Litoral.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

FEPAM e Órgão Ambiental de Osório

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs, no município de Osório, construído.	Quantidade	1	6.500.000	36



ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Possui titularidade da área para realização da obra.



Nº	PROJETO
1184	CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE FREDERICO WESTPHALEN

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Fábio Ricardo Cardoso Magalhães	51 991077765	fabio-magalhaes@uergs.edu.br

ESCOPO

OBJETO
Construção de novo prédio da Unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS de Frederico Westphalen - RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 5.600.000

OBJETIVO
Proporcionar infraestrutura adequada para a UERGS em Frederico Westphalen, por meio da construção do novo prédio da Unidade, em área de dominialidade da Universidade, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para a comunidade da cidade e região.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A UERGS necessita ampliar sua atuação por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, sendo que a atual infraestrutura se mostra inadequada para o atendimento dessa demanda, além de inviabilizar atividades de pesquisa e extensão em benefício das comunidades local e regional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Unidade da UERGS, sediada em Frederico Westphalen, não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa e extensão.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>A UERGS é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.</p> <p>Tendo em vista a crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e, principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a UERGS vem buscando recursos, a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.</p> <p>O município de Frederico Westphalen está localizado na região do COREDE Médio Alto Uruguaí, que abrange, aproximadamente, 205 mil habitantes. A Unidade da UERGS em Frederico Westphalen conta com, aproximadamente, 230 alunos, vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação. Atualmente a Unidade possui um terreno urbano de 5.476,20 m², no bairro Itapagé, na cidade de Frederico Westphalen, doado pela Prefeitura Municipal, para a construção da sede própria da Unidade, sendo que a UERGS já possui o Projeto Executivo completo para a realização da obra, faltando apenas os recursos financeiros para a construção. A Unidade da UERGS tem seu funcionamento junto à Escola Estadual de Ensino Fundamental Vergínio Cerutti - Ciep, no bairro Aparecida, desde a sua instalação, em 2003, sendo este um espaço provisório.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
O grande impacto é decorrente do acesso ao conhecimento proporcionado pelo ensino superior, com a formação de profissionais qualificados e a realização de atividades de pesquisa e extensão que contribuirão, em seu conjunto, para o desenvolvimento da cidade e região.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Educação
MINISTÉRIOS
Ministério da Educação
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
0048 - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	Diretamente, cerca de 800 discentes, docentes, administrativos e comunidade da Região. Serão beneficiados ainda toda a população da Região Funcional 9 ou Coredes do Alto da Serra do Botucarái, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea.
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	Região Funcional 9
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	Secretaria de Obras e Habitação

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Construção do prédio novo da Uergs Frederico Westphalen	Quantidade	1	5.600.000	36

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Possui titularidade da área e projetos prontos para realização da obra.



Nº	PROJETO
1185	CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS NA UNIDADE DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Fábio Ricardo Cardoso Magalhães	51 991077765	fabio-magalhaes@uergs.edu.br

ESCOPO

OBJETO
Construção de novo prédio da Unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS - no município de São Francisco de Paula - RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 10.300.000

OBJETIVO
Proporcionar infraestrutura adequada para a UERGS em São Francisco de Paula, por meio da construção do novo prédio da Unidade, em área de dominialidade da Universidade, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para a comunidade da cidade e região.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A UERGS necessita ampliar sua atuação através da oferta de cursos de graduação e pós graduação, sendo que a atual infraestrutura se mostra inadequada para o atendimento dessa demanda, além de inviabilizar atividades de pesquisa e extensão em benefício das comunidades local e regional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Unidade Universitária da UERGS sediada em São Francisco de Paula/RS não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa e extensão. A construção da nova sede vai consolidar o mestrado e viabilizar o doutorado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>A UERGS é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.</p> <p>Tendo em vista a crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e, principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a UERGS vem buscando recursos, a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.</p> <p>O município de São Francisco de Paula está localizado na região do COREDE HORTÊNSIAS, que abrange cerca de 150.000 mil habitantes. A Unidade da UERGS em São Francisco de Paula conta com, aproximadamente, 311 alunos, vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação.</p> <p>Atualmente a Unidade funciona em dois prédios da rede de ensino estadual e recebeu a doação de um terreno com 1.262,50 m², no bairro Centro, doado pela Prefeitura Municipal, para a construção da sede própria da Unidade universitária, sendo que o governo municipal se comprometeu em fornecer todo o Projeto Executivo completo para a realização da obra, faltando - no momento - o edital de concurso público para esse projeto, o qual, está em fase de recebimento de propostas. A Unidade da UERGS tem seu funcionamento junto a Escola Estadual José de Alencar e Escola Estadual Antônio Francisco da Costa Lisboa, de forma compartilhada.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
O grande impacto é decorrente do acesso ao conhecimento proporcionado pela oferta de ensino superior e de pós-graduação, com a formação de profissionais qualificados e a realização de atividades de pesquisa e extensão que

contribuirão, em seu conjunto, para o desenvolvimento da cidade e região.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Educação

MINISTÉRIOS

Ministério da Educação

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

0048 - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Diretamente, cerca de 700 discentes, docentes, administrativos e comunidade da Região. Serão beneficiados ainda toda a população da Região Funcional 3 ou COREDES Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 3

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Obras e Habitação

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Construção do prédio novo da Unidade da Uergs em São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul.	Quantidade	1	10.300.000	36

ASPECTOS RELEVANTES



Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Possui titularidade da área e projeto básico para realização da obra.



Nº	PROJETO
1238	LIVRO VOZES DE UM TEMPO - 5ª EDIÇÃO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Cristian Ericksson Colovini	51 99666625	cristian-colovini@susepe.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Publicação do Livro Vozes de Um Tempo - 5ª Edição.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 135.000

OBJETIVO
Possibilitar o acesso à leitura para as pessoas privadas de liberdade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, por meio da escrita e suas variáveis expressões.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Necessidade de ações de fomento ao acesso à educação e à cultura ao público privado de liberdade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O nível de escolaridade de 58% das pessoas privada de liberdade é Ensino Fundamental Incompleto e a maior parte das pessoas presas corresponde a faixa etária de 35 a 45 anos (28,21%), ou seja, são pessoas em idade produtiva, porém com baixa escolaridade, o que, provavelmente, dificultará o ingresso no mercado de trabalho no momento de retorno à sociedade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Projeto abrange as pessoas privadas de liberdade de todo Estado e pode ser ofertado e estimulado por diversos atores. Sendo assim, será possível trabalhar o estímulo à leitura e a produção de poesias, histórias de vida ou desenhos, com as pessoas privadas de liberdade, a fim de que possam expressar seus mais variados sentimentos, ao mesmo tempo em que irão se sentir protagonistas das suas histórias, elevando assim a autoestima dos participantes, tanto com a publicação do livro quanto com o lançamento da obra que tradicionalmente ocorre na Feira do Livro de Porto Alegre.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Possibilidade de distribuição de exemplares para Instituições das regiões participantes para atingir a comunidade em geral, para que, desta forma, se aproximem do contexto do sistema prisional por meio das produções e das experiências das pessoas presas no Rio Grande do Sul.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Educação

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança pública, combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206- Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente 150 pessoas privadas de liberdade do Estado do Rio Grande do Sul. Serão beneficiados ainda instituições da comunidade, servidores do Sistema Prisional e professores.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Superintendência dos Serviços Penitenciários

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Educação.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Livro Vozes de Um Tempo - 5ª Edição - publicado	Quantidade	20.000	135.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1295	AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR - PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Graça Fabiana Ramos dos Santos Godinho	51 32884906	graca-godinho@educ.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de ônibus escolares.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 157.434.400

OBJETIVO
Renovar e ampliar a frota do transporte escolar, contribuindo para o acesso e permanência dos alunos matriculados na educação básica da rede pública estadual.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
O Estado se depara com dois problemas em sua frota de ônibus escolares, que atualmente é insuficiente para atender os 465 municípios membros do PEATE/RS. O primeiro é a falta de veículos para diversas comunidades, que compromete o acesso ao ambiente escolar por crianças e adolescentes; e o segundo é o sucateamento dos veículos em uso, que na sua maioria foram adquiridos antes de 2015, aproximando-se, portanto, dos 10 anos de vida útil recomendados pelo FNDE, na Resolução nº 01, de 20 de abril de 2021. O problema é agravado em função da grande extensão territorial do RS.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Dos 465 municípios participantes do PEATE, 186 não possuem nenhum veículo cedido pelo Estado. E, dos 381 ônibus cedidos, 328 já deveriam ser renovados ou estão próximos de completarem dez anos de circulação, que é o prazo considerado razoável para uso de acordo com a Resolução FNDE nº 01, de 20 de abril de 2021.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e o financiamento compartilhado, com participação da União, proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento, a partir de cada situação local, fazem parte das estratégias da meta 7 do Plano Nacional de Educação (LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014).

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Otimizar os recursos públicos, promovendo integração das redes estadual e municipal, garantir acesso ao ambiente escolar para todos os alunos gaúchos, tanto das áreas urbanas como rurais, de forma gratuita, eficiente e segura.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Educação

MINISTÉRIOS
Ministério da Educação

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5011 - Educação Básica de Qualidade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OE53 - Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

63.970 estudantes dos 463 municípios participantes do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar - PEATE/RS

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Educação

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ônibus Escolares Adquiridos	Quantidade	500	157.434.400	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Saúde

- 1155 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE UROLOGIA
- 1156 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE COLOPROCTOLOGIA
- 1157 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE CIRURGIA VASCULAR / TRATAMENTO DE VARIZES
- 1158 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE GASTROENTEROLOGIA
- 1160 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE OTORRINOLARINGOLOGIA
- 1161 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE ESPECIALIDADE GINECOLOGIA
- 1162 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE ESPECIALIDADE DE CIRURGIA GERAL
- 1163 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE OFTALMOLOGIA / TRATAMENTO DA CATARATA
- 1164 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE OFTALMOLOGIA / TRATAMENTO AO DESCOLAMENTO DE RETINA
- 1165 AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE OFTALMOLOGIA / URGÊNCIA-EMERGÊNCIA
- 1166 EQUIPAR O HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DE PELOTAS
- 1167 EQUIPAR O HOSPITAL REGIONAL SANTA MARIA
- 1168 AMBULATÓRIOS PÓS COVID
- 1175 TUBERCULOSE NO CÁRCERE: UM SISTEMA DE DIAGNÓSTICO NAS PRISÕES GAÚCHAS
- 1186 EQUIPAR O HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL (HPR), COM SEDE EM PALMEIRA DAS MISSÕES - RS
- 1212 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS EQUIPADAS PARA RESERVA TÉCNICA DO SAMU RS
- 1213 ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - EQUIPAR AMBULÂNCIAS DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR EM MUNICÍPIOS SEM SAMU 192
- 1214 QUALIFICAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – SERVIÇO PRÉ-HOSPITALAR – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMBULÂNCIAS DO SAMU.
- 1218 MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA E DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS
- 1220 TRATAMENTO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS RS
- 1221 SISTEMA POÇOS TUBULARES PROFUNDOS E REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- 1232 FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE
- 1259 VIATURAS AMBULÂNCIAS RESGATE PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
- 1271 DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS
- 1275 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA AUTÔNOMA PARA O CBM RS



Nº	PROJETO
1155	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE - UROLOGIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Urologia, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 7.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos de Urologia nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Em 2019, foram construídos 30 Diagnósticos Regionais de Saúde, com participação dos municípios, das CRS e do Controle Social, que resultaram em mais de 1.700 necessidades de Ações e Serviços Públicos de Saúde no estado. Mais informações podem ser consultadas no Plano Estadual de Oncologia. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/30165925-plano-oncologia.pdf

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços ambulatoriais, clínicos e cirúrgicos de Urologia nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

8.651.465 usuários do SUS, municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Urologia, contemplando toda a linha de cuidado.	Percentual	100	7.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1156	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE - COLOPROCTOLOGIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Coloproctologia, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 4.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos de Coloproctologia nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Em 2019, foram construídos 30 Diagnósticos Regionais de Saúde, com participação dos municípios, das CRS e do Controle Social, que resultaram em mais de 1.700 necessidades de Ações e Serviços Públicos de Saúde no estado. Mais informações podem ser consultadas no Plano Estadual de Oncologia. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/30165925-plano-oncologia.pdf

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços ambulatoriais, clínicos e cirúrgicos de Coloproctologia nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços de atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

8.651.465 usuários do SUS, municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Coloproctologia, contemplando toda a linha de cuidado.	Percentual	100	4.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1157	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE - CIRURGIA VASCULAR / TRATAMENTO DE VARIZES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Cirurgia Vascular/ Tratamento de Varizes, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 3.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos de Cirurgia Vascular/ Tratamento de Varizes nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Elevado número de pacientes que estão na lista de espera para a especialidade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul, há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços ambulatoriais, clínicos e cirúrgicos de Cirurgia Vascular/ Tratamento de Varizes nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços pelos usuários e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

8.651.465 usuários do SUS, municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Cirurgia Vasculard/ Tratamento de Varizes, contemplando toda a linha de cuidado.	Percentual	100	3.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1158	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE - GASTROENTEROLOGIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de gastroenterologia, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 8.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos de gastroenterologia nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Em 2019, foram construídos 30 Diagnósticos Regionais de Saúde, com participação dos municípios, das CRS e do Controle Social, que resultaram em mais de 1.700 necessidades de Ações e Serviços Públicos de Saúde no estado. Mais informações podem ser consultadas no Plano Estadual de Oncologia. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/30165925-plano-oncologia.pdf

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços ambulatoriais, clínicos e cirúrgicos de gastroenterologia nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços de atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

ACÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

8.651.465 usuários do SUS, municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Gastroenterologia, contemplando toda a linha de cuidado.	Percentual	100	8.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1160	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE OTORRINOLARINGOLOGIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Otorrinolaringologia, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 4.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos de Otorrinolaringologia nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Elevado número de pacientes que estão na lista de espera para a especialidade, conforme relatórios elaborados.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul, há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços ambulatoriais, clínicos e cirúrgicos de Otorrinolaringologia nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços pelos usuários e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados, em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

8.651.465 usuários do SUS, municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Otorrinolaringologia, contemplando toda a linha de cuidado.	Percentual	100	4.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1161	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE ESPECIALIDADE GINECOLOGIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Ginecologia, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 8.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos de Ginecologia nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Em 2019, foram construídos 30 Diagnósticos Regionais de Saúde, com participação dos municípios, das CRS e do Controle Social, que resultaram em mais de 1.700 necessidades de Ações e Serviços Públicos de Saúde no estado. Mais informações podem ser consultadas no Plano Estadual de Oncologia. Disponível em: https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/30165925-plano-oncologia.pdf

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços ambulatoriais, clínicos e cirúrgicos de Ginecologia nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços pelas mulheres e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde das usuárias.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População feminina acima de 15 anos (4.856.103 pessoas), além de municípios e prestadores de serviços.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de ginecologia, contemplando toda a linha de cuidado.	Percentual	100	8.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1162	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE - ESPECIALIDADE DE CIRURGIA GERAL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias na especialidade de Cirurgia Geral, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 8.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais e serviços cirúrgicos de Cirurgia Geral nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Elevado número de pacientes que estão na lista de espera para a especialidade de cirurgia geral.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul, há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços ambulatoriais e cirúrgicos de Cirurgia Geral nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços pelos usuários e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

8.651.465 usuários do SUS, municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e cirurgias na especialidade de Cirurgia Geral, contemplando toda a linha de cuidado.	Percentual	100	8.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1163	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE - OFTALMOLOGIA / TRATAMENTO DA CATARATA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica e cirurgias de alta complexidade (Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável) na especialidade de Oftalmologia, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado no tratamento da Catarata.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 9.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos (Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável) de Oftalmologia nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Elevado número de pacientes que estão na lista de espera para realização de cirurgia de catarata na especialidade de oftalmologia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A Sociedade Brasileira de Oftalmologia, em seu Caderno Saúde Ocular Brasil 2019, apresenta a Catarata como a principal causa de cegueira no Brasil, cujo principal fator de risco é o envelhecimento. Sendo uma condição reversível, a indicação terapêutica mais prevalente é a Facoemulsificação com implante de lente dobrável. A prevalência da Catarata Senil, segundo a SBO, é de 17,6% nos menores de 65 anos; 47,1% no grupo entre 65-74 anos e 73,3% nos indivíduos acima de 75 anos. No Rio Grande do Sul, há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços ambulatoriais, clínicos e cirúrgicos no tratamento à Catarata nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços pelos usuários e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População acima de 60 anos usuária do SUS (2.196.749), municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias de alta complexidade (Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável) na especialidade de Oftalmologia, contemplando toda a linha de cuidado no tratamento à Catarata.	Percentual	100	9.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1164	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE - OFTALMOLOGIA / TRATAMENTO AO DESCOLAMENTO DE RETINA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e cirurgias de alta complexidade (Vitrectomia Posterior com infusão de perfluorcarbono e endolaser e Vitrectomia posterior com infusão de perfluorcarbono/ óleo de silicone/ endolaser) na especialidade de Oftalmologia, de forma regionalizada, contemplando toda a linha de cuidado no tratamento do Descolamento de Retina.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 5.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos (Vitrectomia posterior com infusão de perfluorcarbono e endolaser e Vitrectomia posterior com infusão de perfluorcarbono/ óleo de silicone/ endolaser) de Oftalmologia nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado número de pacientes na lista de espera para atendimento com especialista.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Elevado número de pacientes que estão na lista de espera para realização do tratamento de descolamento de retina na especialidade de oftalmologia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A Sociedade Brasileira de Oftalmologia, em seu Caderno Saúde Ocular Brasil 2019, apresenta o Descolamento de Retina como uma das consequências a altos graus elevados de miopia, traumas e diabetes, sendo um problema de visão, na sua maioria, em idosos. Se não tratada em tempo hábil, resultam em sequelas irreversíveis, impactando na vida produtiva do indivíduo. No Rio Grande do Sul, há demanda reprimida que sugere a necessidade de ampliar os serviços no tratamento ao Descolamento de retina nos municípios, por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços pelos usuários e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

8.651.465 usuários do SUS, municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e cirurgias de alta complexidade (Vitrectomia posterior com infusão de perfluorcarbono e endolaser e Vitrectomia posterior com infusão de perfluorcarbono/ óleo de silicone/ endolaser) na especialidade de Oftalmologia, contemplando a linha de cuidado no tratamento ao Descolamento de Retina.	Percentual	100	5.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1165	AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NAS REGIÕES DE SAÚDE OFTALMOLOGIA / URGÊNCIA-EMERGÊNCIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e cirurgias (média e alta complexidade), em caráter de urgência, na especialidade de Oftalmologia, de forma regionalizada.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 4.000.000

OBJETIVO
Incrementar o número de procedimentos ambulatoriais, serviços clínicos e cirúrgicos de Oftalmologia, em caráter de urgência/ emergência, nos municípios do Rio Grande do Sul, de forma a melhorar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde - SUS e possibilitar que novos municípios se tornem referência na região de saúde para municípios vizinhos, compondo a rede de referências assistenciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Atualmente, apenas dois serviços no RS realizam atendimento de urgência e emergência na especialidade de oftalmologia.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente, apenas dois serviços no RS realizam atendimento de urgência e emergência na especialidade de oftalmologia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul, há dois serviços que oferecem atendimento de urgência/emergência em Oftalmologia. Pelas grandes distâncias geográficas e dificuldades de acesso, há muitos relatos de pacientes, inclusive jovens, com sequelas irreversíveis devido à demora de atendimento, comprometendo sua qualidade de vida, anos de produtividade e onerando o sistema com a dispensação de prótese oculares. Há necessidade de ampliar os serviços de urgência/emergência em Oftalmologia nos municípios por meio do aporte de recursos para composição das referências na Rede de Atenção à Saúde, haja vista melhorar o acesso aos serviços pelos usuários e impactar positivamente nos indicadores de saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Propiciar o acesso aos recursos diagnósticos e terapêuticos adequados em tempo oportuno, garantindo-se a integralidade do cuidado, conforme a necessidade de saúde do usuário.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços de atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

8.651.465 usuários do SUS, municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Custeio de NOVOS serviços de média complexidade, consultas, procedimentos com finalidade diagnóstica e terapêutica e cirurgias de média e alta complexidade na especialidade de Oftalmologia-Urgência/Emergência.	Percentual	100	4.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1166	EQUIPAR O HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DE PELOTAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos para o Hospital de Pronto Socorro de Pelotas - RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 30.000.000

OBJETIVO
Adquirir equipamentos e materiais permanentes para o Hospital de Pronto Socorro de Pelotas - RS.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Atualmente a Rede de Urgência e Emergência - RUE do município de Pelotas-RS e da Macrorregião Sul enfrenta dificuldades que impactam na baixa qualidade do acesso aos serviços, assim como na resolutividade do cuidado prestado, uma vez que não possui estrutura física adequada e suficiente para atender a população referenciada de cerca de um milhão de pessoas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas, diante da dificuldade em organizar a Rede de Urgência e Emergência para atender a demanda do município e da macrorregião de saúde, constatou a necessidade de premente mudança do local físico do pronto atendimento hospitalar de urgência e emergência, reorganizando a rede de atenção e o acesso a esse serviço na macrorregião.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Pelotas-RS é centro de referência para uma população de, aproximadamente, 1 milhão de habitantes da Macrorregião Sul do Estado. O município é um importante polo de educação e de saúde, contando com cinco hospitais que são referência em diversos serviços de média e alta complexidade, abrangendo as Regiões de Saúde 21 e 22, mas há no município um serviço de Pronto Socorro que apresenta limitações ao atendimento de toda essa população. A Macro Sul precisa de um HPS maior, estruturado para atender a população, principalmente voltado para o atendimento de pessoas que são vítimas de violência ou de trauma, como por exemplo, acidentes de trânsito, quedas e queimaduras, funcionando 24 horas por dia, qualificando a assistência na região. O Governo do Estado alocou recursos do tesouro estadual para financiamento da reestruturação e adequação da área física do referido hospital. O município, por sua vez, colaborou com a cedência do imóvel para a implantação do Hospital de Pronto Socorro de Pelotas-RS, que atende em média 300 usuários/dia.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Ampliar a estrutura física e de serviços a fim de atender as demandas de urgência e emergência regional e macrorregional.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.059.725 usuários da Macrorregião de Saúde Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Dom Pedrito, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Lavras do Sul, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas - RS.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de equipamentos para o HPS de Pelotas-RS	Percentual	100	30.000.000	18

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1167	EQUIPAR O HOSPITAL REGIONAL SANTA MARIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Arita Gilda Hubner Bergmann	51 32885803	arita-bergmann@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos para a implementação das diversas fases do funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 60.000.000

OBJETIVO
Equipar o prédio do Hospital Regional de Santa Maria, para colocar em funcionamento as diversas áreas que compõem o planejamento da operação do mesmo.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Atualmente a Rede hospitalar do município de Santa Maria - RS e da Macrorregião Centro Oeste enfrenta dificuldades que impactam na baixa qualidade do acesso aos serviços, assim como na resolutividade do cuidado prestado, uma vez que não possui estrutura física adequada e suficiente para atender a população referenciada de cerca de um milhão de pessoas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Dificuldade do município em organizar a Rede de Atenção Hospitalar para atender a demanda do município e da macrorregião de saúde.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Colocar em funcionamento uma unidade hospitalar regional com atendimento 100% SUS, com ênfase nas regiões da Campanha e Centro.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Ampliar a estrutura física e de serviços a fim de atender as demandas da atenção hospitalar da regional e macrorregional.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto em execução

PÚBLICO-ALVO

População das regiões da Campanha e Centro, macro Centro Oeste (1.025.188 pessoas), municípios e prestadores de serviço.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Santa Maria

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Leitos em funcionamento a partir da aquisição de equipamentos	Quantidade	100	60.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1168	AMBULATÓRIOS PÓS COVID

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Implantar 20 ambulatórios especializados multiprofissionais no atendimento de pacientes desenvolveram sequelas devido à infecção pelo Covid-19, distribuídos em todas as sete macrorregiões de saúde.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 48.000.000

OBJETIVO
Integrar a Linha de Cuidado Pós COVID-19, como componente da atenção especializada ambulatorial; promover o acompanhamento clínico e a reabilitação de pacientes que desenvolveram sequelas decorrentes da COVID-19 e que ficaram com limitações físicas, cognitivas ou psíquicas, mediante atendimento multiprofissional, sob enfoque interdisciplinar; realizar apoio matricial à APS; e desenvolver pesquisa clínica e inovação tecnológica.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A Covid-19 pode provocar comprometimento multissistêmico, com efeito prejudicial em vários órgãos, que pode persistir mesmo após a estabilização da situação aguda, acarretando impacto na qualidade de vida dos usuários. Algumas pessoas apresentam sintomas prolongados depois da infecção aguda e não recuperaram sua condição de saúde plena. São esperadas sequelas físicas, cognitivas e emocionais em parcela significativa de sobreviventes de formas graves da COVID-19, demandando cuidados clínicos e de reabilitação. Portanto, tão importante quanto tratar a infecção, é recuperar e acompanhar as sequelas deixadas pela doença. Nesse sentido, propomos a criação de Ambulatórios Pós-COVID-19 que ofertarão reabilitação e acompanhamento clínico geral, por equipe multidisciplinar.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
As complicações pós Covid-19 ainda não estão completamente caracterizadas e padronizadas, portanto ainda buscamos entender suas consequências no médio e longo prazos, bem como, as condições clínicas prevalentes que as caracterizam.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Faz-se necessário o investimento de recursos na área de saúde pública para atender pacientes com sequelas temporárias ou permanentes causadas pelo Covid 19, a maior epidemia do século XXI até o momento, para construir políticas públicas que acolham as necessidades em saúde específicas da população estabelecidas frente a esta nova realidade que a pandemia nos impôs.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
O projeto visa impactar positivamente na oferta e acesso aos serviços ambulatoriais especializados nas 7 macrorregiões de saúde do Estado, promovendo o acompanhamento clínico e a reabilitação de pacientes que desenvolveram sequelas decorrentes da COVID-19.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Pacientes pós-alta hospitalar (internação em UTI, Leito de Suporte Ventilatório Pulmonar e clínica) e também aqueles que não necessitaram de internação na fase aguda da infecção, que desenvolveram sequelas devido a infecção pelo Covid-19. Estima-se 999.667 pacientes, além de beneficiar toda a Rede de atenção à saúde.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ambulatórios de Especialidades Pós COVID-19 implantados	Quantidade	20	48.000.000	30

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1175	TUBERCULOSE NO CÁRCERE: UM SISTEMA DE DIAGNÓSTICO NAS PRISÕES GAÚCHAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Cristian Ericksson Colovini	51 99666625	cristian-colovini@susepe.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Implantação de centros de diagnóstico de tuberculose no sistema prisional

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.680.000

OBJETIVO
Reduzir a incidência da tuberculose nas prisões gaúchas.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Aumento da incidência de casos de tuberculose nas prisões gaúchas, resultando no acréscimo de medicações e custos de operação do Sistema Único de Saúde. Salienta-se ser uma afecção transmissível e que, apesar de curável, requer tratamento muitas vezes de longo prazo.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a incidência de Tuberculose (TB) nas unidades prisionais da América Latina é 22,2 vezes maior do que na população livre. No Brasil, estima-se que essa incidência seja 25 vezes maior e que a prevalência de TB ativa varie de 2,5% a 8,6% entre os presos. Em um estudo realizado por Fanfa et al (2019), relativo aos casos de tuberculose em pessoas privadas de liberdade no estado do Rio Grande do Sul, apresentou-se, no ano de 2018, 993 casos notificados de tuberculose em pessoas presas, equivalendo a 23,2% da população. No mesmo estudo de Fanfa et al (2019), apontou-se que a proporção de casos de tuberculose foi maior no sexo masculino, contemplando 94,8% das notificações. Em relação às características demográficas, 43,4% dos casos notificados tinham de 25 a 34 anos, 61% eram brancos e 50% tinham de 4 a 8 anos de estudo.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O controle da tuberculose é uma necessidade que urge na sociedade e que pode ser efetivado por essa ser uma doença curável e prevenível. Nesse contexto, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que viabilizem a redução da prevalência nas prisões, com ênfase na busca ativa de casos, considerando a epidemia instalada da doença nesses cenários e a possibilidade de gerar consequências extramuros, haja vista o contato e convivência dos detentos com os trabalhadores do presídio e com familiares (Silva et al, 2019). Assim, por meio da implantação dos centros de diagnóstico nas unidades prisionais, será possível a testagem das pessoas presas quando do ingresso no sistema penal, reduzindo a propagação da doença, ampliando a taxa de cura e reduzindo a necessidade de movimentações externas. Para tal, os centros de testagem serão implantados em 10 (dez) unidades prisionais, em cada uma das Regiões Penitenciárias do Estado, podendo abranger a testagem de outros estabelecimentos prisionais localizados na proximidade territorial.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Com a implantação dos centros de testagem, haverá maior agilidade nos diagnósticos a médio prazo e redução significativa da incidência de Tuberculose no sistema prisional. Consequentemente, o tratamento será iniciado precocemente, possibilitando aumentar as chances de cura e diminuir a resistência às medicações. A longo prazo utilização do sistema interno de testagem para 100% casos suspeitos de Tuberculose no Sistema prisional do Estado e liberação dos centros de diagnóstico da rede local de Saúde.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde
MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5023 - Vigilância em Saúde
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1200 - Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
20YJ - Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	O projeto beneficiará diretamente 43.175 pessoas privadas de liberdade e servidores penitenciários, além de familiares.
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	Bagé, Bento Gonçalves, Charqueadas, Ijuí, Montenegro, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Santa Maria.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Sanatório Partenon.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Autoclaves - Adquirido	Quantidade	10	70.000	24
Microscópio - Adquirido	Quantidade	10	35.000	24
Condicionador de Ar 12.000 btus- Adquirido	Quantidade	10	25.000	24



Equipamento Genexpert MTB/RIF - Adquirido	Quantidade	10	1.550.000	24
Agitadores Vortex - Adquirido	Quantidade	10	35.000	24
Kits Detecção Qualitativa MTB/RIF - Adquirido	Quantidade	488	750.000	24
Cabines Biológicas - Adquirido	Quantidade	10	190.000	24
Refrigerador - Adquirido	Quantidade	10	25.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1186	EQUIPAR O HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL (HPR), COM SEDE EM PALMEIRA DAS MISSÕES - RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Arita Gilda Hubner Bergmann	51 32885803	arita-bergmann@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos para o Hospital Público Regional em Palmeira das Missões-RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 38.000.000

OBJETIVO
Ampliar, fortalecer e qualificar a Rede de Atenção à Saúde da macrorregião, reduzindo o tempo de espera e filas da média e alta complexidade e permitindo ao cidadão um atendimento o mais próximo da sua região, município e local de trabalho.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Na área de abrangência do hospital (72 municípios num raio de 100 KM) há uma baixa oferta de serviços de assistência hospitalar de média e alta complexidade. Desse modo, a população local apenas tem acesso a esse tipo de serviço realizando grandes deslocamentos e, ainda assim, de forma restrita e com tempo de espera longo.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O estudo dos vazios assistenciais, extraídos do Sistema TAWBIN SIH (período de março de 2018 a fevereiro de 2019), TABWIN SIA (período de junho de 2018 a julho de 2019) e TABWIN (fevereiro de 2019), do Ministério da Saúde, apontou a seguinte realidade: 20% das internações da população residente nos 72 municípios aconteceram fora da região, 33% das internações cirúrgicas são realizadas fora da região do HPR, 97% das internações de alta complexidade aconteceram fora da região do HPR. Destas, 85% são cirúrgicas; 74% do cuidado intensivo (UTI) ocorre fora da região do HPR; 60% dos exames ambulatoriais são feitos fora da região; 34% dos exames de anatomia patológica são feitos fora da região do HPR; 35% das ultrassonografias são feitas fora da região do HPR; 100% da medicina nuclear é feita fora da região do HPR; 29% das endoscopias são feitas fora da região do HPR; 98% do diagnóstico especializado é feito fora da região; 100% do atendimento oncológico ambulatorial e feita fora da região do HPR; 50% do atendimento de nefrologia é realizado fora da região do HPR; Taxa de ocupação dos leitos hospitalares existentes na região do HPR foi de 29%, apontando assim a falta de resolutividade deles, confirmada pelo número de internações hospitalares de maior complexidade que são realizadas fora da região do HPR; Há déficit de 58 leitos de UTI Adulto e inexistem leitos de UTI neonatal e pediátrico na área de abrangência do HPR, entre outros problemas levantados.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A área de abrangência é formada por uma população de pequenos municípios e pequenos agricultores, sendo 93% SUS DEPENDENTE (não têm planos de saúde). Portanto, uma profunda restrição de acesso (longas distâncias) e subdiagnóstico (rede de saúde da região com baixa densidade tecnológica, baixa resolutividade, dificuldade de profissionais especialistas e da sua aderência e permanência na rede de serviço, pois não há segurança clínica ao profissional). Tudo isso causa desassistência e muitas vidas se perdem por falta de acesso e cuidado de qualidade. Por isso, o HPR, que é um hospital geral, de média e alta complexidade, vem romper com o processo de abandono das pessoas da região em questão.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Criação de um complexo produtivo da saúde de desenvolvimento econômico e social, com geração de renda, trabalho e emprego; centro de formação e pesquisa em saúde para as universidades e escolas técnicas, centro de atração e fixação de mão de obra para a saúde a partir do hospital como campo de formação, ensino (residência em saúde, criação de cursos na área da saúde etc.), mais acesso e resolutividade à saúde da população adstrita nas especialidades de média e alta complexidade que hoje buscam fora da região de abrangência do Hospital Público

Regional.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Saúde

MINISTÉRIOS

Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto em execução

PÚBLICO-ALVO

Pequenos municípios, pequenos produtores rurais, indígenas (maior concentração de índios do RS), setor de comércio, idosos (20% da população é idosa), entre outros, totalizando cerca de 502 mil pessoas. Serão beneficiados, ainda, estudantes universitários (Campus da UFSM em Palmeira das Missões e Frederico Westphalen), Universidade Regional Integrada - URI, setor imobiliário, comércio regional, profissionais que virão de outras regiões, cadeia produtiva (insumos, materiais, etc), entre outros.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Alegria, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Ametista do Sul, Barra do Guarita, Barra Funda, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Buricá, Bom Progresso, Braga, Caiçara, Campo Novo, Cerro Grande, Chapada, Condor, Constantina, Coqueiros do Sul, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cristal do Sul, Derrubadas, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Esperança do Sul, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Humaitá, Inhacorá, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Miraguaí, Nonoai, Nova Boa Vista, Nova Candelária, Nova Ramada, Novo Tiradentes, Novo Xingú, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Redentora, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, Santa Bárbara do Sul, Santo Augusto, São José das Missões, São José do Inhacorá, São Martinho, São Pedro das Missões, São Valério do Sul, Sarandi, Seberí, Sede Nova, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre e Vista Gaúcha.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões e Secretaria Municipal da Saúde de Palmeira das Missões



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamentos adquiridos	Percentual	100	38.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS.



Nº	PROJETO
1212	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS EQUIPADAS PARA RESERVA TÉCNICA DO SAMU RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533041	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de 9 ambulâncias equipadas, a serem disponibilizadas, conforme necessidade, aos municípios que possuem base municipal do SAMU 192 no Estado do RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 3.074.400

OBJETIVO
Garantir a continuidade dos atendimentos do SAMU 192, por meio de empréstimo de veículo da reserva técnica, em situações onde exista qualquer dano ou impedimento elétrico/mecânico temporário das ambulâncias utilizadas pelas equipes municipais habilitadas ao SAMU.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A demanda para o SAMU RS foi significativamente impactada pela pandemia de COVID-19, que aumentou a necessidade de atendimentos de urgência. Consequentemente, o processo de sucateamento da frota SAMU foi agravado, com prejuízo para a oferta de veículos utilizados como reserva técnica do SAMU RS. Esta realidade requer renovação da frota de veículos para viabilizar transporte seguro aos pacientes graves, em situação de risco iminente de morte, e aos profissionais da equipe de intervenção do SAMU.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A SES/RS possui 8 ambulâncias equipadas para serem utilizadas como reserva técnica das ambulâncias do SAMU, porém os veículos apresentam grande desgaste devido ao tempo de uso (anos 2010 e 2013), à frequência de utilização e às grandes distâncias percorridas, visto que são deslocados para quaisquer municípios onde se fizerem necessários, sendo emprestadas, aos municípios com equipes habilitadas no SAMU RS. Anteriormente, a SES/RS dispunha de 9 ambulâncias nesta frota, porém, em virtude do desgaste relatado, dois veículos foram convertidos em um único, com o aproveitamento das peças em condições de uso.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O SAMU Estadual conta atualmente com 227 equipes, distribuídas em 164 bases, que atendem 10.179.801 habitantes (89,5% da população gaúcha). A SES/RS possui 8 ambulâncias equipadas para serem utilizadas como reserva técnica das ambulâncias do SAMU, porém os veículos encontram-se sucateados, conforme já descrito. Caso algum dos veículos dos municípios não esteja em condições de uso, o gestor municipal poderá solicitar empréstimo de um dos veículos da reserva técnica da Secretaria Estadual de Saúde - SES/RS. Na impossibilidade deste empréstimo, quer seja porque todos os veículos já estão em uso, quer seja porque a ambulância reserva do Estado não está em condições, há o risco de paralisação do atendimento das demandas de urgência e emergência, atendidas pelo SAMU, naquele município.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
A agilidade e a qualidade do atendimento pré-hospitalar móvel tem o potencial de impactar, de forma importante, na prevenção da morbimortalidade da população. Em função disto, é preciso garantir a continuidade dos atendimentos prestados aos usuários do SUS pelo SAMU 192, por meio da manutenção de frota estadual de reserva técnica compatível e em adequadas condições para atender a grande demanda da população coberta pelo serviço, como reforço à frota municipal.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde
MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO
O projeto beneficiará diretamente 164 municípios gaúchos, sede da base do SAMU 192, atendendo cerca de 9,5 milhões de pessoas. O projeto beneficiará também 114 municípios atendidos pelas bases SAMU 192, que terão a continuidade do serviço garantida em caso de problemas com as ambulâncias de atendimento, beneficiando cerca de 640 mil pessoas.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Aceguá, Agudo, Ajuricaba, Alecrim, Alegrete, Alegria, Alvorada, Anta Gorda, Antônio Prado, Araricá, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio dos Ratos, Arroio do Tigre, Arroio Grande, Arvorezinha, Augusto Pestana, Bagé, Balneário Pinhal, Barra do Guarita, Barra Funda, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Princípio, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bozano, Braga, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Caibaté, Camaquã, Cambará do Sul, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Bom, Candelária, Cândido Godói, Candiota, Canela, Canguçu, Canoas, Canudos do Vale, Capão da Canoa, Capão do Leão, Capivari do Sul, Capela de Santana, Carazinho, Carlos Barbosa, Catuípe, Caxias do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Cidreira, Ciríaco, Condor, Constantina, Coqueiro Baixo, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Cristal, Cristal do Sul, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dois Irmãos, Dois Lajeados, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Doutor Ricardo, Encantado, Encruzilhada do Sul, Engenho Velho, Entre-Ijuís, Erebang, Erechim, Herval, Erval Grande, Erval Seco, Esperança do Sul, Espumoso, Estação, Esteio, Estrela, Eugênio de Castro, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Fazenda Vila Nova, Feliz, Flores da Cunha, Floriano Peixoto, Formigueiro, Forquetinha, Frederico Westphalen, Garibaldi, Getúlio Vargas, Giruá, Gramado, Gramado dos Loureiros, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Horizontina, Humaitá, Ijuí, Ilópolis, Imbé, Independência, Ipiranga do Sul, Itapuca, Itaqui, Itati, Ivoti, Jacuizinho, Jaguarão, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Lajeado, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Maquiné, Marau, Marcelino Ramos, Marques de Souza, Mato Leitão, Mato Queimado, Minas do Leão, Miraguá, Montenegro, Morro Reuter, Mostardas, Muçum, Muliterno, Nonoai, Nova Boa Vista, Nova Bréscia, Nova Candelária, Nova Hartz, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingú, Osório, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pareci Novo, Parobé, Passo do Sobrado, Passo Fundo, Paverama, Pejuçara, Pelotas, Pinhal, Pinheiro do Vale, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Poço das Antas, Porto Alegre, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Pouso Novo, Progresso, Quaraí, Redentora, Relvado, Restinga Seca, Rio Grande, Rio Pardo, Roca Sales, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Sananduva, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Maria do Herval, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São João do Polêsine, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José do Sul, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Martinho, São Nicolau,

São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Valentim do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Serafina Corrêa, Sério, Sete de Setembro, Sinimbu, Soledade, Tabai, Tapejara, Tapes, Taquara, Taquari, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Teutônia, Tiradentes do Sul, Torres, Tramandaí, Travesseiro, Três Cachoeiras, Três de Maio, Três Forquilhas, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tupanciretã, Tuparendi, Uruguiana, Vacaria, Vale Verde, Vanini, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vespasiano Corrêa, Viamão, Vila Nova do Sul, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Vitória das Missões, Westfália e Xangri-lá

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

DTERS/SPGG

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ambulâncias equipadas para reserva técnica do SAMU 192 no Estado do RS adquiridas.	Quantidade	9	3.074.400	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1213	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - EQUIPAR AMBULÂNCIAS DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR EM MUNICÍPIOS SEM SAMU 192

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533041	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Estruturação dos serviços de atendimento pré-hospitalar móvel dos municípios que não possuem cobertura do SAMU 192 no Estado do RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 2.878.100

OBJETIVO
Qualificar os atendimentos pré-hospitalares dos municípios que não possuem cobertura do SAMU 192 e cumprir a legislação vigente, no que se refere ao elenco mínimo de equipamentos disponíveis nas ambulâncias.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Atualmente, 1.197.438 habitantes (10,5% da população) do Estado do Rio Grande do Sul residem em 219 municípios sem cobertura do SAMU 192. Nestes municípios, o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência é realizado pela Corporação dos Bombeiros, Bombeiros Voluntários ou pelas ambulâncias brancas municipais. Para estruturar e/ou qualificar os serviços existentes relacionados, alguns equipamentos são necessários na ambulância, com destaque para os desfibriladores externos automáticos (DEA) e os oxímetros de pulso, que podem ser utilizados por profissionais socorristas capacitados.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O impacto dessa situação na morbimortalidade da população é de difícil comprovação por meio de dados estatísticos, uma vez que há outros fatores comuns a estes municípios que constituem vieses da análise dos resultados, tais como o pequeno porte populacional (92% tem menos de 10.000 habitantes) e ausência de outros serviços de urgência fixos. Ainda assim, há evidências bibliográficas suficientes da importância do atendimento pré-hospitalar móvel disponível, tempestivo, qualificado e com regulação do acesso. Nos municípios gaúchos que ainda não contam com cobertura do SAMU 192, cabe às gestões municipais organizar esta forma de atendimento com outros tipos de ambulâncias, sem cofinanciamento estadual e federal.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Necessidade de qualificar o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência em municípios que não contam com SAMU 192, minimizando deficiências causadas pelo financiamento municipal exclusivo: quantitativo subdimensionado de equipamentos nos veículos; ausência frequente de profissionais de saúde no atendimento (veículos tripulados apenas por condutores/socorristas); demanda espontânea sem regulação do acesso e, conseqüentemente, com risco de decisões não técnicas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Melhoria da qualidade dos atendimentos pré-hospitalares em municípios que não possuem atendimento do SAMU 192, a partir da aquisição de equipamentos para as ambulâncias municipais. Estas medidas têm o potencial de gerar impacto na redução de óbitos e sequelas, visto que os serviços estarão mais estruturados e qualificados para o atendimento das situações de urgência.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde



MINISTÉRIOS

Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente a população dos 219 municípios gaúchos que não possuem atendimento do SAMU 192, num total de 1,2 milhão de pessoas.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Água Santa, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Alto Alegre, Alto Feliz, Amarel Ferrador, Ametista do Sul, André da Rocha, Arambaré, Aratiba, Arroio do Padre, Áurea, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barracão, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Boa Vista do Sul, Bossoroca, Brochier, Cacique Doble, Caiçara, Camargo, Campestre da Serra, Campo Novo, Campos Borges, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Capitão, Caraá, Carlos Gomes, Casca, Caseiros, Centenário, Cerrito, Cerro Branco, Cerro Grande, Cerro Grande do Sul, Charrua, Chiapetta, Chuí, Chувиска, Colinas, Colorado, Coqueiros do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Coxilha, Crissiumal, Cruzaltense, Dezesseis de Novembro, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos das Missões, Dom Pedro de Alcântara, Eldorado do Sul, Entre Rios do Sul, Ernestina, Esmeralda, Estância Velha, Estrela Velha, Fagundes Varela, Faxinalzinho, Fontoura Xavier, Fortaleza dos Valos, Garruchos, Gaurama, General Câmara, Gentil, Glorinha, Gramado Xavier, Guabiju, Harmonia, Herveiras, Hulha Negra, Ibarama, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirapuitã, Ibirubá, Igrejinha, Imigrante, Inhacorá, Ipê, Iraí, Itaara, Itacurubi, Itatiba do Sul, Ivorã, Jaboticaba, Jacutinga, Jaquirana, Jari, Jóia, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Lagoa dos Três Cantos, Lajeado do Bugre, Lindolfo Collor, Linha Nova, Machadinho, Maçambará, Mampituba, Manoel Viana, Maratá, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Mata, Mato Castelhana, Maximiliano de Almeida, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Mormaço, Morrinhos do Sul, Morro Redondo, Muitos Capões, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Esperança do Sul, Nova Pádua, Nova Palma, Nova Ramada, Nova Roma do Sul, Novo Cabrais, Novo Barreiro, Paim Filho, Pantano Grande, Paraí, Paraíso do Sul, Passa Sete, Paulo Bento, Pedras Altas, Pedro Osório, Picada Café, Pinhal da Serra, Pinhal Grande, Pinto Bandeira, Pirapó, Pontão, Ponte Preta, Portão, Presidente Lucena, Protásio Alves, Quatro Irmãos, Quevedos, Quinze de Novembro, Rio dos Índios, Riozinho, Rolador, Rolante, Roque Gonzales, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Salvador do Sul, Santa Bárbara do Sul, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, Santo Augusto, Santo Expedito do Sul, São Domingos do Sul, São Jerônimo, São João da Urtiga, São Jorge, São José das Missões, São José do Herval, São José do Hortêncio, São José do Ouro, São José dos Ausentes, São Martinho da Serra, São Miguel das Missões, São Pedro da Serra, São Pedro das Missões, São Valentim, São Valério do Sul, São Vendelino, São Vicente do Sul, Segredo, Selbach, Sentinela do Sul, Sertão, Sertão Santana, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Sobradinho, Tapera, Taquaruçu do Sul, Tio Hugo, Toropi, Três Arroios, Três Coroas, Tunas, Tupanci do Sul, Tupandi, Turuçu, Ubiretama, União da Serra, Unistalda, Vale do Sol, Vale Real, Veranópolis, Viadutos, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Flores, Vila Lângaro, Vila Maria e Vista Alegre do Prata.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretarias Municipais de Saúde.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Desfibriladores Externos Automáticos (DEA) para os serviços de atendimentos pré-hospitalares de urgência dos municípios sem atendimento do SAMU 192 adquiridos.	Quantidade	219	2.043.270	15
Oxímetros de Pulso para os serviços de atendimentos pré-hospitalares de urgência dos municípios sem atendimento do SAMU 192 adquiridos.	Quantidade	219	834.830	15

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1214	QUALIFICAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA – SERVIÇO PRÉ-HOSPITALAR – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMBULÂNCIAS DO SAMU.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533041	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Substituição ou complementação dos equipamentos utilizados nas ambulâncias do SAMU 192, tecnologicamente obsoletos e/ou sem conserto viável.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 6.516.400

OBJETIVO
Garantir a qualidade e a resolutividade dos atendimentos do SAMU 192 e cumprir a legislação vigente, no que se refere ao elenco mínimo de equipamentos disponíveis nas ambulâncias. Dispor de equipamentos extras na SES (reservas técnicas) para reposição em casos de falta de equipamentos nas ambulâncias, por manutenção ou necessidade de substituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Os equipamentos atualmente disponíveis nas ambulâncias do SAMU, predominantemente, foram doados pelo Ministério da Saúde (MS), quando da implantação do serviço, encontrando-se obsoletos pelo tempo de uso e grande desgaste.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Muitas ambulâncias de suporte avançado contam com equipamentos antigos, que exigem manutenção com frequência. O processo de manutenção/conserto pode provocar indisponibilidade temporária do equipamento, o que dificulta a atuação das equipes para o transporte de pacientes graves. Em relação às ambulâncias de suporte básico, frequentemente apresentam problemas nos desfibriladores externos automáticos (DEA), necessitando de manutenção/substituição.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O SAMU Estadual conta atualmente com 227 ambulâncias, distribuídas em 164 bases, que atendem 278 municípios, proporcionando uma cobertura populacional de 10.179.801 habitantes (89,5% da população gaúcha). Além destes, há mais 18 municípios que contam com ambulâncias SAMU para transporte de seus residentes entre unidades de saúde. A rede SAMU RS contempla, atualmente, 36 ambulâncias de suporte avançado de vida (que devem contar com todos os equipamentos necessários para uma estrutura de UTI Móvel) e 191 unidades de suporte básico de vida (que deverão contar com DEA, essenciais para a reanimação de pacientes em Parada Cardiorrespiratória na ausência do profissional médico). Trata-se de uma rede importante de equipes, com volume expressivo de atendimento pré-hospitalar, o que justifica a disponibilidade permanente de equipamentos em boas condições de uso.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Qualificação dos atendimentos prestados aos usuários do SUS, pelo SAMU 192, com conseqüente redução da morbimortalidade pelos principais motivos de atendimento das urgências.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde



MINISTÉRIOS

Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente as 36 Unidades de Suporte Avançado de Vida (USA), distribuídas nos 33 municípios gaúchos e 131 municípios que contam somente com base de USB, beneficiando cerca de 9,4 milhões de pessoas. O projeto ainda beneficiará de forma indireta 132 municípios, num total de 885 mil pessoas.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Aceguá, Agudo, Ajuricaba, Alecrim, Alegrete, Alegria, Alvorada, Anta Gorda, Antônio Prado, Arambaré, Araricá, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio dos Ratos, Arroio do Tigre, Arroio Grande, Arvorezinha, Augusto Pestana, Bagé, Balneário Pinhal, Barra do Guarita, Barra Funda, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Princípio, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bozano, Braga, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Caibaté, Camaquã, Cambará do Sul, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Bom, Candelária, Cândido Godói, Candiota, Canela, Canguçu, Canoas, Canudos do Vale, Capão da Canoa, Capão do Leão, Capivari do Sul, Capela de Santana, Carazinho, Carlos Barbosa, Catuípe, Caxias do Sul, Cerro Grande do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Chuvisca, Cidreira, Ciriaco, Condor, Constantina, Coqueiro Baixo, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Cristal, Cristal do Sul, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dois Irmãos, Dois Lajeados, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Engenho Velho, Entre-Ijuís, Erebangó, Erechim, Herval, Erval Grande, Erval Seco, Esperança do Sul, Espumoso, Estação, Estância Velha, Esteio, Estrela, Eugênio de Castro, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Fazenda Vila Nova, Feliz, Flores da Cunha, Floriano Peixoto, Formigueiro, Forquetinha, Frederico Westphalen, Garibaldi, Getúlio Vargas, Giruá, Gramado, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Herveiras, Horizontina, Humaitá, Ijuí, Ilópolis, Imbé, Independência, Inhacorá, Ipiranga do Sul, Itapuca, Itaqui, Itati, Ivoti, Jaboticaba, Jacuizinho, Jaguarão, Jaguarí, Jóia, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Lajeado, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Maquiné, Marau, Marcelino Ramos, Marques de Souza, Mato Leitão, Mato Queimado, Minas do Leão, Miraguai, Montenegro, Morro Reuter, Mostardas, Muçum, Muliterno, Nonoai, Nova Boa Vista, Nova Bréscia, Nova Candelária, Nova Hartz, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Ramada, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingú, Osório, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pantano Grande, Pareci Novo, Parobé, Passo do Sobrado, Passo Fundo, Paverama, Pejuçara, Pelotas, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Poço das Antas, Portão, Porto Alegre, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Quaraí, Redentora, Relvado, Restinga Seca, Rio Grande, Rio Pardo, Roca Sales, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Sananduva, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Maria do Herval, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São Jerônimo, São João do Polêsine, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José do Sul, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Martinho, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Valentim do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberí, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Sentinela do Sul, Serafina Corrêa, Sério, Sertão Santana, Sete de Setembro, Sinimbu, Soledade, Tabaí, Tapejara, Tapes, Taquara, Taquari, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Teutônia,



Tiradentes do Sul, Torres, Tramandaí, Travesseiro, Três Cachoeiras, Três de Maio, Três Forquilhas, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tupanciretã, Tuparendi, Uruguaiana, Vacaria, Vale Verde, Vale do Sol, Vanini, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vespasiano Corrêa, Viamão, Vila Nova do Sul, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Vitória das Missões, Westfália e Xangri-lã.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Desfibriladores Externos Automáticos para reserva técnica das Unidades de Suporte Básico do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	10	93.300	15
Ventiladores Mecânicos para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	36	3.706.200	15
Desfibriladores/Cardioversores para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	36	2.238.150	15
Bombas de Infusão para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridas.	Quantidade	36	313.400	15
Aspiradores portáteis para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	36	165.350	15

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1218	MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA E DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Teresinha Valduga Cardoso	51 32885818	teresinha-cardoso@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Realizar melhorias nas instalações elétricas, de rede lógica e de informática; adequação de uso e de capacidade de ambientes para a realização de eventos e capacitações; cercamento do terreno e execução de soluções para garantir a acessibilidade das edificações; adquirir e instalar nos auditórios equipamentos e substituir o mobiliário existente; e desenvolver, instalar e implementar um sistema informatizado para gestão acadêmica das escolas.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 3.143.000

OBJETIVO
Reestruturação e modernização das edificações e informatização da gestão acadêmica da Escola de Saúde Pública (ESP) e da Escola de Educação Profissional do SUS (ETSUS).

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A inadequação da estrutura física, rede elétrica e acessibilidade, e a falta de aparelhamento adequado à continuidade dos processos educacionais da Escola de Saúde Pública (ESP) e da Escola de Educação Profissional do SUS (ETSUS).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Tomadas e iluminação precárias, queimando aparelhos e lâmpadas devido a sobrecargas, equipamentos que não podem ser ligados simultaneamente por falta de potência, inexistência de software acadêmico dificultando o processamento dos documentos de alunos e docentes, más condições dos auditórios inviabilizando a execução de aulas e cursos, tanto pela falta de mobiliário adequado quanto de equipamentos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>A Escola de Saúde Pública é um Centro de Educação e Pesquisa em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, cuja missão é a gestão da educação em Saúde Coletiva no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, que contribuam para o fortalecimento do SUS e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população gaúcha. A Escola desempenha o papel de formação e aperfeiçoamento de profissionais para o setor de saúde, de planejamento e execução de atividades referentes à educação permanente e à pós-graduação dos profissionais do SUS, apoio ao desenvolvimento de recursos humanos, coordenação e desenvolvimento dos programas de Residência Integrada em Saúde no âmbito do SUS, de difusão de conhecimentos técnicos e científicos, através do ensino e publicações, a assessoria técnica e consultoria especializada na área da educação para a saúde.</p> <p>A reestruturação e modernização da Escola de Saúde Pública e da Escola de Educação Profissional são importantes, porque visam qualificar a sua infraestrutura física e os seus equipamentos e mobiliários. Em relação ao aspecto físico pretende executar melhorias nas instalações elétricas, buscando potencializar a eficiência energética e prevenir sinistros, nas instalações de rede lógica e de informática, na adequação de uso. Em relação aos equipamentos e mobiliários o projeto visa adquirir e instalar nos auditórios equipamentos multimeios e substituir os mobiliários existentes por novos que atendam as condições de ergonomia, tornando os ambientes mais adequados. Em relação ao sistema informatizado para gestão acadêmica (desenvolvimento, instalação e implementação) visa atualizar a infraestrutura tecnológica e garantir maior segurança, interatividade e agilidade no processamento dos dados, facilitando o acesso às informações para gestores, docentes e discentes. O mobiliário e os equipamentos obsoletos limitam a execução de algumas atividades educacionais.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
A melhora na qualidade do ensino, capacitação e atualização dos profissionais da área de saúde no Estado do Rio Grande do Sul será verificada metrificando o uso dos ambientes, equipamentos e mobiliários; por meio de indicadores

de uso, quantitativo de demandas, número de cursos ofertados e do número de alunos formados que são disponibilizados no relatório de gestão da SES/RS.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde
MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5021 - Gestão e Organização do SUS
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1217 - Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
20YD - Educação e Formação em Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras, bens e serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
123.517 trabalhadores da saúde de 497 municípios, da gestão estadual, servidores da Escola de Saúde Pública e da Escola de Educação Profissional do SUS, professores, tutores, residentes, oficinairos, palestrantes, alunos e instituições de ensino parceiros da SES e Ministério da Saúde. Indiretamente, toda a população será beneficiada.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Corede Metropolitano Delta do Jacuí	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Secretaria da Saúde	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Escola de Saúde Pública e Escola Técnica do SUS.	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Sistema informatizado para gestão acadêmica desenvolvido, instalado e implementado	Quantidade	1	100.000	18
Mobiliários e equipamentos adquiridos	Percentual	100	468.000	12



Reforma e ampliação para modernização da infraestrutura existente executadas	Percentual	100	2.575.000	36
--	------------	-----	-----------	----

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1220	TRATAMENTO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Vicente da Cunha Pires	51 32885662	luiz-pires@sop.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de unidades compactas e automatizadas para desfluoretação de águas subterrâneas de abastecimento.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 4.979.600

OBJETIVO
Desenvolver um sistema automatizado para a desfluoretação de águas subterrâneas até níveis adequados ao consumo humano.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Alto nível de flúor em águas subterrâneas para para consumo humano.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
<p>A presença de flúor em águas destinadas ao consumo humano requer atenção dos gestores públicos. Se por um lado, a presença de fluoreto em águas tem um papel importante para a calcificação do esmalte e no controle de cárie dental, por outro, a ingestão desse íon em excesso pode acarretar em fluorose dental, principalmente em crianças, levando à mineralização defeituosa do esmalte (BRASIL, 2021). Além da fluorose dental, outras doenças podem ser originadas devido à alta concentração desse íon, como distúrbios gastrointestinais, fluorose esquelética, baixos níveis de hemoglobina, depressão, náusea, deformidade em glóbulos vermelhos, entre outras (SINGH et al., 2016).</p> <p>Diante da escassez de água e das estiagens cada vez mais rigorosas e frequentes, o uso de águas subterrâneas tem sido uma alternativa para o abastecimento hídrico da população. Diante disso, o controle de excesso de flúor em águas subterrâneas também precisa ser constante, assim como é rigorosamente realizado nos sistemas tradicionais de estações de tratamento. Em água subterrâneas no Brasil, foram identificadas concentrações de fluoreto acima do Valor Máximo Permissível (VMP) de 1,5 mg/L, conforme estabelece a Portaria de Consolidação nº 5/2017 do Ministério da Saúde, nos três tipos diferentes de aquíferos: granuloso, fissural e cárstico. No Rio Grande do Sul, de acordo com o Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), atualmente existem 19.654 poços tubulares cadastrados em seu sistema, localizados em todo o estado. Essas soluções alternativas de abastecimento são responsáveis pela entrega de água potável para cerca de dois milhões de gaúchos que não são abastecidos pelo sistema tradicional de estações de tratamento e, conseqüentemente, podem estar expostos a níveis impróprios de flúor. Machado (2008) demonstra que em alguns lugares do Rio Grande do Sul abastecidos pelo Sistema Aquífero Guarani, a água não é de boa qualidade, por ser salobra. Obtendo ainda, em diversas localidades, resultados que demonstram ocorrências anômalas de fluoreto acima do VMP, o que tem comprometido a utilização da água para consumo humano. Sérios problemas de saúde pública e desperdício de finanças públicas na busca de alternativas para o abastecimento das comunidades, sobretudo rurais, são ocasionados devido a essas concentrações excessivas de fluoreto nas águas. Conforme o Mapa Hidrogeológico do Estado do Rio Grande do Sul - Escala 1: 750.000 (CPRM, 2005a) e o Relatório associado (CPRM, 2005b).</p>

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Brasil, e particularmente no RS, alguns municípios não dispõem de sistema público de abastecimento de água, sendo que, os que o possuem, limitam-se fundamentalmente à área urbana do município. Comunidades que não dispõem de água tratada utilizam a água proveniente de poços e/ou fontes naturais, denominados sistemas alternativos de abastecimento. Muitos desses sistemas de abastecimento são administrados pelas próprias comunidades, na forma de cooperativas denominadas "Sociedades Hídricas", e supervisionados pela vigilância sanitária, municipal e estadual. Em diversos casos, essas águas não apresentam condições adequadas para consumo humano, devido a algumas características físicas, químicas ou microbiológicas. O consumo de água com concentração

excessiva de íons fluoreto é apontado, por Maier (1971) e por Meenakshi e Maheshwari (2006), como a causa de uma patologia denominada fluorose dental, que atinge principalmente crianças, a qual tem sido diagnosticada em mais de 20 países. Cabe destacar que a contaminação por íons fluoreto não é de fácil tratamento. Estudos desenvolvidos pela UNISC e por outros autores, indicaram que a construção de sistemas de filtração com carvão ativado de osso é a alternativa técnica e economicamente mais adequada à realidade de pequenas comunidades. Para atender a demanda de água potável de uma unidade familiar. Contudo, para atender a demanda de sistemas de abastecimento como um todo, é necessária a adoção de sistemas de desfluoretação ainda mais eficientes. O presente projeto propõe uma solução técnica e economicamente viável para a erradicação da fluorose dental, caracterizada pela fácil operação e manutenção, de aplicação imediata e adequada à realidade das pequenas comunidades brasileiras. Para isso, será desenvolvida uma unidade compacta e automatizada para desfluoretação de águas de abastecimento, por precipitação por contato, adequada para atender uma vazão de até 5000 L.h-1. Em última análise, o projeto visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de ações sustentáveis que visam o desenvolvimento de novas tecnologias, permitindo o acesso universal e igualitário à água potável.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A implementação de uma unidade desfluoretação automatizada, adequada para a remoção de íons fluoreto junto ao ponto de captação e/ou distribuição, com custo acessível, permitirá a utilização segura dessas fontes de abastecimento para suprir a demanda das comunidades e preservar o investimento de recursos públicos, destacando que a manutenção da qualidade da água dentro dos parâmetros de potabilidade é uma estratégia de saúde pública fundamental para a manutenção da qualidade de vida de uma população, além de ser um direito fundamental. Esta estratégia é particularmente importante para pequenas comunidades, que por estarem afastadas dos grandes centros urbanos apresentam uma estrutura de assistência à saúde mais precária.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Saúde

MINISTÉRIOS

Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2222 - Saneamento básico

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População rural das cidades da região dos Vales do Rio Pardo e Rio Taquari (340.000 pessoas), além da população urbana dessas cidades e das cidades adjacentes.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Coredes Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Obras e Habitação

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Unidade compacta de desfluoretação composta por: 1 Tanque de filtração (700 - 1000 litros), 2 Filtros auxiliares, 1 Conexões e materiais hidráulicos, 1000 Carvão ativado de osso, Reagentes e materiais de laboratório, 1 Contêiner (3.00 x 2.00 x 2.20), Reagentes tratamento de água, Materiais de automação, Material elétrico básico, Material de eletrônica	Quantidade	54	4.979.600	36

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS.



Nº	PROJETO
1221	SISTEMA POÇOS TUBULARES PROFUNDOS E REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Henrique Feijó Machado	51 32885662	luiz-machado@sop.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Implantação de poços tubulares profundos e redes de água potável nas comunidades rurais do RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 9.000.000

OBJETIVO
Ampliar a oferta regular de abastecimento de água, diminuindo o déficit hídrico que aflige as comunidades rurais do estado, por meio da viabilização de recursos aos municípios para implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água a partir de poços tubulares profundos e/ou redes para comunidades das zonas rurais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Déficit hídrico nas comunidades rurais gaúchas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
<p>Conforme a 6ª Edição do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o atendimento aos serviços de água ocorre por meio de rede geral de distribuição e também por outras alternativas de ocorrências mais comuns no meio rural. Com os dados do SNIS de 2018, o índice de atendimento total de água (rural e urbano) no RS atingiu 86,4%. Se medirmos somente o atendimento urbano, o atendimento chega a 97,4%. Há, ainda, muito a ser feito para a universalização do abastecimento de água, sendo um desafio especial a zona rural do Estado.</p> <p>Em recente prognóstico climático para os próximos meses no RS, tratado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, as análises técnicas apontam para chuvas abaixo da média e a não recuperação do déficit hídrico nos períodos de inverno, primavera e verão.</p> <p>O fornecimento regular de água potável nessas comunidades de zonas rurais se dá por meio dos poços tubulares profundos. Além do desafio de utilizar as águas subterrâneas dentro dos preceitos legais, para a saúde da população e preservação dos mananciais, com a devida outorga, os municípios se veem obrigados em determinadas circunstâncias a transportar água por caminhões-pipas quando não há fontes ou condições de captação.</p> <p>Cabe ao Estado, repassar recursos aos municípios e instrumentalizá-los para consolidar sistema integrado de saneamento com água potável, desde a captação até a entrega nas residências.</p>

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Desde o início do diagnóstico que resultou no Plano de Enfrentamento à Estiagem, o processo de utilização de águas subterrâneas para o consumo humano compreendia não só a execução de poços tubulares profundos, mas também a efetiva distribuição da água potável até as residências da população afetada, tanto é que o maior dos programas lançados recentemente no estado, em termos de valores e de municípios, fora estruturado à Funasa, e compreendia recursos para poços e redes. Ocorre que, justamente estes recursos para 211 municípios, que se preparavam para implantar poços e redes de água potável, foram contingenciados.</p> <p>Como base para este Projeto, temos os municípios diretamente impactados a partir da estiagem e a escassez de água, que necessitam implementar de forma urgente/inadiável os poços tubulares profundos, visando fazer a água chegar em todas as residências das localidades afetadas.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Estabelecer condições para que a população permaneça em suas localidades originais, onde o Estado promove infraestrutura para tal, tendo o elemento do acesso à água potável como essencial. Trata-se de acolher o município e as camadas mais desfavorecidas que acessam de forma precária os serviços de saneamento básico com fornecimento de redes de água potável.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL



FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2222 Saneamento Básico

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1189 - Ampliar o acesso da população a serviços adequados de saneamento básico

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
21C9 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO
População das comunidades rurais distribuídas por 90 municípios do estado (36.000 pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Poços Tubulares Profundos ao custo estimado de 100 mil reais por poço.	Quantidade	90	9.000.000	36

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1232	FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alpheu Ferreira do Amaral Junior	51 32885979	alpheu-junior@saude.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Qualificação de profissionais de saúde que atuam na Rede de Atenção à Saúde, prioritariamente os da Atenção Básica, para a oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 528.800

OBJETIVO
Ofertar qualificação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde para que seja ampliado o escopo terapêutico relacionado aos procedimentos, atendimentos individuais e atividades coletivas que são realizados por profissionais de saúde para a promoção da integralidade, recuperação e manutenção da saúde das pessoas e dos coletivos, integrando modelos de cuidado complexos e complementares.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Há uma exígua oferta de procedimentos, atendimentos e atividades coletivas que utilizam as PICS como técnica de cuidado, promoção e recuperação da saúde por parte dos profissionais de saúde que atuam nos serviços da Rede de Atenção do SUS/RS.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O Estado do Rio Grande do Sul é composto por 497 municípios e, destes, apenas 281 realizaram algum registro de atendimento em PICS no ano de 2020.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul recomendam a disponibilização das PICS em todos os níveis de atenção, mas, estrategicamente, priorizam e dão ênfase para a oferta nos serviços de atenção primária à saúde. A prioridade se configura como estratégia para disponibilizar PICS em estabelecimentos de saúde que estão próximos aos territórios de vida das pessoas, que são orientados para o primeiro contato com os usuários do SUS, de porta-aberta, com território e população definidas para ações de cuidado e promoção à saúde. A oferta da qualificação profissional em PICS para os profissionais inseridos na Rede de Atenção à Saúde investe fundamentalmente para a produção de um processo de trabalho que está sustentado em tecnologias leves de cuidado (acolhimento e produção de vínculo e cuidado longitudinal) e no emprego de conhecimentos estruturados para a produção de saúde. O registro de oferta de PICS em apenas 281 dos 497 municípios RS denuncia a precária implementação dessa política de saúde, a falta de formação/conhecimento dos trabalhadores de saúde para a oferta de cuidado por meio das PICS. Disponibilizar PICS nos serviços da Rede de Atenção à Saúde colabora para ampliar acesso, atendimento integral, oferta de atividades de promoção à saúde.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Desenvolver a capacidade crítica, ética e reflexiva para a integração dos modelos de cuidado no SUS; conhecer as bases teóricas e filosóficas de outras racionalidades em saúde que compõe o escopo das PICS; promover a oferta de técnicas de cuidado individual e coletivas para a promoção, recuperação e manutenção da saúde física e mental; promover a oferta de educação em saúde para o autocuidado apoiado; efetivar a implementação da Política Estadual de PICS no RS. Ao capacitar profissionais de saúde para oferta de PICS são esperados, em curto prazo, que os usuários de saúde recebam nos serviços de saúde do SUS um cuidado humanizado e centrado na integralidade do indivíduo, que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. As PICS estão se apresentando como ferramentas terapêuticas potentes, quando aliadas ao tratamento convencional,

de diversas condições crônicas como obesidade, diabetes mellitus, hipertensão arterial (HA), fatores de risco para doenças cardiovasculares (DCV), depressão, ansiedade e insônia, de acordo com os Informes de Evidências produzidos pelo Ministério da Saúde. Em médio e longo prazo se espera que a utilização das PICS tenha um impacto positivo sobre as condições crônicas de saúde.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde
MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5019 - Atenção Primária à Saúde
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	1.200 profissionais que atuam na Rede de Atenção à Saúde do SUS do RS, dando prioridade para os que atuam nas equipes de Atenção Básica, além da população atendida pelos profissionais, indiretamente.
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	Rio Grande do Sul
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	Secretaria da Saúde

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso de Qualificação Profissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Curso de Acupressão	Quantidade	1	13.2200	24



Curso de Qualificação Profissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Craniopuntura - Escalpopuntura de Yamamoto	Quantidade	1	132.200	24
Curso de Formação de Facilitadores em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Craniopuntura - Escalpopuntura de Yamamoto	Quantidade	1	132.200	24
Curso de Qualificação Profissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - Lian Gong	Quantidade	1	132.200	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1259	VIATURAS AMBULÂNCIAS RESGATE PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de veículos do tipo ambulâncias de resgate.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.428.600

OBJETIVO
Prover o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) com frota de ambulância tipo resgate, de modo a qualificar o atendimento pré-hospitalar e garantir suporte básico à vida da população do Estado do Rio Grande do Sul.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Déficit de Ambulâncias de resgates para Serviço de Suporte Básico de Vida, que vem a comprometer o sucesso no cumprimento das missões afetadas ao CBM, haja vista que sobrecarrega a frota de ambulâncias existentes e limita a execução.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Dos 93 municípios atendidos pelas guarnições com resgate voltados ao suporte básico de vida, restam 20 a serem abrangidos. Esses municípios totalizam cerca de 5.900.000 (cinco milhões e novecentos mil) habitantes. Entre os anos de 2017 a 2020, o total de ocorrências de Atendimento Pré-Hospitalar efetuados pelo CBMRS foi de 57.347, e em parte dessas ocorrências não havia veículo especializado para esse tipo de atendimento. Atualmente o CBMRS possui 113 quartéis de bombeiros em 93 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Porém, somente em 45 municípios estão sendo oferecidos os serviços de Suporte Básico de Vida com veículo especializado para esse tipo de ocorrência. Nos demais 20 municípios, a ausência desse tipo de veículo especializado prejudica o atendimento de Suporte Básico de Vida à população local.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Atualmente, as ocorrências de atendimento pré-hospitalar estão aumentando a cada dia. Há uma necessidade de aquisição de veículos de transporte especializados, para que se diminua o risco de morte e aumente as chances de vida das pessoas com um rápido tempo resposta proporcionado pelo CBMRS, prolongando a vida e promoção da saúde física e mental da população em todos os municípios com unidades de bombeiros e, ainda, atender a demanda reprimida existente. As aquisições serão destinadas às emergências de resgate, assim aumentando a frota de viaturas desta natureza para que possa ampliar esse tipo de atendimento, beneficiando, assim, 20 municípios divididos pelos 12 Batalhões de Bombeiro Militar do CBMRS.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Diminuição do tempo-resposta da chegada na ocorrência e aumento da taxa de sobrevivência dos acidentados.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5019 - Atenção Primária à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Aproximadamente 5.900.000 (cinco milhões e novecentos mil) habitantes de 48 Municípios-Sede de Bombeiros Militares, além da população dos 210 municípios circunvizinhos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículos de Resgate (Ambulância Tipo C) devidamente adaptada para o serviço do Corpo de Bombeiros Militar, com capacidade de transportar guarnição e equipamentos necessários para o atendimento a ocorrências de atendimento pré-hospitalar.	Quantidade	20	6.428.600	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1271	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de Desfibriladores Externos Automáticos para as ambulâncias de resgate do Corpo de Bombeiros Militar do RS (CBMRS).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 304.800

OBJETIVO
Melhoria no atendimento ao suporte básico de vida da população do Estado do Rio Grande do Sul.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Alto índice de mortalidade em pessoas que sofrem Parada Cardiorrespiratória por arritmia e fibrilação ventricular.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O CBMRS possui viaturas do tipo Ambulância, para atendimento pré-hospitalar. Entretanto, na grande maioria dessas viaturas, não há disponível Desfibrilador Externo automático para atendimento. Logo, a ausência desse equipamento acarreta numa grande diminuição de salvamento de vidas no atendimento a ocorrências de vítima em Parada Cardiorrespiratória por arritmia fibrilação ventricular.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O índice de ocorrências de atendimento pré-hospitalar realizado pelo CBMRS está aumentando cada vez mais, sendo que, há uma tendência desses índices aumentarem, tendo em vista que está em processo de implementação de ambulâncias em todos os 94 municípios em que o CBMRS possui efetivo. Com o surgimento de maior demanda para o atendimento pré-hospitalar, é essencial que cada ambulância possua um Desfibrilador Externo Automático, para que se tenha um melhor atendimento à população gaúcha. O DEA é um item essencial para garantir que uma vítima de ataque cardíaco consiga tempo suficiente para ser atendida e encaminhada a um hospital e, assim, evitar a sua morte. Ele é essencial para o tratamento a vítimas de arritmias malignas como taquicardias e fibrilação ventricular.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Aumento da taxa de sobrevivência às vítimas em Parada Cardiorrespiratória pela arritmia fibrilação ventricular,

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5019 - Atenção Primária à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios-sede da Área de Responsabilidade Territorial dos Batalhões de Bombeiro Militar do CBMRS (8,9 milhões de pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) C/ DISPLAY LCD E TRAÇADO ECG	Quantidade	20	304.800	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1275	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA AUTÔNOMA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de Equipamentos de Proteção Respiratória Autônoma de Alta Pressão.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 270.600

OBJETIVO
Promoção da proteção respiratória dos bombeiros militares no combate a incêndios.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Uma das principais atividades do Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS), reconhecida pela população, é o combate ao incêndio. Nessas ocorrências, os bombeiros se deparam com diversos tipos de gases devido à combustão de determinados tipos de materiais. A elevada exposição do militar a monóxido de carbono e demais gases tóxicos nas ações de combate a incêndio acarreta diversos tipos de problemas, principalmente no sistema respiratório.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Nas ocorrências de combate a incêndio, o gás tóxico do monóxido de carbono pode causar a morte, quando inalado em grandes quantidades. Ainda sim, a fumaça emite pequenas partículas em suspensão que, caso cheguem aos pulmões, acarretam danos nas vias respiratórias. Logo, é necessário que todo o efetivo do CBMRS possua o equipamento. Atualmente, os pelotões possuem uma quantidade mínima do equipamento, que atende apenas um ou dois bombeiros na ocorrência, deixando, assim, parte da guarnição sem proteção respiratória.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A aquisição de equipamento de proteção respiratória autônoma visa à proteção dos militares no combate a incêndio. Nessas ocorrências, os bombeiros se deparam com diversos tipos de gases devido à combustão de determinados tipos de materiais. O contato com esses gases pode acarretar diversos tipos de problemas, principalmente no sistema respiratório do militar. Com o equipamento de proteção respiratória, diminui a exposição do bombeiro ao monóxido de carbono e demais gases tóxicos gerados pelo incêndio.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Promoção da saúde e segurança dos militares do Corpo de Bombeiros Militar do RS no combate a incêndios e melhor eficiência no atendimento à população gaúcha.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Saúde

MINISTÉRIOS
Ministério da Saúde

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5019 - Atenção Primária à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do RS e a população.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamento de Proteção Respiratória Autônoma	Quantidade	30	270.600	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);


Indicado para transferência especial.



Segurança Pública

- 1176 PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO RS
- 1179 ADOÇÃO DE NOVAS FONTES SUSTENTÁVEIS E ECONÔMICAS NO AMBIENTE PRISIONAL
- 1226 REAPARELHAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE TI DA BRIGADA MILITAR
- 1229 REAPARELHAMENTO DA BRIGADA MILITAR COM ARMAMENTO ELETROELETRÔNICO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR
- 1230 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 01
- 1233 REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE OSÓRIO
- 1234 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 02
- 1236 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 03
- 1240 1ª SEDE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
- 1242 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 04
- 1245 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 05
- 1246 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 06
- 1248 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 07
- 1250 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 08
- 1251 REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 09
- 1257 CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO MÉDICO-LEGAL, ALMOXARIFADO E ÁREA DE PLANTONISTAS DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NOVO DML IGP RS
- 1258 AUTO ESCADA MECANICA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR RS
- 1260 POSTO DE COMANDO MÓVEL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS
- 1261 APARELHAMENTO DAS PERÍCIAS LABORATORIAIS DO IGP
- 1262 MODERNIZAÇÃO DA TOXICOLOGIA FORENSE DO RS
- 1263 DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO IGP-RS
- 1264 MODERNIZAÇÃO DA BALÍSTICA FORENSE DO CENTRO REGIONAL DE EXCELÊNCIA DA REGIÃO SUL
- 1265 TECNOLOGIAS PARA A PERÍCIA CRIMINAL
- 1266 INSUMOS PARA COLETA E REVELAÇÃO DE IMPRESSÕES PAPILARES LATENTES
- 1267 LABECC - LABORATÓRIO DE PERÍCIAS DIGITAIS CONTRA CRIMES CIBERNÉTICOS
- 1268 VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

- 
- 1269 AGILIDADE NOS EXAMES DE DNA PARA IDENTIFICAÇÃO HUMANA
 - 1270 QUALIFICAÇÃO DAS NECROPSIAS NO IGP-RS
 - 1272 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PERÍCIAS DE ENGENHARIA
 - 1273 EQUIPAMENTO DE SALVAMENTO VEICULAR - CONJUNTO DE ALMOFADAS PNEUMÁTICAS - PARA O CBMRS
 - 1274 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE COMBATE A INCÊNDIO ESTRUTURAL PARA O CBMRS
 - 1276 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL DPRPA - PORTO ALEGRE
 - 1277 AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES COMPUTACIONAIS PARA PERÍCIA
 - 1279 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 1º DPRM - GRAVATAÍ
 - 1280 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES PARA PERÍCIAS EM ÁUDIO E IMAGENS
 - 1281 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 2ª DPRM - CANOAS
 - 1282 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 1ª DPRI - MONTENEGRO
 - 1284 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 2ª DPRI - GRAMADO
 - 1285 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 3ª DPRI - SANTA MARIA
 - 1286 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 4ª DPRI - ALEGRETE
 - 1287 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 5ª DPRI - CRUZ ALTA
 - 1288 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 6ª DPRI - PASSO FUNDO
 - 1289 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 3ª DPRM - SÃO LEOPOLDO
 - 1291 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 7ª DPRI - RIO GRANDE
 - 1292 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 8ª DPRI - CAXIAS DO SUL
 - 1293 ENFRENTAMENTO DE CRIMES DE ESTELIONATO COM COLETA DE VESTÍGIOS ÓTICOS ON SITE
 - 1294 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 9ª DPRI - BAGÉ
 - 1296 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 10ª DPRI - SANTA ROSA
 - 1297 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 11ª DPRI - ERECHIM
 - 1299 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 12ª DPRI - SANTANA DO LIVRAMENTO
 - 1300 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 13ª DPRI - SANTO ÂNGELO
 - 1301 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 14ª DPRI - PALMEIRA DAS MISSÕES
 - 1302 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 15ª DPRI - LAGOA VERMELHA
 - 1303 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 16ª DPRI - SANTA CRUZ DO SUL
 - 1304 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 17ª DPRI - SÃO JERÔNIMO
 - 1305 EQUIPAMENTO PARA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE - DIESEL PARA O CBM RS
 - 1306 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 18ª DPRI - PELOTAS
 - 1307 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 19ª DPRI - LAJEADO
 - 1308 EQUIPAMENTO PARA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE - GASOLINA - PARA O CBM RS
 - 1309 EQUIPAMENTO PARA SALVAMENTO VEICULAR - SERRA SABRE - PARA O CBM RS
 - 1310 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 20ª DPRI - CACHOEIRA DO SUL

- 
- 1311 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 21ª DPRI - SANTIAGO
 - 1312 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 22ª DPRI - TRÊS PASSOS
 - 1313 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 23ª DPRI - OSÓRIO
 - 1314 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL (SISNACC)
 - 1315 MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DA SSP
 - 1316 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 24ª DPRI - SOLEDADE
 - 1317 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 25ª DPRI - VACARIA
 - 1318 MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO OPERACIONAL DO GRUPO DE AÇÕES ESPECIAIS - GAES
 - 1319 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 26ª DPRI - IJUÍ
 - 1321 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 27ª DPRI - SÃO LUIZ GONZAGA
 - 1322 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 28ª DPRI - CARAZINHO
 - 1323 REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 29ª DPRI - CAMAQUÃ
 - 1330 VIATURAS ADMINISTRATIVAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS
 - 1331 QUALIFICAÇÃO DA FOTOGRAFIA FORENSE



Nº	PROJETO
1176	PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Cristian Ericksson Colovini	51 99666625	cristian-colovini@susepe.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Implantação de estufas de hortaliças em estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul e capacitação de pessoas presas em técnicas de plantio e cultivo de hortaliças.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.011.000

OBJETIVO
Capacitar e ocupar pessoas presas no ofício de produção de legumes e vegetais; produzir hortaliças para consumo do próprio estabelecimento prisional; auxiliar o cumprimento da Lei de Execução Penal por meio do trabalho.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
<p>O Sistema Prisional do Rio Grande do Sul possui atualmente 43.369 pessoas presas, em grande maioria ociosas, nos estabelecimentos penitenciários. Percebe-se que o trabalho é uma das prioridades na vida e nas relações sociais. Dessa maneira, é importante repensar suas significações e sua construção para que seja possível encontrar propostas necessárias e relevantes para cada estabelecimento prisional. Levando em consideração que a instituição deve buscar um tipo de serviço mais convergente com a atualidade, que vise à interação entre as necessidades de quem cumpre a pena de privação de liberdade e o conteúdo da tarefa, de maneira que essa proporcione ao indivíduo o sentir a partir da ideia de que pode realizar uma atividade útil para si e a comunidade. Por meio do labor, quem está preso pode se perceber com melhor comprometimento social fora do crime. Além disso, ao oferecer um trabalho com sentido e propósito, é perceptível que o mesmo representa um fator de equilíbrio psicológico. Nesta perspectiva, o ambiente de trabalho no sistema prisional é considerado positivo por criar laços sociais de convivência entre os apenados trabalhadores, por ampliar seu senso de responsabilidade, por fortalecer o comprometimento e a disciplina. Além disso, dentro do ambiente de trabalho, a relação com o tempo se altera.</p> <p>Dessa forma, o trabalho desenvolvido pelo apenado no contexto prisional possibilita almejar novas perspectivas e condições de vida, sendo importante instrumento para a ressocialização, inclusão social e cidadania. Por essas e outras razões, o trabalho prisional deve visar o aprendizado de uma atividade que seja útil ao apenado e atinja sua vida após o seu egresso à sociedade.</p>

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Segundo pesquisas e experiências no atendimento técnico junto aos estabelecimentos prisionais, quando se implanta frentes de trabalho para presos ociosos, estas geram benefícios para o cotidiano penitenciário. Casas prisionais que possuem maior número de apenados trabalhadores apresentam melhores índices de disciplina interna. Observa-se, também, pelos relatos dos presos, que o ambiente com oferta de trabalho, torna-se mais tranquilo e estimulante. Por meio do labor, quem está preso pode se perceber com melhor comprometimento social fora do crime.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Estado gasta atualmente R\$ 900.000 (novecentos mil reais) mensais em hortaliças para a alimentação das pessoas presas e servidores penitenciários em serviço. O projeto reduziria em R\$ 46.214 (quarenta e seis mil duzentos e quatorze reais) os custos mensais, considerando o consumo apenas em hortaliças para alimentação. Também auxiliará na ampliação de vagas de trabalho, visto que atualmente mais de 80% da população carcerária não desempenha nenhuma atividade laboral. Este projeto, ainda contemplará com o excedente de pessoas em vulnerabilidade social e alimentar nos municípios que possuem casas prisionais e capacitará as pessoas presas em técnicas de plantio e cultivo de hortaliças.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificação e ocupação laboral de 200 pessoas presas, economia aos cofres do Estado, distribuição de hortaliças para pessoas em situação de vulnerabilidade social e alimentar nas parcerias com municípios e/ou instituições de apoio.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO
Serão beneficiados, de maneira direta, 2.930 pessoas presas e a comunidade em situação de vulnerabilidade nas parcerias com Municípios e/ou instituições de apoio.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Canguçu, Charqueadas, Frederico Westphalen, Guaíba, Quaraí, Santa Cruz do Sul, Santiago, Santo Ângelo, São Francisco de Paula e Sapucaia do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Superintendência dos Serviços Penitenciários

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Agricultura, EMATER, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Obras dos Municípios, Secretaria de Assistência Social dos Municípios

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Luva de jardinagem - Adquirido	Quantidade	200	2.000	9
Pá de corte - Adquirido	Quantidade	60	3.000	9



Enxada – Adquirido	Quantidade	100	5.000	9
Foice – Adquirido	Quantidade	30	1.100	9
Tesoura de poda – Adquirido	Quantidade	20	1.000	9
Carrinho de mão – Adquirido	Quantidade	50	22.250	9
Tobata (trator com roçadeira) – Adquirido	Quantidade	10	42.000	9
Caixa plástica – Adquirido	Quantidade	400	23.960	9
Refrigerador de 4 portas – Adquirido	Quantidade	20	111.000	9
Bandeja de semeadura – Adquirido	Quantidade	20	10.000	9
Estufas agrícolas medindo 19X21M – Construídas	Quantidade	10	1.000.000	9
Chapéu de Palha – Adquirido	Quantidade	200	5.620	9
Bota de borracha – Adquirido	Quantidade	200	16.580	9
Avental – Adquirido	Quantidade	200	4.400	9
Protetor solar – Adquirido	Quantidade	200	3.600	9
Enxada – Adquirido	Quantidade	150	12.000	9
Chipa (pá de corte reto) – Adquirido	Quantidade	60	2.700	9
Rastel – Adquirido	Quantidade	100	8.000	9
Caixa de água externa de 5.000 litros – Adquirido	Quantidade	20	50.000	9
Bomba recalque externa – Adquirido	Quantidade	20	56.000	9
Medidor PH do solo – Adquirido	Quantidade	20	4.600	9
Medidor PH da água – Adquirido	Quantidade	20	11.600	9
10 cursos de capacitação – Ministrados	Quantidade	200	500.000	9
Kit insumos e sementes (adubos, húmus, terra, beterraba, repolho, cenoura, alface, pimentão, abobrinha, couve, couve-flor) – Adquirido	Quantidade	10	114.590	9

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1179	ADOÇÃO DE NOVAS FONTES SUSTENTÁVEIS E ECONÔMICAS NO AMBIENTE PRISIONAL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Tiago Krub de Almeida	51 89391531	tiago-almeida@susepe.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Instalação de sistema de aquecimento solar na Penitenciária Estadual de Canoas I.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 971.000

OBJETIVO
Reduzir em 50% a emissão de gás carbônico proveniente do aquecimento de água dos chuveiros na Penitenciária Estadual de Canoas I, de forma pioneira, a partir do acréscimo de um sistema de captação de energia solar, diminuindo, desta forma, a utilização do sistema atual.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Emissão de gás carbônico pelo aquecimento de água no sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O Sistema Prisional do Rio Grande do Sul possui uma população atual de 42.500 pessoas presas em 112 unidades prisionais, que consomem, em média, 127.500 m ³ /mês de água quente. Considerando que 95% das unidades possuem chuveiros elétricos e o restante do aquecimento ocorre via caldeiras a gás, a poluição gerada é expressiva, visto que a emissão de gás carbônico é da ordem de 2.890.935 m ³ /mês.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No ano de 2019, o estado do Rio Grande do Sul foi apontado como o sexto estado brasileiro que mais emite gases poluentes. Sendo o sistema prisional gaúcho responsável pela custódia de 42.500 pessoas presas, é necessário considerar que a poluição emitida pelos estabelecimentos prisionais é significativa e deve ser reduzida. Utilizando a Penitenciária Estadual de Canoas I como pioneira, o aquecimento de água via energia solar visa substituir em 50% o consumo de gás GLP neste estabelecimento. Importante frisar que o aquecimento solar permitirá inclusive uma economia da ordem de até 49% dos R\$32.000,00 gastos mensalmente em energia elétrica apenas na penitenciária piloto, economia que também poderá se estender a outros estabelecimentos que possam vir a ter o sistema implantado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Redução das emissões de gases poluentes em 50% pelo estabelecimento penal, contribuindo para a preservação do meio ambiente, economia de R\$15.680,00 mensalmente pelo Estado, permitindo a aplicação em outras áreas.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério do Meio Ambiente

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

1058- Mudança do clima

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1181 - Implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

20G4 - Fomento a estudo e projetos para mitigação e adaptação à mudança do clima

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Pessoas presas e servidores lotados na Penitenciária Estadual de Canoas I, totalizando cerca de 450 beneficiários.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Superintendência dos Serviços Penitenciários

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SOP

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Sistema complementar de aquecimento de água via energia solar instalado	Quantidade	1	971.000	18

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1226	REAPARELHAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE TI DA BRIGADA MILITAR

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de computadores e monitores para a Brigada Militar (BM).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 25.000.000

OBJETIVO
Dotar o parque de TI da Brigada Militar de equipamentos em quantidades que permitam atender as carências existentes e utilização de ferramentas de gestão para melhor desempenho das atividades administrativas e operacionais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta e sucateamento de computadores/monitores. Muitos equipamentos de TI que servem à BM, distribuídos nas Organizações Policiais Militares (OPM), estão obsoletos em relação ao padrão referencial comum atual, trazendo prejuízos como incompatibilidade com o uso na rede estadual e falta de recursos para atender demandas necessárias junto ao alto escalão.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A necessidade de reaparelhamento é visível na grande maioria das unidades da Brigada Militar, possuindo equipamentos que não priorizam a agilidade no atendimento à comunidade. O setor público tem enorme dificuldade em adquirir tecnologia e, muitas vezes, quando consegue realizar um processo de aquisição, na velocidade que a inovação ocorre, não é raro terminar o processo e a tecnologia adquirida já estar ultrapassada. Outro grande desafio é o custo de manutenção, que costuma ser a maior parcela dos recursos necessários para operação. Encontrar orçamento de custeio para incorporar essa despesa é outra questão importante e que dificulta seu uso em cidades com fortes restrições e variações orçamentárias, o que costuma ser a regra em cidades de países em desenvolvimento, marcadas pela violência.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Na atual conjuntura, não há como conceber uma gestão eficiente e eficaz sem o uso de ferramentas tecnológicas que permitam maior qualidade e credibilidade dos dados de uma organização. O uso da tecnologia da informação contribui para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, de forma a evitar retrabalhos e desperdícios. Sabe-se que o uso da tecnologia da informação contribui para a redução de custos, aumento da produtividade, flexibilidade, qualidade e inovação. Tendo em vista a falta de investimento nesta área nos últimos anos, torna-se fundamental adquirir equipamentos que contribuem para o desenvolvimento das atividades policiais. A quantidade de 3000 computadores e monitores visa atender a renovação dos equipamentos defasados/danificados de forma a permitir a adequada gestão tecnológica da Instituição, cuja necessidade total de equipamentos hoje representa 5000 unidades de computadores/monitores.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Melhoria do atendimento e da capacidade de resposta da segurança pública ao cidadão, por meio da efficientização de processos, do aparelhamento, da modernização tecnológica e da ampliação de serviços.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO



Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

16.000 policiais militares. Indiretamente beneficiará a população gaúcha.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Computadores/Monitores	Quantidade	3000	25.000.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;



Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1229	REAPARELHAMENTO DA BRIGADA MILITAR COM ARMAMENTO ELETROELETRÔNICO DE INCAPACITAÇÃO NEUROMUSCULAR

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição para o efetivo da Brigada Militar de arma eletroeletrônica de incapacitação neuromuscular

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	25.000.000

OBJETIVO
Reaparelhar a Brigada Militar, adquirindo armas eletroeletrônicas de energia induzida para o efetivo, proporcionando a disponibilidade deste equipamento aos policiais militares.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Escassez de arma eletroeletrônica de incapacitação neuromuscular.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
<p>Há muitos anos o Brasil convive com altos índices de letalidade decorrente da ação policial. O índice de letalidade reflete a morte de policiais, de infratores da lei e de vítimas inocentes das chamadas "balas perdidas". Entre as muitas causas da letalidade policial brasileira está a escassez de armas não-letais que permitam a aplicação gradual da força, de acordo com cada situação específica.</p> <p>Na maioria das ocorrências policiais, qualquer arma de baixa letalidade poderia ser suficiente para impor a lei e restabelecer a ordem pública. Mesmo em situações graves, quando bandidos fortemente armados enfrentam a polícia, o uso de armas não-letais, como por exemplo, granadas lacrimogêneas, pode contribuir para desalojar os bandidos e facilitar a ação policial. Dessa forma, as armas não-letais dão suporte ao uso da arma de fogo e evitam os disparos indesejados que são frequentemente feitos por falta de outra opção mais viável.</p> <p>Hoje a Brigada Militar possui 680 armas eletrônicas para um efetivo de 16.000, o que fica bem abaixo do esperado para um melhor atendimento de ocorrências (Fonte: Departamento de Logística e Patrimônio/BM).</p> <p>Dados divulgados pela imprensa:</p> <p>* N° de mortos pela polícia em 2020 no Brasil bate recorde; 50 cidades concentram mais da metade dos óbitos, revela Anuário - fonte: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/15/no-de-mortos-pela-policia-em-2020-no-brasil-bate-recorde-50-cidades-concentram-mais-da-metade-dos-obitos-revela-anuario.ghtml</p> <p>*A letalidade policial volta a crescer e representa 12,8% das mortes violentas registradas em 2020. Fonte: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-letalidade-policial-volta-a-crescer-e-representa-128-das-mortes-violentas-registradas-em-2020/. - Fonte: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-letalidade-policial-volta-a-crescer-e-representa-128-das-mortes-violentas-registradas-em-2020/</p> <p>*Uso de taser diminui letalidade da Polícia Militar em São Paulo - Fonte: SBT News https://www.youtube.com/watch?v=uOWH4K5P89w</p>

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Dentro do contexto do uso progressivo da força e a utilização de meios menos letais pela Brigada Militar, a arma eletroeletrônica de incapacitação neuromuscular apresenta-se como um equipamento com inovações tecnológicas colocadas a serviço da proteção dos direitos humanos daqueles envolvidos no desempenho de ações de segurança pública. Neste sentido a ação policial, dentro da legalidade, embasada sobre um olhar da dignidade humana, visando à aplicabilidade da técnica de uso progressivo da força, apresenta como forma de incapacitação do indivíduo, se houver necessidade, o uso da arma eletroeletrônica de incapacitação neuromuscular, que permite que o policial militar atue de modo a imobilizar a pessoa, através da técnica da algemação ou de outro meio, dada a incapacitação temporária do agente agressor. Destaca-se a respeito da arma eletroeletrônica de incapacitação neuromuscular que hoje não existe equipamentos suficientes para atender as unidades da Brigada Militar, conforme demanda a Portaria

Interministerial nº 4226 de 31 de dezembro de 2010, que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública - "Todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar no mínimo 2 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independente de portar ou não arma de fogo".

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Redução da letalidade no atendimento das ocorrências; redução de ocorrências com disparo de arma de fogo; e restituição da ordem sem causar maiores danos físicos às pessoas.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

16.000 policiais militares. Indiretamente beneficiará a população gaúcha.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Arma eletroeletrônica de incapacitação neuromuscular	Quantidade	3000	25.000.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1230	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 1

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 1 (RF1).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 18.000.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos municípios localizados na RF1, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo por meio do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessários para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. A ações de Polícia Ostensiva, exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD
CAMIONETA 118 CV	1	61
CAMIONETA 118 CV	2	112
CAMIONETA 118 CV	3	363
CAMIONETA 118 CV	4	133
CAMIONETA 118 CV	5	188
CAMIONETA 118 CV	6	11
CAMIONETA 118 CV	7	11
CAMIONETA 118 CV	8	269
CAMIONETA 118 CV	9	369
CAMIONETA 118 CV	10	168
	TOTAL	1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 76 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF1, proporcionando maior abrangência do policiamento motorizado, maior agilidade no atendimento das ocorrências e redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

3.500 policiais militares e, indiretamente, a população dos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Centro Sul e Paranhana Encosta da Serra.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	76	18.000.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1233	REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE OSÓRIO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gustavo Schwarz	51 32887336	gustavo-schwarz@susepe.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Revitalização dos espaços na Penitenciária Modulada Estadual de Osório, incluindo adequação de espaço destinado à aprendizagem, com a criação de salas multiuso nos módulos; implantação de uma horta e uma compostagem entre os módulos, com separação e reciclagem do lixo; reforma das cozinhas dos módulos de vivência; e aparelhamento do Setor de Manutenção.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
25	R\$ 1.200.000

OBJETIVO
Reforma dos espaços físicos, para colocá-los ao alcance de todos, como forma de promover um ambiente para aprendizagem e capacitação profissional a todas as pessoas presas que desempenham atividades educacionais e laborativas, visando a possibilidade de redução nos índices de reincidências por meio da educação e do trabalho.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A falta de estruturas nas prisões brasileiras, agravada pela superlotação, são fatores que dificultam o cumprimento, de forma satisfatória, como estabelece a Lei de Execução Penal. A não oferta do trabalho e educação pode dificultar a inserção na sociedade. Faltam recursos para revitalizar esses espaços, que são grandes. A falta de espaços tem causado inúmeras situações desagradáveis, pois com a junção de muitas pessoas e os alimentos jogados no lixo, surgem insetos e vetores como moscas, mosquitos, ratos, baratas e formigas, o que conseqüentemente incidem em doenças.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação. Dos mais de 700 mil presos em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os que ingressam ou têm um diploma do ensino superior. No Estado do Rio Grande do Sul está vigente o plano Estadual de Educação para as pessoas presas e egressas do sistema prisional, abarcando o quadriênio 2021/2024. O objetivo do plano é melhorar a oferta educacional nos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul e qualificar a política de Educação para apenados e egressos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
É de extrema importância que estudantes e profissionais se sintam acolhidos e contem com uma estrutura planejada, pensada em cada detalhe para que o aprendizado seja significativo. Para manter profissionais e estudantes estimulados, é necessário um ambiente preparado. Cuidar do meio ambiente é responsabilidade de todos, assim como a sensibilização de todos os envolvidos a realizarem o descarte correto dos resíduos em suas devidas lixeiras, permitindo seu destino correto, pois um ambiente limpo, organizado e acolhedor promove a construção de relações mais saudáveis entre as pessoas. A criação da horta, além de ocuparem espaços físicos ociosos, exercerá um papel complementar na saúde da população carcerária, estimulando novos hábitos mais saudáveis, o afastamento de insetos e a preservação do meio ambiente. À medida que o estabelecimento carcerário é reestruturado com estudo, trabalho, implantação de programas, projetos e ações de inclusão, a convivência passa, necessariamente, por uma reconstrução da vida e diminui o preconceito contra o presidiário. A implantação desses métodos pode reduzir os índices de reincidência, pois o encarceramento que não tem as mínimas condições humanas não ressocializa ninguém.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
A atividade laborativa e a educação oferecem oportunidades de ressocialização. O trabalho e o estudo evitam o ócio, promovem a profissionalização e geram conhecimento e oportunidade de renda, assim como por ser uma aposta na

dignidade e na autoestima dos apenados, contribuindo positivamente com a conseqüente remição de pena e preparando o indivíduo no retorno à sociedade.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016- Segurança Pública, combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206- Fortalecer a prevenção e o enfrentamento a criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO
Todas as 370 pessoas presas que desempenham atividades nos setores de trabalho e educação da Penitenciária Modulada Estadual de Osório, além de seus familiares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Osório

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Superintendência dos Serviços Penitenciários

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ar condicionado tipo split, 220v, 18.000 btus	Quantidade	1	2.667	8
Ar condicionado tipo split, 220V, 24.000 BTUS	Quantidade	1	3.382	8
Computador AMD Athlon 3000 g, SSD 120GB Fonte de alimentação 300w. Teclado Mouse e Monitor	Quantidade	10	36.430	8
Cavalete para pintura	Quantidade	20	10.780	8
Quadro branco 300 x 120	Quantidade	2	1.600	8



Cadeira Universitária para auditório, estrutura palito, braços móveis, prancheta fixa, porta livros	Quantidade	20	17.400	8
Lousa - tamanho da tela: 86 polegadas. Resolução: 3840x2160 pixels. Vidro temperado de 4mm. Tecnologia touch: IR Touch	Quantidade	1	5.1530	8
Kit 05 cadeiras para computadores	Quantidade	2	3.274	8
Mesa cavalete para costura desmontável	Quantidade	4	884	8
Mesas colaborativa adulta	Quantidade	10	38.890	8
Cadeiras empilháveis	Quantidade	10	1.400	8
Mesa escritório plataforma 10 lugares 4,50x1,20	Quantidade	1	3.232	8
Cabo flexível fio elétrico 6,0mm 750V rolo 100 metros	Quantidade	5	2.330	8
Cat6 pacote de 30m	Quantidade	3	348	8
Tomada 3P+T de 20A 250V branco	Quantidade	15	390	8
Swich de 24 portas	Quantidade	1	1.793	8
Roupeiro de aço 4 vãos 16 portas com fechadura padin	Quantidade	2	4.580	8
Armário médio fechado com prateleiras 75L x 110A x 39Pcm	Quantidade	6	2.862	8
Armário alto fechado e com prateleiras 80L x 182A x 45Pcm	Quantidade	6	10.110	8
Tinta acrílica 250ml	Quantidade	1400	75.600	8
Pincéis tipo 456	Quantidade	140	392	8
Pincel nº. 0, 2, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22 e 24	Quantidade	1932	11.032	8
Tela 50x70 cm e 120x70 cm	Quantidade	1344	102.816	8
Folha de papel kraft 76x112 cm - 420g/m ²	Quantidade	1400	1.400	8
Bobina de papel pardo	Quantidade	784	2.912	8
Giz de cera	Quantidade	336	2.688	8
Fita adesiva parda	Quantidade	84	1.764	8
Profissional para ministrar as oficinas contratado	Horas	288	43.200	8
Mudas de plantas repelentes	Quantidade	300	6.000	8
Pedra brita nº. 1	Metros Cúbicos	125	11.375	8
Gramma esmeralda	Metros	1500	28.800	8
Saco adubo orgânico 20kg	Quantidade	6	480	8
Rolo de divisória plástica de 300 metros	Quantidade	6	450	8
Pá de bico com cabo 120cm	Quantidade	6	390	8
Enxada estreita em aço com cabo 120cm	Quantidade	5,99	504	8
Kit jardinagem 10 peças: maleta, pás sancho, tesoura e foice	Quantidade	12	1.752	8
Mangueira	Metros	1300	5.876	8



Engate rápido mangueira	Quantidade	6	33	8
Cortador de grama a gasolina 4T 6,5 HP LF 55C com recolhedor	Quantidade	1	3.068	8
Caixas de compostagem 200 litros	Quantidade	7	2.030	8
Kits com 3 lixeiras de 50 litros	Quantidade	50	46.000	8
Lixeira 65 litros	Quantidade	572	34.892	8
Pá de concha quadrada com cabo	Quantidade	4	184	8
Pá cortadeira quadrada com cabo	Quantidade	4	296	8
Carrinho de mão 65 litros	Quantidade	2	722	8
Sacho coração com cabo 60 cm	Quantidade	4	224	8
Forcado para cascalho 10 dentes com cabo	Quantidade	4	528	8
Enxada larga	Quantidade	6	438	8
Engate rápido para mangueira	Quantidade	2	11	8
Aspersor giratório com engate rápido	Quantidade	2	66	8
Terra preta	Kg	10	170	8
Esguicho com jato regulável	Quantidade	3	21	8
Regador	Quantidade	5	95	8
Kit coifa	Quantidade	5	8.135	8
Exaustores	Quantidade	5	5.525	8
Fogão industrial 04 bocas com forno	Quantidade	5	7.650	8
Pias de inox	Quantidade	5	11.150	8
Armários fechados	Quantidade	5	3.800	8
Bancadas de mármore	Quantidade	5	10.375	8
Revestimento cerâmico parede 20x20	Metros Quadrados	400	32.800	8
Piso cerâmico 53x53cm	Metros Quadrados	150	17.100	8
Tinta acrílica 18lt	Quantidade	8	1.864	8
Cimento saco	Quantidade	7	273	8
Areia média	Metros Cúbicos	2	356	8
Argamassa AC3 SACO 20KG	Quantidade	20	920	8
Rejunte saco 5kg	Quantidade	10	450	8
Carrinho de mão	Quantidade	1	190	8
Forno elétrico 220v	Quantidade	5	14.000	8
Microondas 220v	Quantidade	5	2.625	8



Geladeira com freezer 220v	Quantidade	5	11.750	8
Freezer vertical 220v	Quantidade	5	14.900	8
Caldeirão Panela Linha Hotel Industrial N°30 19 Litros	Quantidade	5	625	8
Caçarola Profissional Panela Linha Hotel Industrial N26	Quantidade	10	1.150	8
Panela de pressão 6l 1000W / 220v	Quantidade	5	2.050	8
Jogo Caçarola Grande Industrial N° 26, 28, 30, 32 e 34	Quantidade	5	2.250	8
Panela de Ferro Fundido Tampa Preta	Quantidade	10	2.800	8
Panela de pressão industrial 20l	Quantidade	5	1.950	8
Panela tacho industrial	Quantidade	5	490	8
Escorredor para Massa Inox	Quantidade	5	365	8
Cortador manual de mesa	Quantidade	5	380	8
Cortador médio de legumes	Quantidade	5	340	8
Fatiador em inox fino / cortador de repolho de salada	Quantidade	5	550	8
Cortador Ralador e Fatiador de Legumes	Quantidade	10	1.990	8
liquidificador industrial	Quantidade	5	2.100	8
Batedeira industrial planetária 5l	Quantidade	5	13.240	8
Colher industrial	Quantidade	25	1.075	8
Escumadeira industrial inox	Quantidade	10	270	8
Escumadeira industrial para fritura inox	Quantidade	10	460	8
Concha inox	Quantidade	5	160	8
Pote Utility 3,5litros Bacia Colorida Cozinha multiuso	Quantidade	10	390	8
Bacias de plástico Max	Quantidade	10	280	8
Conjunto 8 Saladeiras Bacia Tigela Em Aço Inox 20, 22, 24 E 28 Cm 2 De Cada Tamanho	Quantidade	5	760	8
Formas de alumínio conjunto 3 peças	Quantidade	5	275	8
Formas de alumínio redonda 3 peças	Quantidade	5	205	8
Pratos refratários kit com 03	Quantidade	50	4.600	8
Facas kit com 06	Quantidade	5	565	8
Faqueiro inox com 24 peças	Quantidade	20	1.260	8
Prato raso branco	Quantidade	200	3.200	8
Jarras de 2l	Quantidade	10	190	8
Tábuas de cortar carne e legumes	Quantidade	10	490	8
Lixeira de pedal	Quantidade	5	410	8
Conjunto para biblioteca escolar redondo (mesa com 4	Quantidade	3	4.464	8



cadeiras, com diâmetro de 1,20m.)				
Computadores NTC AMD Athlon Processador amd athlon 3000 g SSD 120GB Fonte de alimentação 300w Teclado Mouse e Monitor	Quantidade	3	10.506	8
Estante Biblioteca de CENTRO com 12 Bandejas - 1,98x0,92x0,55m	Quantidade	2	2.598	8
Mesa Para Computador Desk Gamer DRX-9000, com cadeira	Quantidade	3	3.597	8
CARRINHO PARA TRANSPORTE DE LIVROS	Quantidade	1	2.105	8
Kit Poltrona	Quantidade	1	436	8
Publicação de livros	Quantidade	500	15.000	8
Livro Catálogo de luzes: os meus melhores contos: 19 José Eduardo Agualusa	Quantidade	2	90	8
Livro Terra Sonâmbula por Mia Couto	Quantidade	1	28	8
Livro A mulher que escreveu a Bíblia - Moacyr Scliar	Quantidade	2	40	8
Livro Ensaio sobre a cegueira - José Saramago	Quantidade	8	216	8
Livro O Navio Negreiro - Castro Alves	Quantidade	5	175	8
Livro As Brumas de Avalon 4 livros Marion Zimmer Bradley	Quantidade	1	92	8
Livro Grande sertão: veredas por João Guimarães Rosa	Quantidade	1	105	8
Livro As 100 melhores lendas do folclore brasileiro A. S. Franchini	Quantidade	1	51	8
Livro Contos Folclóricos Brasileiros Marco Haurélio (Autor), Mauricio Negro (Ilustrador)	Quantidade	2	118	8
Livro A tristeza pode esperar J J Camargo	Quantidade	5	150	8
Livro O avesso da pele Vencedor Jabuti 2021 Jeferson Tenório e Alceu Chiesorin Nunes	Quantidade	2	108	8
Livro Histórias extraordinárias Edgar Allan Poe	Quantidade	5	155	8
Livro A revolução dos bichos: Um conto de fadas George Orwell	Quantidade	5	80	8
Livro O pequeno príncipe Antoine de Saint-Exupéry e Dom Marcos Barbosa	Quantidade	3	90	8
Livro Capitães de Areia - Jorge Amado	Quantidade	1	34	8
Livro Box Machado de Assis 11 Livros Capa Dura: Dom Casmurro, Memórias Póstumas de Brás Cubas e mais	Quantidade	1	250	8
Livro Olhos D'Água Conceição Evaristo	Quantidade	2	50	8
Livro Insubmissas lágrimas de mulheres-Conceição Evaristo	Quantidade	2	68	8
Livro Mitos e Lendas do Brasil em Cordel Nireuda Longobardi	Quantidade	1	37	8
Livro O perfume - Patrik Süskind	Quantidade	8	456	8
Livro Anthony Burgess - Laranja mecânica	Quantidade	8	472	8



Livro George Orwell - 1984	Quantidade	8	192	8
Livro Stephen King - Christiane	Quantidade	8	536	8
Livro Stephen King - O iluminado	Quantidade	8	336	8
Livro Stephen King -O apanhador de sonhos	Quantidade	8	560	8
Livro Gabriel Garcia Marques - Do amor e outros demônios	Quantidade	8	288	8
Livro Euripides - Medeia	Quantidade	8	504	8
Livro Lya Luft - As Parceiras	Quantidade	8	480	8
Livro Alice no País das Maravilhas- Lewis Carroll	Quantidade	1	28	8
Livro Antologia poética-Carlos Drummond de Andrade	Quantidade	1	68	8
Livro A casa das sete mulheres: 1 Leticia Wierzchowski	Quantidade	1	52	8
TRATOR 44080C/4x4	Quantidade	1	265.000	12
Roçadeira	Quantidade	1	18.350	8
Carreta Agrícola Tracionada 5 Toneladas	Quantidade	1	33.000	12
ROÇADEIRA A GASOLINA	Quantidade	2	7.240	8
ROÇADEIRA A GASOLINA	Quantidade	2	5.600	8
Maleta de ferramentas	Quantidade	2	880	8
MÁQUINA DE CORTAR GRAMA	Quantidade	2	5.780	8
ESCOVA DE AÇO PARA ROÇADEIRA	Quantidade	2	310	8
LAVADORA DE ALTA PRESSÃO COM ÁGUA QUENTE HDS 8/15 (380V)	Quantidade	1	21.010	8
REFLETOR HOLOFOTE MICROLED SLIM 200W	Quantidade	70	9.450	8
LAPTOP INSPIRON 15 3000	Quantidade	2	6.770	8
MAQUINA INVERSORA DE SOLDA 140a bivolt	Quantidade	1	1.411	8
CARRINHO PLATAFORMA ASSOALHO DE CHAPA 400 KG COM RODA PNEUMÁTICA	Quantidade	6	11.400	8
CAL PINTURA 8KG	Quantidade	40	360	8

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1234	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 02

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 2 (RF2)

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 14.000.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos municípios localizados na RF2, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo por meio do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessários para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD	
	CAMIONETA 118 CV	1	61
	CAMIONETA 118 CV	2	112
	CAMIONETA 118 CV	3	363
	CAMIONETA 118 CV	4	133
	CAMIONETA 118 CV	5	188
	CAMIONETA 118 CV	6	11
	CAMIONETA 118 CV	7	11
	CAMIONETA 118 CV	8	269
	CAMIONETA 118 CV	9	369
	CAMIONETA 118 CV	10	168
	TOTAL		1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 59 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF2, promovendo maior abrangência do policiamento motorizado, maior agilidade no atendimento das ocorrências e redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.300 policiais militares, além da população dos COREDEs Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 2

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	59	14.000.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1236	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 03

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 3 (RF3).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 12.000.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos municípios localizados na RF3, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo por meio do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessário para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD
CAMIONETA 118 CV	1	61
CAMIONETA 118 CV	2	112
CAMIONETA 118 CV	3	363
CAMIONETA 118 CV	4	133
CAMIONETA 118 CV	5	188
CAMIONETA 118 CV	6	11
CAMIONETA 118 CV	7	11
CAMIONETA 118 CV	8	269
CAMIONETA 118 CV	9	369
CAMIONETA 118 CV	10	168
	TOTAL	1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 49 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF3, promovendo maior abrangência do policiamento motorizado, maior agilidade no atendimento das ocorrências e redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.500 policiais militares, além da população dos COREDEs Serra, Hortênsias e Campos de Cima da Serra.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 3

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	49	12.000.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1240	1ª SEDE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gustavo Schwarz	51 32887336	gustavo-schwarz@susepe.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Construção da 1ª sede administrativa e operacional da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul (SUSEPE).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 32.200.000

OBJETIVO
Construção de sede administrativa e operacional própria para a SUSEPE, voltada à qualificação e valorização humana e profissional, bem como para melhores condições de infraestrutura e qualidade na prestação de serviço às pessoas presas, familiares e sociedade como um todo.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Incêndio de grandes proporções, ocorrido no dia 14 de julho de 2021, na sede da Secretaria de Segurança Pública - SSP, destruiu completamente a estrutura física. A SUSEPE, que ocupava 3º e 4º andares desse prédio, está atualmente sem um local próprio, que comporte todos os seus departamentos.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Incêndio de grandes proporções ocorrido no prédio da Secretaria de Segurança Pública de Porto Alegre-RS, onde a SUSEPE era sediada, e sua implosão quase oito meses após o sinistro, resultou na destruição dos departamentos da Superintendência, fato amplamente divulgado nas mídias audiovisuais do Brasil.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A SUSEPE, estruturada pela Lei nº. 5.745, de 28 de dezembro de 1968, é responsável por planejar e executar a política penitenciária do Estado, vindo a substituir os extintos departamentos dos Institutos Penais. A SUSEPE surgiu da desvinculação administrativa das prisões da Polícia Civil, após o movimento nacional de humanização da execução das penas privativas de liberdade, que almejava a ressocialização das pessoas presas, fato esse pioneiro no Brasil. A SUSEPE, em toda a sua história, nunca possuiu uma sede própria, um anseio de todos os funcionários da instituição. Nas últimas décadas esteve localizada nos 3º e 4º andares do então Órgão Central da Secretaria de Segurança Pública do Estado, mas, devido ao incêndio, que culminou com a destruição total do local, seus departamentos foram realocados em outros locais. Após alguns meses, parte dos departamentos foi realocada na sede da FRAPORT, com prazo de até dois anos sem ônus. A construção de uma sede própria para a SUSEPE, além de ser um anseio muito antigo da instituição, trará melhores condições de infraestrutura, valorização humana, profissional e qualidade na prestação de serviço as pessoas presas, familiares e a sociedade como um todo, pois pela primeira vez, todos os departamentos estarão localizados em um único local, criando uma identidade institucional.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, bem como aprimorar a infraestrutura da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública



MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016- Segurança Pública

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206- Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obras	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente todos os 320 profissionais que desempenham suas atividades nas áreas de segurança, administrativa e técnica da SUSEPE. Também serão beneficiados servidores lotados nos estabelecimentos prisionais, as pessoas privadas de liberdade e seus familiares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Superintendência dos Serviços Penitenciários

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Construção da sede Administrativa e Operacional da SUSEPE com aproximadamente 9.000 metros quadrados	Quantidade	1	32.200.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1242	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 04

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 4 (RF4).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 5.000.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos municípios localizados na RF4, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo por meio do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessário para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD
CAMIONETA 118 CV	1	61
CAMIONETA 118 CV	2	112
CAMIONETA 118 CV	3	363
CAMIONETA 118 CV	4	133
CAMIONETA 118 CV	5	188
CAMIONETA 118 CV	6	11
CAMIONETA 118 CV	7	11
CAMIONETA 118 CV	8	269
CAMIONETA 118 CV	9	369
CAMIONETA 118 CV	10	168
TOTAL		1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 21 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF4, promovendo maior abrangência do policiamento motorizado, maior agilidade no atendimento das ocorrências e redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.000 policiais militares e a população do COREDE Litoral

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	21	5.000.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1245	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 05

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 5 (RF5).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 5.200.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos Municípios localizados na RF5, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo por meio do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessário para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD
CAMIONETA 118 CV	1	61
CAMIONETA 118 CV	2	112
CAMIONETA 118 CV	3	363
CAMIONETA 118 CV	4	133
CAMIONETA 118 CV	5	188
CAMIONETA 118 CV	6	11
CAMIONETA 118 CV	7	11
CAMIONETA 118 CV	8	269
CAMIONETA 118 CV	9	369
CAMIONETA 118 CV	10	168
	TOTAL	1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 22 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF5, promovendo maior abrangência do policiamento motorizado, maior agilidade no atendimento das ocorrências e redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.500 policiais militares e a população do COREDE Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 5

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	22	5.200.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1246	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 06

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 6 (RF6).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 4.700.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos municípios localizados na RF6, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo por meio do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessário para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD
CAMIONETA 118 CV	1	61
CAMIONETA 118 CV	2	112
CAMIONETA 118 CV	3	363
CAMIONETA 118 CV	4	133
CAMIONETA 118 CV	5	188
CAMIONETA 118 CV	6	11
CAMIONETA 118 CV	7	11
CAMIONETA 118 CV	8	269
CAMIONETA 118 CV	9	369
CAMIONETA 118 CV	10	168
	TOTAL	1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 20 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF6, promovendo maior abrangência do policiamento motorizado, maior agilidade no atendimento das ocorrências e redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.500 policiais militares e a população dos COREDEs Campanha e Fronteira Oeste

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 6

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	20	4.700.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1248	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 07

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 7 (RF7).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 18.100.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos municípios localizados na RF7, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo por meio do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessário para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD
CAMIONETA 118 CV	1	61
CAMIONETA 118 CV	2	112
CAMIONETA 118 CV	3	363
CAMIONETA 118 CV	4	133
CAMIONETA 118 CV	5	188
CAMIONETA 118 CV	6	11
CAMIONETA 118 CV	7	11
CAMIONETA 118 CV	8	269
CAMIONETA 118 CV	9	369
CAMIONETA 118 CV	10	168
	TOTAL	1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 77 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF7, promovendo maior abrangência do policiamento motorizado, maior agilidade no atendimento das ocorrências e redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

3.000 policiais militares e a população dos COREDEs Celeiro, Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 7

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	77	18.100.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1250	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 08

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 8 (RF8).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 12.000.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos municípios localizados na RF8, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo através do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessário para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD
CAMIONETA 118 CV	1	61
CAMIONETA 118 CV	2	112
CAMIONETA 118 CV	3	363
CAMIONETA 118 CV	4	133
CAMIONETA 118 CV	5	188
CAMIONETA 118 CV	6	11
CAMIONETA 118 CV	7	11
CAMIONETA 118 CV	8	269
CAMIONETA 118 CV	9	369
CAMIONETA 118 CV	10	168
	TOTAL	1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 49 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF8, promovendo maior abrangência do policiamento motorizado, maior agilidade no atendimento das ocorrências e redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.000 policiais militares e a população dos COREDEs Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 8

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	49	12.000.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1251	REAPARELHAMENTO DA FROTA DE VIATURAS TIPO CAMIONETA 118CV DA BRIGADA MILITAR NA REGIÃO FUNCIONAL 09

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas caracterizadas tipo camioneta 118 CV para a Brigada Militar para os municípios localizados na Região Funcional 9 (RF9)

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 31.000.000

OBJETIVO
Modernizar e substituir a frota de viaturas da Brigada Militar, nos municípios localizados na RF9, buscando a eficiência do patrulhamento ostensivo por meio do processo motorizado, bem como o suporte logístico necessário para as ações de polícia ostensiva da Instituição.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de viaturas tipo camioneta 118 CV. As ações de Polícia Ostensiva exigem utilização constante de veículos, sendo a defasagem deste bem, obstáculo premente para o sucesso no cumprimento das missões afetas a Brigada Militar, além de limitar a vida útil das viaturas existentes, devido à utilização constante, durante as vinte e quatro horas do dia, atingindo assim, quilometragens excessivas num curto espaço de tempo, não possibilitando inclusive o estabelecimento de cronograma de manutenções ideais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente temos vivenciado o crescente número de ações delituosas no país, as quais envolvem desde o pequeno furto, aos grandes crimes, como em: agências bancárias, carros fortes, sequestros relâmpagos e outros, onde invariavelmente nota-se o grande aparato de armamento pesado e de última geração utilizado, por delinquentes. Neste sentido, observa-se a falta de viaturas, sendo necessário o investimento em veículos para deslocamento das equipes da Brigada Militar com segurança, no atendimento da comunidade de forma ostensiva e repressiva nos eventos que exigem a intervenção da Segurança Pública do Estado. A frota de viaturas da BM, que possui em sua maioria mais de 5 anos de uso, o que invariavelmente implica em maior necessidade de paradas para manutenções, gerando um alto gasto com manutenção e afastando da atividade de Policiamento Ostensivo. Isso sem contar o uso exaustivo das viaturas até o seu total sucateamento e descarga (inutilizar), diminuindo assim a frota disponível. Fato danoso para a atividade principal da Brigada Militar, qual seja, o patrulhamento ostensivo e preventivo. (Fonte: DLP/BM)

VTR	ANOS	QTD
CAMIONETA 118 CV	1	61
CAMIONETA 118 CV	2	112
CAMIONETA 118 CV	3	363
CAMIONETA 118 CV	4	133
CAMIONETA 118 CV	5	188
CAMIONETA 118 CV	6	11
CAMIONETA 118 CV	7	11
CAMIONETA 118 CV	8	269
CAMIONETA 118 CV	9	369
CAMIONETA 118 CV	10	168
	TOTAL	1.685

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na busca da modernização e aperfeiçoamento, para fazer frente à demanda cada vez maior da criminalidade, a Brigada Militar precisa buscar a qualificação da sua frota de veículos. 22,65% das viaturas têm mais de 10 anos de uso e, invariavelmente, têm maior necessidade de paradas para manutenções e afastamento da atividade de Policiamento Ostensivo. A aquisição de no mínimo 130 viaturas caracterizadas tipo SUV 118 CV proporcionará que a frota de viaturas da Brigada Militar tenha uma média de uso menor, mudando o quadro que hoje se apresenta, garantido economia em manutenção e uma continuidade nos serviços prestados à sociedade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Disponibilizar 1 (uma) viatura caracterizada tipo camioneta 118 CV para cada município da RF9. Maior abrangência do policiamento motorizado. Maior agilidade no atendimento das ocorrências. Redução dos custos de manutenção.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

3.200 policiais militares e a população dos COREDEs: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Nordeste e Rio da Várzea.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 9

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura caracterizada tipo camioneta 118CV	Quantidade	130	31.000.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1257	CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO MÉDICO-LEGAL, ALMOXARIFADO E ÁREA DE PLANTONISTAS DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NOVO DML IGP RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo André Kupper Turner	51 32236677	eduardo-turner@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Projeto e construção de prédio que abrigará todas atividades do Departamento Médico-Legal do Instituto-Geral de Perícias, almoxarifado e área de plantonistas - novo DML/IGP-RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
42	R\$ 12.500.000

OBJETIVO
Ampliar a capacidade de atendimento e trabalhar a cadeia de custódia (transferência segura e rápida do material a ser analisado nos laboratórios do Centro Regional em função da maior proximidade), além de ampliar as áreas de apoio ao IGP RS.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
O prédio onde atualmente funciona o DML carece de infraestrutura adequada que está defasada em relação à capacidade de atendimento, sem possibilidade de ampliação, e possui estrutura precária nas instalações elétricas e hidrossanitárias, além da câmara fria, que tem apresentado diversos problemas e atualmente encontra-se desativada.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O DML tem enfrentado problemas recorrentes de infraestrutura básica: problemas elétricos hidráulicos, salas de atendimento e consultórios para perícias em vivos inadequadas e com capacidade limitada. Um problema recorrente é a câmara fria, que por inúmeras vezes tem seu funcionamento deficitário, causando transtornos em relação ao armazenamento dos cadáveres, restos mortais e ossadas, que são provas periciais importantes para a resolução de crimes. No momento, a câmara fria encontra-se desativada, sendo utilizado um container refrigerado para o armazenamento de corpos. A limitação de gastos impostas pelas dificuldades financeiras e de reequilíbrio fiscal no Rio Grande do Sul justificam sobremaneira a deficiência em investimentos na área de políticas públicas de segurança pública.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>O IGP é o órgão responsável por todas as perícias criminais no Rio Grande do Sul. O DML é o departamento responsável pelos exames periciais em vítimas de morte violenta ou com suspeita de violência, além de exames em vivos, como exames de lesão corporal, verificação de violência sexual, perícias psíquicas e verificação de embriaguez. O prédio onde atualmente funciona o DML carece de infraestrutura adequada, que está defasada em relação à capacidade de atendimento, sem possibilidade de ampliação, e possui estrutura precária nas instalações elétricas e hidrossanitárias, além da câmara fria, que tem apresentado diversos problemas e atualmente encontra-se desativada. Para manter e ampliar a qualidade dos exames periciais faz-se necessária a construção de um novo prédio, capaz de atender com qualidade a população e proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores.</p> <p>A localização do terreno onde será construído o novo prédio do DML é estratégica. Em fase final de construção encontra-se o Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais. Todos os laboratórios que analisam o material coletado dos indivíduos (vivos e mortos) serão transferidos para o prédio do Centro Regional de Perícias Criminais, logo é muito importante a proximidade física das atividades do NOVO DML IGP RS com o prédio citado anteriormente. A estrutura do Departamento hoje está instalada junto ao Palácio da Polícia e está defasada na capacidade de atendimento (câmara-fria, consultórios e área de atendimento ao público), bem como, sua infraestrutura predial está precária e ainda sem possibilidade de ampliação.</p> <p>A fim de exemplificar alguns efeitos, cabe demonstrar as consequências da falta de infraestrutura adequada para a área da Perícia Médico-Legal:</p> <ul style="list-style-type: none">- a não realização de perícia médico-legal de forma adequada e com instrumentos tecnológicos de alta complexidade, pode acarretar na perda de vestígios frágeis com a ação do tempo, das condições climáticas e do local; a perícia deve ser realizada o mais rápido possível, com produtos específicos, a fim de trazer elementos de qualidade em busca por

informações sobre a lesão ou óbito;
- a ausência de local adequado para a perícia médico-legal pode acarretar na impossibilidade de atendimento da demanda de perícias, devido à infraestrutura deficiente.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhoria no atendimento de vítimas de lesões, com infraestrutura adequada para os diversos tipos de perícias e ampliação da capacidade de atendimento.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Obras e serviços

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Cerca de 3 milhões de pessoas que necessitam fazer exames de lesão corporal na região metropolitana de Porto Alegre, inclusive idosos, mulheres e crianças vítimas de violência; Familiares enlutados de vítimas de morte violenta; além todos os servidores do IGP, pois estão previstas além das melhorias da infraestrutura predial, ampliação das áreas de estudos e capacitação dos servidores de todo o Estado; a população do estado.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SOP

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto do novo prédio do DML realizado	Quantidade	1	1.200.000	12
Execução do novo prédio do DML realizada	Metros Quadrados	4019	11.300.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1258	AUTO ESCADA MECÂNICA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de veículo do tipo Auto Escada Mecânica para o município de São Leopoldo.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 8.500.000

OBJETIVO
Atender de forma mais qualificada os sinistros que ocorrem na Serra Gaúcha, que possui a cidade mais populosa depois da capital riograndense, com edificações verticalizadas e grande parque industrial metal-mecânico.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Indisponibilidade de veículo especializado, com Auto Escada Mecânica, para atender, de maneira segura, ocorrências de alto risco e salvamentos em edificações ou locais de altitude elevada.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
São Leopoldo está entre as 10 cidades mais populosas do Rio Grande do Sul, com grande quantidade de edificações verticais elevadas. Com aumento populacional e construção civil, aumentaram os índices de ocorrências em prédios altos, até mesmo durante a fase de construção com operários presos em andaimes e guindastes, requerendo salvamento e acesso rápido e seguro. O CBMRS possui atualmente 09 veículos com Auto Escada Mecânica, distribuídas pelas unidades operacionais do Estado. Porém, são insuficientes para cobrir todo o território gaúcho, uma vez que são veículos antigos, sem condições para efetuarem grandes deslocamentos em apoio a locais mais distantes, acarretando, assim, a ineficiência no atendimento de sinistros em locais que não possuem veículo com Auto Escada Mecânica.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A região serrana gaúcha possui cidades muito populosas, depois da capital, com construções verticalizadas e grande parque industrial, requerendo uma atenção primária do CBMRS em resposta a sinistros. Essa região dispõe de veículo Auto Escada Mecânica antigo e obsoleto, trazendo grandes custos para a sua manutenção e difícil utilização por não possuir tecnologia necessária para o atendimento das ocorrências. É de fundamental importância operacional uma plataforma elevada, que possibilita uma medida adequada para resposta qualificada. A ausência desse veículo em ocorrência de local elevado poderá acarretar um aumento da probabilidade de perda de vidas humanas e patrimônios. Sendo assim, o veículo Auto Escada Mecânica proporcionará um ganho exponencial na região para o combate a incêndio e salvamentos, e não necessitará de deslocamento de frotas das regiões vizinhas para o atendimento das ocorrências locais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Diminuição do tempo-resposta nas operações de combate e supressão de incêndios e remoção de pessoas em prédios altos com melhor eficácia e menor dano ao patrimônio.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública



MINISTÉRIOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2218 - Gestão de Riscos e de Desastres

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil

21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Moradores da cidade de São Leopoldo (240 mil pessoas) e moradores de 37 municípios adjacentes da Região Metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Segurança Pública

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículo especial destinado a salvamento e apoio ao combate a incêndio, 6x4, tipo Auto Escada Mecânica (AEM), com alcance vertical mínimo de 42 metros, com câmbio automático, cesto e elevador. A viatura deverá possuir certificado que ateste o atendimento aos requisitos estabelecidos nas últimas edições vigentes das normas harmonizadas EN 14043 versão 2014, EN ISO 13849 versão 2008 e EN 61000-6-2 versão 2006.	Quantidade	1	8.500.000	24

ASPECTOS RELEVANTES



Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS.



Nº	PROJETO
1260	POSTO DE COMANDO MÓVEL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de veículo do tipo micro-ônibus de Posto de Comando Móvel, para atender as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.200.000

OBJETIVO
Garantir a rápida instalação de um Posto de Comando na resposta do Corpo de Bombeiros Militar frente às operações de urgência de múltiplas vítimas, desastres naturais ou ambientais e qualquer ocorrência de grandes proporções.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Em grandes ocorrências, o CBMRS mobiliza um grande número de militares até o local atingido para prestar o atendimento. Porém, se faz necessário um local onde o CBMRS possa centralizar todas as informações levantadas sobre o incidente e posterior planejamento das ações necessárias para a restauração da normalidade do local. A falta da instalação de um posto de comando imediato no local sinistrado dificulta o atendimento da ocorrência, podendo acarretar no agravamento da situação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
As ocorrências que envolvem múltiplas vítimas, desastres naturais ou ambientais, e qualquer outra de grandes proporções, necessita a presença constante do CBMRS até a sua normalização, e a falta de um Posto de Comando no local dificulta a coordenação das informações entre os envolvidos, o que pode comprometer o atendimento e, até mesmo, colocar em risco as equipes mobilizadas. O CBMRS não possui qualquer tipo de viatura que possa centralizar as informações do incidente e planejar uma linha de ação no local sinistrado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
As ações de Busca, Salvamento e Resgate, aliadas às atividades de Defesa Civil, em grandes e médios incidentes, caracteriza-se pela ampliação do efetivo em locais de interesse, envolvidos nas operações de restauração da normalidade ou no seu gerenciamento macro. Fato é que por consequência do tipo de incidente ou operação planejada poderá haver necessidade de ampliação de apoio tecnológico e logístico enviando em um ambiente móvel apropriado para o gerenciamento dos recursos disponíveis. Com a finalidade de possibilitar ao CBMRS um dispositivo eficaz no local do incidente onde o responsável pela operação ou resolução do incidente consiga determinar um retrato fiel do cenário instalado para operacionalizar sua intervenção, o Posto de Comando Móvel (PCM) é necessário para garantir sua presença física e mobilizável em um rápido tempo resposta, facilitando, também, a tomada de decisão. Este veículo permite também que as ações locais possam ser acompanhadas nos diversos níveis de decisão, facilitando a integração e a intervenção, quando necessária, das demais áreas afetadas na administração pública pelo incidente. Nesse sentido, o PCM se traduz na presença física do Comandante no local do evento e com capacidade de mobilidade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Resolução de conflitos com tempo resposta otimizadas, melhor atenção e controle das equipes mobilizadas com socorro mais adequado, especialmente nos grandes desastres.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública
MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional Ministério da Justiça e Segurança Pública
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e de Desastres 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres 1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil 21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	População de Porto Alegre e Região Metropolitana
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	Rio Grande do Sul
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	Corpo de Bombeiros Militar
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	Secretaria de Segurança Pública

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Micro-ônibus Volare W9 equipado para Comando e Controle, dotado de tecnologia de georreferenciamento e comunicações.	Quantidade	1	1.200.000	24

ASPECTOS RELEVANTES



Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1261	APARELHAMENTO DAS PERÍCIAS LABORATORIAIS DO IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel Scolmeister	51 32882663	daniel-scolmeister@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos para aparelhamento do Departamento de Perícias Laboratoriais (DPL).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.894.000

OBJETIVO
Qualificar e agilizar os exames periciais que requerem análises nas áreas de química, toxicologia e genética forense.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Alto número de perícias laboratoriais demandando agilidade na entrega dos resultados e incremento na qualidade dos processos que a área forense exige.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O DPL do Instituto-Geral de Perícias (IGP) foi, em 2019, responsável pelo recebimento de 58.942 requisições para perícias. Em 2020, embora os indicadores de criminalidade do Estado tenham apontado uma diminuição em seus números, norteados pela diminuição da circulação de pessoas em razão da pandemia, o quantitativo de requisições manteve-se próximo ao anterior, com 58.224 requisições. Acrescenta-se a estas as análises que geram dados para inserção no Banco de Perfis Genéticos, que tiveram um incremento de cerca de 28% na contribuição de inserções no mês de novembro de 2020, quando comparado ao ano anterior. Esse número representa 6,6% do panorama nacional, ficando em quarto lugar entre as federações que contribuem para o referido Banco, conforme Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O trabalho do DPL é de fundamental importância para subsidiar cientificamente a promoção da segurança pública no Rio Grande do Sul. Atualmente, os laboratórios da instituição possuem uma ampla abrangência de expertise pericial forense, atuando nas áreas de perícia toxicológica, química e genética. Entre as perícias realizadas, estão incluídas as pesquisas de psicotrópicos e teor alcoólico em sangue, que contribuem para elucidação de crimes, causas de mortes e enquadramentos dos acidentes de trânsito. Também se destacam as perícias para detecção de anabolizantes, pesticidas e drogas apreendidas, assim como o trabalho na genética forense com ênfase criminal na pesquisa de DNA. Para tanto, utiliza-se de etapas bastante específicas para respaldar o trabalho pericial, tais como: cromatografia de diversos tipos com detecções das mais variadas e etapas imprescindíveis, como as centrifugações. Todo esse processo deve ser realizado e ancorado em observância à cadeia de custódia, prevista na Lei nº 13.964/19. Contudo, somente em 2020, o IGP recebeu a demanda de 58.224 requisições de perícias envolvendo as áreas de toxicologia, química e genética forense. Com isso, há necessidade de equipamentos e softwares que supram a demanda e atualização dessas áreas, dentre os quais cromatógrafo, sistema de iluminação forense e de gerenciamento de Informações laboratoriais e centrífugas refrigeradas (evitam perdas durante o aquecimento e ajudam a dirimir eventual contaminação em genética forense). Para tal, o projeto em questão busca incrementar e aparelhar os laboratórios de perícia forense de maneira a aumentar a eficiência pericial do estado, contribuindo assim para a maior efetividade na elucidação de crimes.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Maior agilidade nas respostas à sociedade quanto à elucidação de crimes, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal. Possibilitar uma entrega ágil dos resultados das análises forenses no âmbito laboratorial.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública
MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
Servidores da Segurança Pública e a população gaúcha.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Instituto-Geral de Perícias	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Sistema de iluminação Forense e aquisição de imagens de vestígios	Quantidade	1	750.000	24
Cromatógrafo com detector por espectrometria de massa (CG-MS), FID e NPD	Quantidade	1	1.314.000	24
Centrífuga refrigerada de bancada com rotor de microplacas (2 un)	Quantidade	2	104.000	24
Centrífuga refrigerada adquirida (2 un)	Quantidade	2	176.000	24



Cromatógrafo com detector por ionização de chama (CG-DIC)	Quantidade	1	550.000	24
---	------------	---	---------	----

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1262	MODERNIZAÇÃO DA TOXICOLOGIA FORENSE DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel Scolmeister	51 32882663	daniel-scolmeister@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de cromatógrafo líquido com detecção por arranjo de diodos.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 566.500

OBJETIVO
Impedir a paralisação das análises toxicológicas com a instalação do cromatógrafo e aquisição dos materiais para o laboratório, para dar continuidade na prestação do serviço de análise de álcool etílico e drogas em suspeitos de cometimento de crimes, overdoses ou mesmo dirigir sob o efeito de algumas dessas substâncias.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Obsolescência da tecnologia voltada para análises toxicológicas no Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS), comprometendo análise de provas e elucidação de crimes.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Apesar de os indicadores do Estado mostrarem uma diminuição na criminalidade em tempos de pandemia, o quantitativo de análises realizadas pela Divisão de Toxicologia Forense segue em níveis elevados desde 2017, totalizando, a cada ano, cerca de 12 mil requisições recebidas para análise. Sem as análises realizadas pelo IGP, não seria possível obter essas informações e nortear as políticas públicas do Estado no que tange à segurança pública. Atualmente, o IGP conta com dois cromatógrafos líquidos para este tipo de análise, que além de estarem obsoletos, não encontram mais condições de manutenção. Mesmo assim foram realizadas mais de 40.000 análises toxicológicas em material apreendido com amostras de todo o Estado no último ano. Esses exames não podem deixar de serem realizados, pois são provas materiais do delito, essenciais para a condenação.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
As análises toxicológicas em matrizes biológicas são fundamentais para a elucidação da causa morte das vítimas. Nos acidentes de trânsito, por exemplo, é de suma importância a verificação da possibilidade de um suspeito estar dirigindo sob a influência de alguma substância durante o fato. Além disso, os dados informados do uso dessas substâncias geram padrões de comportamento da população quanto ao uso, auxiliando na formulação de políticas públicas para a diminuição de acidentes, uso de drogas e, conseqüentemente, o tráfico de drogas. O equipamento que auxilia na detecção de drogas em sangue e material apreendido é o cromatógrafo líquido, cuja obsolescência traz consigo a real possibilidade de falta de conserto para esse equipamento, o que compromete a continuidade dessas análises no IGP-RS. Atualmente, o DPL conta com somente um equipamento que auxilia na detecção de drogas e medicamentos em materiais diversos (HPLC-DAD), cujo conserto não existe mais. A falta das perícias toxicológicas, com a ausência da materialidade da prova, impedirá que a sanção penal seja imposta. A instalação de novo cromatógrafo com novas tecnologias e a aquisição de materiais específicos de laboratório impedirá que as análises toxicológicas sejam paralisadas. Caso a prova material do delito não seja constatada, uma pessoa não poderá ser objetivamente condenada, pois não há a existência do crime, conforme a lei.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Espera-se, com a aquisição dos equipamentos e conseqüente continuidade do trabalho realizado pelo IGP, uma sensação de justiça, que está intimamente ligada ao cumprimento da pena do indivíduo baseada na condenação. Além disso, em longo prazo, a aquisição dos equipamentos e insumos diminuirá o tempo de espera na liberação dos laudos periciais baseados nos exames que realizam.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública
MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
10.000 Peritos Criminais, servidores da Polícia Civil e do Judiciário. Toda a população será beneficiada indiretamente.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Instituto-Geral de Perícias	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cromatógrafo Líquido acoplado ao detector de arranjo de diodo	Quantidade	1	450.000	24
MICROPIPETAS DE VOLUME VARIÁVEL 0,2 a 2,0 uL	Quantidade	10	16.000	24
MICROPIPETAS DE VOLUME VARIÁVEL 10 a 100 uL	Quantidade	10	16.000	24
MICROPIPETAS DE VOLUME VARIÁVEL 20 a 200 uL	Quantidade	10	16.000	24
MICROPIPETAS DE VOLUME VARIÁVEL 100 a 100 uL	Quantidade	10	16.000	24
Repipetador	Quantidade	3	18.000	24



PRE COLUNA HPLC 12,5 X 4,6mm 5Um C8	Quantidade	12	19.200	24
KIT CONEXÃO PARA PRÉ-COLUNA compatível com a pré-coluna solicitada	Quantidade	4	4.800	24
Dispensador de volumes de 1 a 10 mL	Quantidade	3	10.500	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1263	DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO IGP-RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Adquirir ferramentas periciais para extração de dados em dispositivos móveis.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.100.000

OBJETIVO
Agilizar as perícias de extração e análise de dados em dispositivos móveis, por meio da descentralização dos exames para as unidades regionais do Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS), garantindo a integridade da cadeia de custódia em especial na sua etapa de coleta de vestígios.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Aumento da demanda por exames periciais em dispositivos eletrônicos e móveis, associados a crimes, e, conseqüentemente, maior geração de informações a serem analisadas nestes aparelhos eletrônicos.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Em 2018, o Brasil estava em 5º lugar no ranking global de tempo gasto com celulares. Com o avanço tecnológico e a dependência cada vez maior dos equipamentos e sistemas informatizados por parte de empresas e pessoas, os crimes também evoluíram e tomaram esses equipamentos como ferramenta. Atualmente, no IGP, há 1541 requisições de perícias em dispositivos móveis aguardando atendimento, com cerca de 2506 dispositivos a serem periciados para extração ou análise de dados. Contando com uma equipe de 5 peritos criminais, a produção média mensal de laudos periciais da seção SETEL (seção de perícias em dispositivos de telefonia móvel), em 2020, foi de, aproximadamente, 6 laudos de extração de dados e 5 laudos de análise. O tempo médio de atendimento de extração de dados de cada requisição, em 2020, foi de aproximadamente 12 dias, e o tempo médio de análise dos dados de cada requisição foi de 22 dias.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
As Soluções Forenses para Exames Periciais são constituídas de equipamentos eletrônicos, programas de computador e suas atualizações, que permitem a extração de dados de dispositivos móveis, como telefones celulares, tablets, drones e aparelhos de GPS. O programa de computador processa os dados extraídos do(s) dispositivo(s) móvel(is), ordenando as informações e gerando visualizações e relatórios para que o perito possa analisá-los. Devido à grande quantidade de aparelhos lançados anualmente, a constante atualização de versões dos sistemas operacionais e programas dos smartphones, além de novas interfaces físicas, é indispensável o contrato de atualização dessas soluções, garantindo a integridade das informações extraídas dos dispositivos. É fato inconteste que, nos dias atuais, as áreas de perícia, a exemplo do IGP-RS, são demandadas frequentemente para a realização de análise em dispositivos eletrônicos. E, no topo dessas ocorrências, com a popularização dos dispositivos computacionais portáteis, como smartphones e tablets, tais equipamentos já representam, num cômputo geral, a maior parte da produção das áreas de perícia, gerando um enorme volume pendente para exame e, naturalmente, com tendência de aumento. O uso massivo de telefonia celular, smartphones, ambientes colaborativos, comunicação por meio da Internet criou oportunidades para o investigador não apenas encontrar evidências na cena do crime, no mundo físico, mas principalmente encontrar rastros no mundo virtual. No entanto, uma grande preocupação é que esse uso massivo de tecnologia pelas pessoas gera uma quantidade muito grande de informação a ser analisada que por sua vez não encontra no IGP a tecnologia suficiente para atender essa crescente demanda. Portanto, a importância deste projeto está em sua ampla potencialidade de qualificar e agilizar as perícias de análise e extração de dados no RS, garantindo a integridade da Cadeia de Custódia como preconiza a Lei nº 13.964/19.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se com o projeto uma maior qualificação para a sustentação da prova técnica, maior agilidade na entrega dos resultados das perícias, com o fornecimento de respostas à sociedade quanto à elucidação de crimes, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Servidores da Segurança Pública e a população gaúcha.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ferramentas de extração de dados de dispositivos móveis adquiridas	Quantidade	10	2.100.000	24

ASPECTOS RELEVANTES



Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1264	MODERNIZAÇÃO DA BALÍSTICA FORENSE DO CENTRO REGIONAL DE EXCELÊNCIA DA REGIÃO SUL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos para modernizar e agilizar os exames de balística no Centro Regional de Excelência em Perícias.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 770.000

OBJETIVO
Propiciar condições para melhorar a qualidade e a segurança nos procedimentos para a realização dos exames periciais de balística e implementar nova modalidade de exame necessário para o atendimento às demandas de autoridades policiais, ministeriais e judiciais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem e insuficiência de equipamentos de Balística Forense do Estado, que impossibilitam garantir processo ágil e seguro para execução de exames periciais de balística e o atendimento das demandas de autoridades policiais, ministeriais e judiciais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Em 2018, o número de mortes por arma de fogo no Estado representou cerca de 5% do total de mortes desse mesmo tipo no Brasil, colocando o RS entre os dez primeiros lugares no ranking, de acordo com dados do IPEA. A Divisão de Balística Forense, em 2020, foi responsável pelo recebimento de 927 requisições para confronto balístico, além de um quantitativo de 5184 armas de fogo para testes de funcionamento. No entanto, a obsolescência dos equipamentos disponíveis para as perícias balísticas torna os processos pouco ágeis e demandam ainda mais tempo para a obtenção de resultados. Um exemplo dessa defasagem são as câmeras que compõem o sistema de microscopia óptica dos microcomparadores, cuja importância é fundamental na etapa prévia à inserção no Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB). Tais câmeras nunca passaram por uma modernização o que implica em risco direto da perda de comunicação entre estas e o computador, com prejuízo evidente para o uso do Sistema Automatizado de Identificação Balística, já em fase de execução, e para o atendimento do Pacote Anticrime, que prevê a criação do Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB). A defasagem também se reflete na carência de equipamento para determinar de maneira mais precisa a composição de ligas metálicas de armas de fogo e elementos de munição, muitas vezes de fabricação estrangeira. Considerando estes aspectos, sem a modernização para o incremento da qualidade das perícias, o RS está muito aquém de outras Unidades da Federação, embora seja sede de um Centro Regional de Excelência em Perícias da Região Sul (CREPECSUL).

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O presente projeto visa a aquisição de equipamentos para modernizar, aprimorar e agilizar os exames periciais da área de balística. Servirão, inclusive, como complemento qualificador ao projeto já em fase de execução de implantação do Sistema Automatizado de Identificação Balística, o qual busca atender as diretrizes do SINAB, previsto pela Lei nº 13.964/2019. Para a alimentação do sistema é necessário a obtenção de grandes quantidades de padrões de projéteis e estojos. Cada um desses padrões deverá passar por análise prévia em microscópio óptico antes de sua inserção no SINAB. Com isso, se faz necessária a aquisição de câmeras de tecnologia mais moderna para que esse trabalho de análise prévia possa ter fluidez. Não menos importante, os exames de microcomparação balística continuarão sendo feitos no microscópio óptico, sendo, também por este motivo, necessário que se tenha câmeras mais bem preparadas e adequadas, com a utilização de tecnologia mais recente, para a continuidade desse tipo de exame pericial. Por fim, a necessidade de identificação dos elementos químicos e, conseqüentemente, a caracterização mais precisa das ligas metálicas que compõem as armas e seus revestimentos, dos componentes de munição, e também de outros objetos recebidos para exames pela área da Balística Forense, que constituem-se em vestígios de crimes para diversas finalidades criminalísticas, será atendida com a aquisição do espectrômetro de raios-X portátil.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Prover a elucidação de crimes à sociedade, dando às autoridades policiais subsídios de relevância no que tange à persecução criminal. Fomentar maior qualificação para a sustentação da prova técnica, maior agilidade na entrega dos resultados das perícias. E por fim, numa perspectiva futura, contribuir para a colaboração e compartilhamento de informações através da inserção de padrões de qualidade relacionados à iniciativa do SINAB.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Servidores da Segurança Pública e Judiciário.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Analisador XRF portátil	Quantidade	1	500.000	24



Câmera digital para microscopia com software de controle	Quantidade	5	270.000	24
--	------------	---	---------	----

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1265	TECNOLOGIAS PARA A PERÍCIA CRIMINAL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos e programas computacionais para atualização tecnológica de setores da Criminalística como Informática e Documentoscopia Forense, Reprodução Simulada dos Fatos, Engenharia Legal e Perícias Ambientais.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 3.054.000

OBJETIVO
Dotar o Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS) de ferramentas que permitirão ampliar a gama de exames periciais realizados, além de qualificar e agilizar esses exames.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem no acompanhamento das tecnologias nas diversas áreas da Criminalística, como Engenharia Legal, Documentoscopia e Perícias Ambientais, resultando em dificuldades na realização de exames periciais de maneira ágil e efetiva, com qualificação necessária à prova técnica.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Novas tecnologias trazem, para todas as áreas do conhecimento, oportunidades de progresso, automação, eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das diversas atividades na perícia criminal. A aquisição de softwares para simulação em casos de crimes de trânsito, drones para perícias ambientais e de engenharia, manequins articulados para reprodução simulada dos fatos, entre outros, qualificará os exames periciais sobremaneira, substituindo equipamentos obsoletos e agregando novas tecnologias que trarão informações relevantes, que somente são possíveis de obter com investimento constante.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>As novas tecnologias trouxeram, para todas as áreas do conhecimento, oportunidades de progresso, de automação, de eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das várias atividades no âmbito da segurança pública, principalmente na perícia criminal. Os desafios, que a criminalidade traz, exigem a utilização das tecnologias disponíveis, bem como de produtos que ajudam a desvelar casos multidisciplinares e de alta complexidade.</p> <p>Entre os itens a ser adquiridos, destacam-se: a ferramenta forense IEF (Internet Evidence Finder), que é um grande auxiliar na busca por vestígios de crimes relacionados à internet; o comparador espectral portátil, que ao ser utilizado na perícia de documentos revela adulterações e falsificações que os exames de luz direta não permitem visualizar, além de poder ser utilizado em perícias feitas fora do prédio do IGP; o software Virtual Crash que permite efetuar simulações de crimes de trânsito, agregando maiores informações à dinâmica do evento; os manequins utilizados em Reprodução Simulada dos Fatos (RSF) possuem dimensões e mobilidade similares ao corpo humano, sendo utilizados em substituição às vítimas; são de suma importância por permitirem posicionamentos que, muitas vezes, colocariam em risco os substitutos das vítimas, ou mesmo inviabilizariam o exame; casos em que há crianças envolvidas (como vítimas ou testemunhas, por exemplo), opta-se por estas não aparecerem nos registros fotográficos do exame de RSF, a fim de preservá-las; e o drone com câmera termográfica e software para processamento de imagens permitem um levantamento mais rápido e detalhado nos locais de crimes ambientais, além de ter aplicações variadas em outras áreas da criminalística, tais como locais de morte, incêndios e desastres em massa.</p> <p>A não realização de perícia criminal de forma adequada e com instrumentos tecnológicos de alta complexidade, pode acarretar na perda de vestígios frágeis com a ação do tempo, das condições climáticas e do local, trazendo prejuízos para a resolução do crime e, conseqüentemente, a sensação de injustiça e descaso do Estado junto à sociedade, visto que apesar de haver profissionais na estrutura estatal que foram qualificados para executar esse trabalho, não poderão efetuar-lo por falta de instrumentos essenciais.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Os impactos esperados serão em torno da efetiva manutenção, progresso, instrumentalização e ampliação dos serviços de alta complexidade da Perícia Criminal do IGP-RS, no âmbito da sociedade gaúcha, e, ainda os que seguem:

- permanente disponibilidade dos servidores do IGP-RS para a execução da perícia criminal em diversas áreas, desde o plantão da capital e região metropolitana, até os Postos do Interior do Estado do RS;
- atendimento eficaz quanto à coleta e tratamento de vestígios, documentos e amostras, visto que os produtos solicitados visam atender as diferentes realidades de cada crime que eventualmente surgem, ampliando o espectro de avaliação dos especialistas;
- resposta à sociedade quanto à elucidação de crimes e sua autoria, visto que no sistema de justiça, a perícia criminal contribui de forma exemplar quanto à identificação daqueles que estavam presentes no local de crime, bem como do modus operandi e outros resultados científicos, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Servidores da Segurança Pública.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Drone com câmera Visual e câmera FLIR e kit suplementar adquiridos	Quantidade	3	80.000	24
Licença de Software para processamento de imagens de drone adquirida	Quantidade	1	19.000	24
GPS portátil adquirido	Quantidade	4	11.000	24
Magnet AXIOM - licenças Perpétuas	Quantidade	5	220.000	24
Comparador espectral baseado em imagem de vídeo	Quantidade	1	1.609.000	24
Câmeras Fotográficas	Quantidade	4	24.000	24
manequim articulado adulto	Quantidade	1	30.000	24
Manequim articulado infantil	Quantidade	1	18.000	24
Renovação do IEF com Migração para Axiom (Módulos Computer e Smartphone)	Quantidade	5	515.000	24
Suporte 8x5 Remoto Axiom	Quantidade	3	39.000	24
SMS Magnet AXIOM	Quantidade	15	323.000	24
Licenças do software Virtual Crash 5	Quantidade	3	106.000	24
Computadores de alta performance para processamento de imagens obtidas com drone	Quantidade	2	60.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1266	INSUMOS PARA COLETA E REVELAÇÃO DE IMPRESSÕES PAPILARES LATENTES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Katia Rosane Reolon Bittencourt	51 32236122	katia-reolon@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de materiais de consumo para a coleta e revelação de impressões papilares.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 445.000

OBJETIVO
Dotar o Instituto-Geral de Perícias (IGP) de insumos necessários para a coleta e revelação de impressões papilares.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Insuficiência de insumos periciais papiloscópicos necessários para a coleta e revelação de vestígios criminais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
<p>A falta de insumos e a falta de aparelhamento para a realização dos serviços de natureza pericial tem conexão direta com a limitação dos orçamentos dos órgãos periciais e dos governos estaduais. No caso do Rio Grande do Sul, a limitação de gastos impostas pelas dificuldades financeiras e de reequilíbrio fiscal justificam sobremaneira a deficiência em investimentos na área de políticas públicas de segurança pública.</p> <p>O IGP realiza anualmente mais de cinco mil coletas de fragmentos papiloscópicos em locais de crime e em objetos relacionados a crimes, sendo necessário o investimento constante na aquisição de insumos para a manutenção do trabalho pericial, o que nem sempre é possível devido às dificuldades financeiras dos últimos anos.</p>

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>As impressões papilares são vestígios comuns em locais de diversos tipos de crime, constituindo-se em importante subsídio para a definição da autoria. Os levantamentos de impressões papilares são realizados na grande maioria nas cenas de crimes, contribuindo para a sua elucidação. O IGP tem intensificado o processamento de impressões digitais com eficiência e rapidez, para identificar a autoria de vários crimes. Para tal, utiliza-se desde técnicas mais simples, como também técnicas mais sofisticadas ou laboratoriais que demandam reagentes ou preparo específico.</p> <p>Contudo, a não manutenção de insumos básicos a essas perícias ocasiona, entre outras, a perda de vestígios criminais, a não resolatividade de crimes, o aumento da sensação social de injustiça, além da desmobilização da perícia técnica. Portanto, os insumos solicitados permitirão a realização destes exames sem a interrupção do suprimento dos materiais necessários de maneira a permitir uma perícia eficiente e resolutive.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
<p>Os impactos esperados serão em torno da efetiva manutenção dos serviços de Perícia Papiloscópica do IGP/RS, no âmbito da sociedade gaúcha, e, ainda os que seguem:</p> <ul style="list-style-type: none">- permanente disponibilidade dos servidores do IGP/RS para a execução da perícia papiloscópica no plantão da capital e região metropolitana, bem como nos Postos do Interior do Estado do RS, efetuando coletas de impressões digitais com qualidade para confronto e processamento no AFIS;- atendimento eficaz quanto à coleta de impressões papilares em diversas superfícies e objetos, visto que os insumos visam atender as diferentes realidades de cada local de crime que eventualmente surgem, ampliando o espectro de avaliação dos especialistas e de coleta de material para análise no laboratório;- resposta à sociedade quanto à elucidação de crimes e sua autoria, visto que no sistema de justiça, a perícia papiloscópica contribui de forma exemplar quanto à identificação daqueles que estavam presentes no local de crime, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública
MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
Servidores do IGP que efetuam a coleta e revelação de impressões latentes, autoridades requisitantes da perícia e toda a população do Rio Grande do Sul.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Instituto-Geral de Perícias	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cianoacrilato adquirido	Quantidade	15	4.650	24
Ninhidrina adquirida	Quantidade	10	1.000	24
Revelador amido black adquirido	Quantidade	5	300	24



Pincéis para aplicação de reveladores de impressões papilares adquiridos	Quantidade	1000	290.000	24
Fita adesiva para levantamento e preservação e impressão papilar adquirida	Quantidade	900	135.000	24
Pó para revelação de impressões papilares adquirido	Quantidade	12	14.050	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1267	LABECC - LABORATÓRIO DE PERÍCIAS DIGITAIS CONTRA CRIMES CIBERNÉTICOS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel José Salomoni	51 32236677	daniel-salomoni@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de estações periciais de análise de dados (computadores de alta performance) para atender à demanda de análises periciais de crimes relacionados a pedofilia, feminicídio, maus-tratos e estelionato.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 800.000

OBJETIVO
Aumentar a quantidade e agilidade na produção de provas periciais digitais, necessárias aos inquéritos policiais e processos judiciais, associados a crimes envolvendo feminicídio, pornografia infanto-juvenil, estelionato, maus tratos e outros tipos penais associados a essa população vulnerável.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Os crimes praticados contra populações vulneráveis possuem conteúdo probatório cada vez mais passível de ser extraído de meios eletrônicos através de aparato de perícia digital. Porém, a quantidade de dados a analisar ultrapassa a capacidade dos órgãos periciais, gerando demora na geração das provas periciais que são essenciais na punição aos culpados por esses crimes.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
<p>A ação de pedófilos que atuam na rede tem aumentado, conforme dados referentes a denúncias feitas à Organização Não Governamental (ONG) Safernet Brasil, dedicada aos direitos humanos na internet. Os dados emitidos pela Safernet demonstram que, em 2019, foram registradas 2.017 denúncias referentes a este crime. Já em 2020, o número subiu para 5.866 denúncias, ou seja, um aumento de 190%. De acordo com o Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, no início da pandemia da Covid-19, em março de 2020, quando ainda não haviam sido decretadas medidas rígidas, houve aumento de 45% de abusos sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil em relação a 2019, quando 11.241 denúncias foram registradas pelo governo federal. Em 2020, o total subiu para 20.771.</p> <p>Além dos crimes que envolvem pornografia infanto-juvenil (PIJ), os indicadores de criminalidade divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP-RS) mostraram que, em abril de 2021, os crimes de estelionato no Estado aumentaram 51,79% em comparação ao mesmo período de 2020. Ao todo, 6.354 pessoas afirmam terem sido vítimas, enquanto que no mesmo mês do ano passado esse número era de 4.186. Em Porto Alegre, os dados demonstram que, no mês de abril, 1.322 pessoas foram vítimas de algum tipo de golpe, acréscimo de 41,08% em relação ao registrado no mesmo período de 2020.</p> <p>Durante os meses de pandemia, em 2020, de março a dezembro, 14 estados apontaram aumento no número de feminicídios. Juntos, tiveram um aumento de 20% em comparação com o mesmo período de 2019. O número de feminicídios foi apresentado no último monitoramento da série de reportagens "Um vírus e duas guerras". Os dados são referentes a 24 estados e o Distrito Federal. Esse aumento da demanda não foi acompanhado por uma modernização adequada de equipamentos necessários a atender esse crescimento, gerando uma necessidade de aumento na capacidade de processamento dos equipamentos destinados a esse tipo de perícia.</p>

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Em uma primeira análise, a valoração do prejuízo demonstra que a demora na produção da prova pericial usada para indiciar um acusado não é quantificável. A criança ou adolescente vítima pode continuar a ser abusada enquanto o criminoso não for afastado dela por força da lei. O homicida pode vir a atacar mais mulheres, enquanto aguarda o julgamento. O estelionatário prosseguirá aplicando golpes contra a população idosa. Esses casos de impunidade minam a sensação de segurança social.</p> <p>No âmbito do IGP/RS, a quantidade de solicitações de perícias digitais se mantém em uma média de 50 solicitações mensais. O atendimento a essas solicitações de todo o Estado, são centralizadas na seção de Informática Forense do IGP/RS. A produção mensal da seção é de aproximadamente 25 trabalhos. Para aumentar esse número de</p>

atendimentos, deve-se implementar melhorias nos três componentes da perícia digital: equipamentos (hardware), programas forenses (software) e recursos humanos.

Analisando pelo viés técnico, o uso massivo de tecnologia pelas pessoas gera uma quantidade muito grande de informação a ser analisada. A capacidade de armazenamento dos dispositivos eletrônicos como Desktops, Notebooks e Telefones Móveis, entre outros, também aumenta periodicamente. De acordo com estatísticas do Federal Bureau of Investigation - FBI, nos Estados Unidos, os casos que envolvem análise de informações em meios eletrônicos vêm apresentando um aumento médio anual de 35% na quantidade de informação digital analisada. Como exemplo, um caso forense digital médio, que em 2003 tinha uma quantidade de informação de 83 GBytes, em 2007, passou a ter 277 GBytes e, extrapolando para 2019, esse caso teria uma quantidade de informação de 10.000GBytes. De acordo com o artigo da pesquisadora americana Cynthia Murphy, nos últimos anos, os peritos digitais forenses receberam um grande aumento de pedidos de análise de dispositivos móveis por ser atualmente uma grande fonte de indícios para investigação criminal. Dessa forma, como a evolução tecnológica é muito rápida, a Perícia necessita estar continuamente atualizada, em especial com novos equipamentos e programas forenses que tenham performance para tratar grandes volumes de dados de forma rápida.

Esse pré-projeto propõe a aquisição de Estações Periciais (hardware) para serem usados na seção de Informática Forense, responsáveis pelas perícias digitais. As estações atualmente em uso foram adquiridas em 2015 e apresentam degradação de performance devido ao uso constante e à evolução tecnológica dos itens periciados (que tem unidades de armazenamento com capacidade superior às das Estações Periciais, e conseqüentemente maior demora no processamento das evidências digitais). O componente recursos humanos também será atendido, devido à chegada de novos Peritos Criminais, mas não há Estações Periciais em número suficiente para todos eles.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Favorecimento da proteção a crianças, adolescentes e mulheres, com o rápido afastamento judicial do agressor de sua vítima, e aumento da agilidade de apuração de crimes contra idosos, por meio da diminuição de tempo na produção da prova pericial, garantindo a agilidade do processo judicial e impedindo a proliferação, na sociedade gaúcha, da sensação de impunidade.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

**PÚBLICO-ALVO**

Cidadãos atingidos pelos crimes em questão, que terão uma resposta mais ágil. Peritos Criminais da área de Informática Forense, policiais da área de Crimes de Informática e o judiciário.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Computadores de Alta Performance	Quantidade	20	800.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1268	VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas de combate a incêndios florestais especializadas, equipadas com materiais e equipamentos específicos para o atendimento a ocorrência de fogo em vegetação em locais de difícil acesso.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 21.400.800

OBJETIVO
Propiciar respostas rápidas e ágeis aos incêndios ambientais, e conseqüentemente, diminuir os impactos ambientais, econômicos e à saúde humana dos incêndios florestais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Inexistência de viaturas adequadas para o combate a incêndios florestais frente ao aumento desse tipo de ocorrência.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O atendimento a ocorrências de incêndios florestais, em sua grande maioria, ocorre em locais de difícil acesso. Sendo assim, ao se deparar com esse tipo de ocorrência, é deslocado o Auto Bomba Tanque - ABT, para o atendimento. Esse tipo de viatura não consegue acesso a esses locais, seja pelo seu tamanho avantajado, seja pela carga excessiva de peso. Logo, o deslocamento é feito a pé até o local do incêndio, e isso acarreta em demora para se extinguir o incêndio. Quanto maior a demora, maiores são os danos causados pelo fogo ou pela fumaça da queima. Se o combate ao incêndio não for o mais rápido possível, o fogo pode se alastrar, causando grande impacto negativo à fauna local, danos à agricultura, e, conseqüentemente, à economia do agronegócio. A inalação da fumaça das queimadas e dos incêndios florestais aumenta os riscos de infecções respiratórias agudas, especialmente nas crianças e nos idosos, tornando-os segmentos vulneráveis da população a adoecimento e morte.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS) atende um grande volume de ocorrências de combate a incêndios florestais. Há locais em que a Viatura Auto Bomba Tanque - ABT, veículo padrão para o atendimento das ocorrências, não consegue acesso até o incêndio, devido ao relevo local, ou por possuir uma densa vegetação. Logo, por falta de veículos adequados tecnologicamente para esse tipo de ocorrência, o trabalho dos bombeiros e a prestação do serviço à comunidade é prejudicado, seja pela dificuldade de deslocamento a pé até a ocorrência, carregando materiais e equipamentos, seja pela grande distância até chegar o incêndio, seja pela demora na extinção do incêndio e retorno dos militares até o caminhão. O investimento em veículo de combate a incêndio florestal dotado de tecnologia para acessar incêndios florestais de difícil acesso é essencial para diminuir os impactos negativos causados pelo fogo e pela fumaça.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Otimização do acesso de viaturas a locais com relevo irregular e vegetação densa, diminuindo o tempo-resposta da ocorrência e impactos à fauna, à economia local e à saúde humana e animal.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério do Meio Ambiente

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1243 - Reduzir o desmatamento e os incêndios nos biomas e aperfeiçoar o controle ambiental

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

214N - Controle e Fiscalização Ambiental

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios-sede da Área de Responsabilidade Territorial dos Batalhões de Bombeiro Militar do CBMRS (8,9 milhões de pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículo AGRALE MARRUÁ AM250 CD G2 equipado com estrutura e kit removível para combate a incêndio florestal.	Quantidade	24	21.400.800	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1269	AGILIDADE NOS EXAMES DE DNA PARA IDENTIFICAÇÃO HUMANA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gustavo Lucena Kortmann	51 32336477	gustavo-kortmann@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de plataforma de processamento rápido de DNA.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.200.000

OBJETIVO
Propiciar ao Instituto-Geral de Perícias (IGP) o encurtamento da elaboração de laudos periciais entre 1 e 3 semanas agilizando a prova pericial e possibilitando aos familiares das vítimas condições para um rápido sepultamento. A aquisição de tal plataforma fará do Rio Grande do Sul o primeiro Estado do Brasil a dispor dessa tecnologia de análise de DNA, aparelhando o Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais da Região Sul para auxílio de outros Estados e propiciando que o mesmo equipamento seja utilizado em casos de repercussão e de máxima urgência que requerem análise imediata de DNA do vestígio criminal.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Demora na conclusão de exames periciais de DNA, decorrente da utilização de equipamentos antigos, que demandam um tempo maior de processamento das amostras, gerando morosidade e comprometendo a agilidade investigativa do inquérito policial.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Atualmente o IGP-RS, para a realização de todas as etapas necessárias até a obtenção do perfil genético de um vestígio ou pessoa, dispõe de equipamentos que fazem isoladamente as etapas de extração de DNA, a quantificação de DNA, a amplificação de DNA e a genotipagem. Essa estratificação das etapas analíticas em vários equipamentos retarda a conclusão do laudo pericial, acarretando o não atendimento das demandas investigativas num prazo adequado. Hoje, o tempo médio de uma identificação humana por DNA no IGP é de 3 semanas. Esse tempo está relacionado ao número de dias necessários para o transporte das amostras coletadas de cadáveres entre os Postos Médico-Legais até o IGP (até 2 semanas), e mais as etapas de extração, quantificação, amplificação e genotipagem de DNA, análise dos perfis genéticos e interpretação estatística da prova, elaboração e revisão do laudo. Atualmente, o tempo mínimo necessário para a conclusão de um laudo de DNA é de no mínimo 1 semana para casos na região metropolitana, podendo se estender por pelo menos mais 2 semanas caso as amostras venham do interior do Estado. Esse longo período, além de retardar a evolução da investigação policial, acaba por trazer sofrimento para as famílias de vítimas, cuja identificação do cadáver necessite de exame de DNA.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A vantagem desta tecnologia é a mobilidade do aparelho, que pode ser transportado para outras regiões do Estado, permitindo que locais distantes do laboratório de Genética Forense da capital sejam prontamente atendidos. Nesse sentido, ressalta-se, em especial, o tempo despendido (em média 15 dias) hoje em dia, no transporte das amostras biológicas de cadáveres e seus familiares pela rota do IGP-RS, para todos os casos de identificação humana via DNA no território gaúcho. Uma vez que a Divisão de Genética Forense possui suas instalações na capital, há a necessidade de envio por motorista dessas amostras para processamento até Porto Alegre. Com esse equipamento, o IGP-RS passaria a contar com um laboratório portátil para envio a qualquer local do Estado para situações ocasionais e urgentes. Além da resolução de crimes, as autoridades policiais de países asiáticos, europeus e norte-americanos também já utilizam essa tecnologia para identificação rápida de terroristas ou criminosos procurados. Em suma, estão surgindo cada vez mais situações em que o DNA rápido constitui um fator fundamental, sendo por isso, importantes as buscas por novas tecnologias que permitam ao IGP-RS periciar e fornecer respostas rápidas e confiáveis às autoridades policiais e judiciárias.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Impactar positivamente o inquérito policial e a instrução penal, na medida que tornará mais ágil a análise da prova de crimes, com isso atuará diretamente na promoção da justiça e diminuição da sensação de insegurança que aflige a população gaúcha.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Vítimas que necessitam de elucidação de crimes contra elas cometidas, e familiares de desaparecidos que precisam de identificação.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Plataforma rápida de processamento de DNA	Quantidade	1	1.200.000	24



ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1270	QUALIFICAÇÃO DAS NECROPSIAS NO IGP-RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo André Kupper Turner	51 32236677	eduardo-turner@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos e instrumentos para a realização de necropsias e procedimentos associados.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.155.000

OBJETIVO
Qualificar as necropsias realizadas no Instituto-Geral de Perícias (IGP) e melhorar as condições de trabalho dos servidores que as executam.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Necessidade de qualificar e incrementar as condições laborais e técnicas para realização das necropsias de maneira segura e eficiente, para reduzir o risco de contaminação dos servidores e elevar a qualidade da prova pericial.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
As necropsias são procedimentos que se equivalem, em relação aos riscos biológicos, a procedimentos cirúrgicos. Este risco foi evidenciado no último ano, em função da pandemia de Covid-19. O risco biológico ao qual os servidores responsáveis pelo transporte do cadáver do local de crime até o necrotério estão sujeitos pode ser mitigado com a utilização de sacos próprios para o transporte e acondicionamento de cadáveres. Nesta mesma atividade, o uso de macas apropriadas diminui os riscos ergonômicos. Ainda em relação à ergonomia, a NR 17, norma regulamentadora do Ministério da Economia, indica que para trabalho manual que tenha de ser feito em pé - caso das necropsias - as bancadas devem proporcionar ao trabalhador condições de boa postura, visualização e operação.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O IGP é o órgão responsável por todas as perícias criminais no Rio Grande do Sul. O Departamento-Médico Legal (DML) é o departamento responsável pelos exames periciais em vítimas de morte violenta ou com suspeita de violência, além de exames em vivos. Atualmente, são realizadas mais de 7.000 necropsias por ano, as quais são procedimentos complexos e com alto risco de contaminação biológica para os servidores que atuam nas equipes. Este risco pode ser mitigado com instalações e equipamentos adequados, por isto a necessidade dos equipamentos a serem adquiridos por meio deste projeto. Além disso, os itens solicitados como balanças para pesagem de cadáveres e equipamento de raio-X móvel, qualificarão os exames agregando mais informações.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Menor risco ergonômico e de contaminação biológica para os servidores envolvidos nas necropsias e maiores informações agregadas aos exames, por meio de equipamentos mais modernos, resultando em maior agilidade nas necropsias e qualidade das informações obtidas, beneficiando a sociedade em geral, em especial familiares enlutados.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.000 servidores do DML e Postos Médico-legais do interior e autoridades requisitantes da perícia. Indiretamente, toda a população será beneficiada.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamento de Raio-x móvel	Quantidade	1	590.000	24
Mesa para necrópsia com suporte craniano (33 un)	Quantidade	33	1.500.000	24
Macas para transporte de cadáveres (10 unidades)	Quantidade	10	40.000	24
Balança para pesagem de corpos adquirida	Quantidade	1	25.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1272	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PERÍCIAS DE ENGENHARIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ricardo Telló Düks	51 33270098	ricardo-durks@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos para qualificar as perícias de engenharia nas unidades do Instituto-Geral de Perícias (IGP), no interior do Estado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 422.000

OBJETIVO
Dotar os Postos de Criminalística do DPI-IGP/RS de ferramentas e equipamentos que permitirão ampliar a gama de exames periciais realizados, qualificando e provendo agilidade à produção da prova técnica.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A carência de equipamentos modernos que permitam a realização de exames periciais de engenharia de maneira ágil e efetiva, qualificando os Postos de Criminalística do interior do Estado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
As perícias de engenharia no interior do Estado carecem de equipamentos que possam permitir análises mais apuradas dos fatos. Por exemplo, a maioria dos Postos de Criminalística não possui drone, equipamento extremamente importante, que permite visualizar os vestígios em locais em que não é possível o acesso pelo perito, como nos casos em que há risco de desabamento. Outros equipamentos importantes são o odômetro de roda e a trena laser, que permitem a medição de grandes distâncias, situação comum em acidentes de trânsito em rodovias, com maior agilidade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>As novas tecnologias trouxeram, para todas as áreas do conhecimento, oportunidades de progresso, automação, eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das várias atividades no âmbito da segurança pública, principalmente na perícia criminal. Os desafios que a criminalidade traz exigem a utilização das tecnologias disponíveis, bem como de produtos que ajudem a desvelar casos multidisciplinares e de alta complexidade.</p> <p>Entre os itens a serem adquiridos, destacam-se: a) drones para imagens aéreas de locais de incêndio, desabamentos e ocorrências de trânsito, contribuindo para melhor entendimento e visualização do local sede do evento; b) trenas de diversos modelos e tamanhos para adequado dimensionamento do local e dos vestígios nestes mesmos tipos de ocorrência; c) lanternas táticas com boa capacidade de iluminação e foco variável para melhor visualização e aplicação de técnicas de incidência de luz em ambientes abertos e fechados; d) ferramentas, equipamentos para leitura de computador de bordo veicular e medidores de espessura de camada de tinta para perícias mecânicas em equipamentos e veículos, em especial os envolvidos em ocorrências de trânsito e em adulteração de numeração identificadora de chassis de veículos; e e) multímetros digitais para análises técnicas em locais de crime e equipamentos envolvendo eletricidade.</p> <p>A não realização de perícia criminal de forma adequada e com instrumentos adequados pode acarretar na perda de vestígios ou na inadequada representação dos mesmos no laudo pericial, trazendo prejuízos para a resolução do crime e, conseqüentemente, a sensação de injustiça e descaso do Estado junto à sociedade. Por outro lado, dotar os postos do interior com mais equipamentos reforça a abrangência do IGP com a descentralização das atividades para além da capital, permitindo uma maior agilidade do trabalho pericial para todo o estado.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Os impactos esperados serão em torno da efetiva manutenção, progresso, instrumentalização e ampliação dos serviços de alta complexidade da Perícia Criminal do IGP/RS, no âmbito da sociedade gaúcha, e, ainda os que seguem:

- permanente disponibilidade dos servidores do IGP/RS para a execução da perícia criminal nas áreas de engenharia nos Postos do Interior do Estado do RS;
- ampliação da capacidade de atendimento pelos Postos de Criminalística do interior do RS, descentralizando tarefas e agilizando atendimentos;
- atendimento eficaz quanto ao levantamento de locais e à coleta e tratamento de vestígios, visto que os produtos solicitados visam atender as diferentes realidades de cada crime que eventualmente surgem, ampliando o espectro de avaliação dos especialistas;
- resposta à sociedade quanto à elucidação de crimes e sua autoria, visto que no sistema de justiça, a perícia criminal contribui de forma exemplar quanto à identificação daqueles que estavam presentes no local de crime, bem como do modus operandi e outros resultados científicos, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Servidores dos Postos de Criminalística no interior do Estado e autoridades requisitantes de perícias.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
----------	-------------------	------	-------	---------------



Drones	Quantidade	10	140.000	24
Lanternas com lâmpadas de LED, bateria recarregável e foco variável, com no mínimo 100.000 W	Quantidade	60	15.000	24
Multímetros digitais	Quantidade	10	3.000	24
Odômetros de roda analógicos	Quantidade	60	43.800	24
Jogos de chave torx com no mínimo sete peças (T10 a T40)	Quantidade	30	780	24
Jogos de chaves biela tipo L, mínimo 12 peças (8 a 19 mm)	Quantidade	30	9.000	24
Jogos de soquetes sextavados ¼ e ¾, 40 peças, com catraca	Quantidade	30	6.000	24
Alicates de pressão 10 polegadas	Quantidade	20	1.000	24
Trenas eletrônicas a laser	Quantidade	20	7.620	24
Trenas de 5 metros	Quantidade	60	1.200	24
Trenas de 20 metros	Quantidade	60	10.200	24
Medidores de espessura de camada de tinta	Quantidade	20	24.000	24
Equipamentos para leitura de computador de bordo automotivo	Quantidade	20	32.000	24
Jogos de chaves de fenda e philips, com chaves pequenas, médias e grandes de ambos os tipos	Quantidade	30	1.800	24
Jogos de chave de boca com no mínimo 8 peças (6 a 22 mm)	Quantidade	30	3.300	24
Jogos de chave allen com no mínimo nove peças (1,5 a 10 mm)	Quantidade	30	3.300	24
Câmeras fotográficas profissionais	Quantidade	20	120.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1273	EQUIPAMENTO DE SALVAMENTO VEICULAR - CONJUNTO DE ALMOFADAS PNEUMÁTICAS - PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de Conjuntos de Almofadas Pneumáticas de Alta Pressão.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 347.800

OBJETIVO
Reduzir a letalidade de vítimas de acidentes veiculares presas nas ferragens, em escombros ou estruturas.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Nas ocorrências que envolvem acidente veicular com vítimas presas nas ferragens, escombros ou estruturas, o Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS) necessita de equipamentos específicos para estabilização e remoção das vítimas. A ausência de equipamentos especializados para esse tipo de ocorrência eleva a letalidade de vítimas presas nas ferragens do acidente veicular, de escombros ou estruturas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
No ano de 2021, foram registrados 1.487 acidentes veiculares com vítimas fatais apenas no Estado do Rio Grande do Sul, sendo um total de 2.554 veículos envolvidos. Os altos índices de mortalidade ocorrem devido a falta de equipamentos para estabilização do veículo e remoção das vítimas. Os materiais existentes no CBMRS para esse tipo de ocorrência são insuficientes para atender tal demanda.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O CBMRS possui nas suas competências constitucionais, as Buscas e Salvamentos. No entanto, há diversos tipos de salvamentos, dentre eles, o Salvamento Veicular e Terrestre. No atendimento a esse tipo de ocorrência, a guarnição de bombeiros se depara, na maioria das vezes, com vítimas presas nas ferragens dos veículos acidentados ou presas em escombros ou estruturas desmoronadas. Para a remoção dessas vítimas, se exige, além da grande capacidade técnica do militar, equipamentos específicos para estabilização do veículo acidentado e das estruturas colapsadas. Com a disponibilidade de almofadas pneumáticas de alta pressão pela guarnição de bombeiros, se proporciona um suporte necessário para o salvamento das vítimas, pois as almofadas proporcionam elevação, deslocamento e afastamento de cargas (ferragens, escombros, etc) de até 96 toneladas, facilitando o trabalho dos Corpos de Bombeiros e dando segurança à remoção das vítimas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Segurança na remoção de vítimas presas em ferragens de veículo acidentado, em escombros e estruturas colapsadas.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério do Desenvolvimento Regional
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2218 - Gestão de Riscos e de Desastres
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil
21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios-sede da Área de Responsabilidade Territorial dos Batalhões de Bombeiro Militar do CBMRS (8,9 milhões de pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
CONJUNTO DE ALMOFADAS PNEUMÁTICAS DE ALTA PRESSÃO	Quantidade	3	347.800	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1274	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE COMBATE A INCÊNDIO ESTRUTURAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de Conjuntos de Equipamento de Proteção Individual de Combate a Incêndio.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 232.000

OBJETIVO
Promover segurança e salvaguarda da integridade física dos bombeiros militares no desempenho das suas funções.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Elevado risco à integridade física do bombeiro militar do Rio Grande do Sul.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Segundo estudos realizados sobre os principais riscos e fatores de risco ocupacionais associados aos bombeiros, as principais doenças adquiridas por eles são hipoacusia, doenças pulmonares crônicas, asma, rinossinusite, patologia oncológica, entre outras. Isso ocorre devido aos inúmeros riscos/fatores de riscos que o bombeiro é exposto. A falta de uso de Equipamento de Proteção Individual adequado aumenta a probabilidade do bombeiro em adquirir essas doenças.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O CBMRS atende, diariamente, ocorrência de incêndios, seja estrutural, residências, florestais, etc. Para a segurança do bombeiro no combate a incêndios, é necessário uma roupa especial adequada. Para isso, a Roupa de Aproximação de combate a incêndio é crucial para a segurança e saúde do bombeiro, pois ela possui características de proteção térmica, química e das chamas do incêndio.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Promoção da saúde e segurança dos militares do CBMRS no combate a incêndios e melhor eficiência no atendimento à população gaúcha e reduzir acidentes e lesões dos profissionais bombeiros no desempenho das atividades de salvamento.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério do Desenvolvimento Regional Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2218 - Gestão de Riscos e de Desastres
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil
21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do RS e a população.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamento de Proteção Individual de Combate a Incêndio Estrutural	Quantidade	40	232.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1276	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL DPRPA - PORTO ALEGRE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da DPRPA - Delegacia de Polícia Regional de Porto Alegre/DPM/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.638 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservar a vida e a integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 489 servidores da Polícia Civil da Delegacia de Polícia Regional de Porto Alegre, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Porto Alegre e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1277	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES COMPUTACIONAIS PARA PERÍCIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Maiquel Luís Santos	51 32236677	maiquel-santos@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de computadores para os postos do Instituto-Geral de Perícias (IGP) no interior do Estado.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 750.000

OBJETIVO
Dotar os Postos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal do IGP/RS de equipamentos de informática adequados à execução dos serviços administrativos e periciais, com vistas a qualificar e agilizar o trabalho pericial das unidades do interior.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A obsolescência e insuficiência de recursos de informática (hardwares) fundamentais para atender as demandas administrativas, de análises de imagens e de relatoria e tramitação de laudos nos Postos do IGP no interior do RS.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Na atualidade, o uso de equipamentos e ferramentas computacionais é inerente a qualquer atividade laboral e fundamental no âmbito da perícia criminal, visto cada vez maior utilização da tecnologia da informação, inclusive na tramitação de documentos e relatórios periciais. A demanda por equipamentos de informática adequados à capacidade de processamento necessária à sua utilização como ferramenta de análise e maior velocidade para conexão com redes e sistemas informatizados torna-se elevada, nem sempre acompanhada com a adequada reserva de recursos que atendam plenamente a esta carência. Os computadores atualmente em uso nos postos do IGP no interior do Estado têm, em média, sete anos de uso, sendo necessária uma atualização para a manutenção da qualidade e agilidade do serviço.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A execução de qualquer atividade na atualidade requer a utilização de computadores. Na perícia criminal, além do uso como ferramenta administrativa (inclusive na transferência dos laudos periciais para as autoridades policiais, Ministério Público e Poder Judiciário), hardwares de informática (CPUs com boa capacidade de processamento e velocidade de conexão e telas com boa amplitude) são imprescindíveis para análise de vestígios através de imagens, seja pela ampliação para visualização de detalhes em fotografias por meio de softwares adequados, elaboração de desenhos para instrução de laudos periciais e aquisição de imagens para processamentos - impressões digitais e imagens obtidas com drone, por exemplo. Dotar os postos do interior com computadores atualizados reforça a abrangência do IGP com a descentralização das atividades para além da capital, permitindo uma maior agilidade do trabalho pericial para todo o estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Espera-se um impacto positivo na elucidação de crimes e agilidade na realização dos serviços da Perícia Criminal do IGP/RS, no âmbito da sociedade gaúcha.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.000 servidores dos Postos do IGP no interior do Estado e a população atendida.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Computadores com telas de no mínimo 21", dotados de 4 ou mais entradas USB, gravador/leitor de DVD, mouse e teclado	Quantidade	100	700.000	24
Estabilizadores	Quantidade	100	50000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;



Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1279	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 1º DPRM - GRAVATAÍ

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 1º DPRM - Delegacia de Polícia Regional Metropolitana de Gravataí/DPM/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.638 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservar a vida e a integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 246 servidores da Polícia Civil da 1º DPRM - Delegacia de Polícia Regional Metropolitana de Gravataí, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Gravataí e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1280	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES PARA PERÍCIAS EM ÁUDIO E IMAGENS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel José Salomoni	51 32236677	daniel-salomoni@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de computadores com alta capacidade de processamento e softwares para análise, melhoramento, restauração de áudio e imagens e análise e recriação em 3D de cenas e faces.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 142.100

OBJETIVO
Realização de análise mais profunda e detalhada dos arquivos de áudio e imagens enviados à seção, facilitando a detecção de possíveis alterações criminosas nestes arquivos e a realização de melhoramentos nos arquivos com a finalidade de reconhecer/identificar indivíduos e objetos em cena, aumentando a qualidade do trabalho pericial realizado.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
O avanço e a popularização das tecnologias digitais de gravação de áudio e imagens trazem consigo a elevação na quantidade e na qualidade das adulterações criminosas de arquivos de áudio e imagens, aumentando o número e a complexidade das solicitações de perícias neste tipo de arquivos, sendo necessária, cada vez mais, a utilização de computadores com alta capacidade de processamento e de softwares especializados que auxiliem na realização de tais exames periciais para detecção das respectivas adulterações.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Somente no ano de 2021, a Seção de Perícias em Áudio e Imagens do Departamento de Criminalística do IGP/RS recebeu 195 requisições de exames, as quais requerem a utilização de recursos digitais complexos para a realização das análises.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Com o avanço e a popularização das tecnologias digitais de gravação de áudio e imagens, tem ocorrido elevação na quantidade e na qualidade das adulterações criminosas de arquivos deste tipo, aumentando o número e a complexidade das solicitações de perícias. O aumento no tamanho dos arquivos, a possibilidade de realização de outros exames como a reconstrução de faces em ambiente virtual visando identificação e o aplicação de soluções em 3D para a criação e análise de cenas virtuais de crimes, requerem a utilização de softwares específicos, os quais exigem alta capacidade de processamento das máquinas em que são instalados. Atualmente as máquinas utilizadas para a realização dos exames de imagens não são equipamentos com alta capacidade de processamento, o que leva a um aumento de tempo de processamento e não permite o uso completo de todos os recursos dos softwares atualmente empregados nas análises realizadas. O emprego de softwares livres, que ocorre hoje, possibilita a realização dos exames, porém limitando-os em termos de velocidade de realização, uma vez que muitas vezes é necessário o emprego de diversos softwares para a realização de uma tarefa que poderia ser realizada com o uso de um único programa especializado. O emprego das máquinas atuais possibilita a realização dos exames, porém limitando-os em termos de velocidade de realização, uma vez que muitas vezes os softwares utilizados demandam capacidade superior à limite das máquinas em que são instalados, causando demora no processamento e não permitindo a realização de tarefas simultâneas. Ainda, o uso de equipamentos com alta capacidade de processamento e de aplicativos especializados permite uma maior capacidade de análise e detecção de fraudes, bem como o uso de metodologias mais recentes.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Melhores resultados quando da elaboração dos Laudos Periciais destinados às Delegacias de Polícia, Brigada Militar, Ministério Público e Poder Judiciário e, por consequência, maior índice de solução de crimes para a sociedade gaúcha.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL


FUNÇÃO
Segurança Pública
MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
Servidores do IGP e a população atendida.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Instituto-Geral de Perícias	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adobe Photoshop CC, licença de 48 meses	Quantidade	2	28.200	24
Adobe Audition CC, licença de 48 meses	Quantidade	3	42.250	24
Computador - desktop e monitor conforme	Quantidade	3	71.650	24



especificações anexas na aba "Documentos"

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1281	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 2º DPRM – CANOAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 2º DPRM – Delegacia de Polícia Regional Metropolitana de Canoas/DPM/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 214 servidores da Polícia Civil da 2º DPRM - Delegacia de Polícia Regional Metropolitana de Canoas, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Canoas e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1282	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 1ª DPRI - MONTENEGRO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 1ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Montenegro/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 55 servidores da Polícia Civil da 1ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Montenegro, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Montenegro e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1284	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 2ª DPRI - GRAMADO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 2ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Gramado/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 92 servidores da Polícia Civil da 2ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Gramado, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Gramado e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1285	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 3ª DPRI - SANTA MARIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 3ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santa Maria/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 206 servidores da Polícia Civil da 3ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santa Maria/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Santa Maria e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1286	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 4ª DPRI - ALEGRETE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 4ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Alegrete/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 77 servidores da Polícia Civil da 4ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Alegrete/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Alegrete e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1287	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 5ª DPRI - CRUZ ALTA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 5ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Cruz Alta/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 64 servidores da Polícia Civil da 5ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Cruz Alta/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Cruz Alta e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1288	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 6ª DPRI - PASSO FUNDO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 6ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Passo Fundo/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 145 servidores da Polícia Civil da 6ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Passo Fundo/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Passo Fundo e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1289	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 3ª DPRM - SÃO LEOPOLDO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 3ª DPRM - Delegacia de Polícia Regional Metropolitana de São Leopoldo/DPM/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 242 servidores da Polícia Civil da 3ª DPRM - Delegacia de Polícia Regional Metropolitana de São Leopoldo, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

São Leopoldo e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1291	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 7ª DPRI - RIO GRANDE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 7ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Rio Grande/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 143 servidores da Polícia Civil da 7ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Rio Grande/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1292	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 8ª DPRI - CAXIAS DO SUL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 8ª DPRI – Delegacia de Polícia Regional do Interior de Caxias do Sul/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 242 servidores da Polícia Civil da 8ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Caxias do Sul/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Caxias do Sul e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1293	ENFRENTAMENTO DE CRIMES DE ESTELIONATO COM COLETA DE VESTÍGIOS ÓTICOS ON SITE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel José Salomoni	51 32236677	daniel-salomoni@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos portáteis de análises de documentos, do tipo mouse espectral luminescente, com programa (software) para captura, processamento, análise, comparação e arquivamento de imagens.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 102.000

OBJETIVO
Aumentar a quantidade e agilidade na produção de provas periciais necessárias aos inquéritos policiais e processos judiciais associados à crimes envolvendo estelionato, falsificação de assinaturas e produtos e outros tipos penais associados a essa população vulnerável.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
O isolamento causado pela pandemia da COVID-19, aliado aos problemas econômicos deste período, tem aumentado a vulnerabilidade a crimes de populações específicas, como crianças, idosos e mulheres. É fato inconteste que, nos dias atuais, as áreas de perícia e inteligência de inúmeros órgãos, entidades e demais atores responsáveis pela investigação forense de crimes de estelionato e outras fraudes econômicas, no âmbito das forças da lei em todo país, a exemplo do Instituto-Geral de Perícias (IGP-RS), são demandados frequentemente para a realização de análise em assinaturas em documentos e produtos falsificados, associados a crimes praticados contra essa população. Porém, a falta de equipamentos portáteis, que possam analisar os vestígios em locais como tabelionatos e cartórios, dificulta a geração das provas periciais, essenciais na punição aos culpados por esses crimes.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Aproveitando-se da crise sanitária, causada pela pandemia de COVID-19, criminosos que atuam pela internet intensificaram suas ações. Em 2020, houve registro de 17.843 casos, aumento de 87,1% em comparação com 2019. Em relação a estelionatos, o crescimento foi de 209% (dados da PCDF). A Lei 14.155/21, que entrou em vigor em 28 de maio de 2021 ampliou as penas por crimes praticados contra idoso ou vulnerável. Os indicadores de criminalidade divulgados pela Secretaria da Segurança Pública (SSP-RS) mostraram que, em abril de 2021, os crimes de estelionato no Estado aumentaram 51,79% em comparação ao mesmo período de 2020. Ao todo, 6.354 pessoas afirmam terem sido vítimas, enquanto que no mesmo mês do ano passado esse número era de 4.186. Em Porto Alegre, os dados demonstram que, no mês de abril, 1.322 pessoas foram vítimas de algum tipo de golpe, acréscimo de 41,08% em relação ao registrado no mesmo período de 2020.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Os crimes afetam a sociedade como um todo, mas especialmente grupos de vulnerabilidade específicos, como crianças, mulheres e idosos. Crimes associados a assinaturas em documentos e a produtos falsificados têm tido um crescimento constante, alavancado, no último ano, pelo período de isolamento e crise sanitária causados pela pandemia de Covid-19. Desta forma, é de extrema importância uma resposta ágil e eficaz das instituições públicas no sentido de reprimir a ação dos criminosos, solucionando crimes e, conseqüentemente, atuando na prevenção de novos crimes contra a população, em especial contra grupos vulneráveis. No âmbito do IGP/RS, a média de quantidade de solicitações de perícias em documentoscopia é de 68 solicitações. O atendimento a essas solicitações, originadas da Polícia Civil, Brigada Militar, Ministério Público e órgãos do Poder Judiciário de todo o Estado, são centralizadas na seção de Informática Forense do Departamento de Criminalística do IGP/RS. Devido à quantidade reduzida de recursos humanos e às complexidades do trabalho pericial, consegue-se atender em torno de 70% dessas solicitações por mês. Esse pré-projeto propõe a aquisição de equipamentos portáteis de análises de documentos, do tipo mouse espectral luminescente, com programa (software) para captura, processamento, análise, comparação e arquivamento de imagens para serem usados na seção de Documentoscopia Forense, responsáveis pelas perícias de assinaturas em

documentos e falsificações/pirataria de produtos. A seção conta com apenas um equipamento de análise espectral de bancada, que está em uso há mais de 10 anos e que exige manutenções frequentes.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento da agilidade de apuração de crimes contra idosos, por meio da diminuição de tempo na produção da prova pericial, garantindo a agilidade do processo judicial e impedindo a proliferação, na sociedade gaúcha, da sensação de impunidade.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Vítimas de crimes de estelionato e falsificação, além dos servidores da Segurança Pública

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Mouse espectral luminescente, com software Videoscope	Quantidade	1	55.000	24
Dispositivo para controle dos recursos de segurança nos documentos usando luzes transmitidas Branca e Infravermelha	Quantidade	1	12.000	24
Módulo ótico para ampliação da área de visualização e adição de fontes de luz	Quantidade	1	35.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1294	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 9ª DPRI - BAGÉ

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 9ª DPRI – Delegacia de Polícia Regional do Interior de Bagé/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 124 servidores da Polícia Civil da 9ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Bagé/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Bagé e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1296	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 10ª DPRI - SANTA ROSA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 10ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santa Rosa/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 77 servidores da Polícia Civil da 10ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santa Rosa/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Santa Rosa e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1297	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 11ª DPRI - ERECHIM

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 11ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Erechim/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 85 servidores da Polícia Civil da 11ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Erechim/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Erechim e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1299	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 12ª DPRI - SANTANA DO LIVRAMENTO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 12ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santana do Livramento/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 71 servidores da Polícia Civil da 12ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santana do Livramento/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Santana do Livramento e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1300	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 13ª DPRI - SANTO ÂNGELO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 13ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santo Ângelo/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 92 servidores da Polícia Civil da 13ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santo Ângelo/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Santo Ângelo e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1301	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 14ª DPRI - PALMEIRA DAS MISSÕES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 14ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Palmeira das Missões/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 71 servidores da Polícia Civil da 14ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Palmeira das Missões/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Palmeira das Missões e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1302	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 15ª DPRI - LAGOA VERMELHA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 15ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Lagoa Vermelha/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 53 servidores da Polícia Civil da 15ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Lagoa Vermelha /DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Lagoa Vermelha e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1303	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 16ª DPRI - SANTA CRUZ DO SUL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 16ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santa Cruz do Sul/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 125 servidores da Polícia Civil da 16ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santa Cruz do Sul/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Santa Cruz do Sul e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1304	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 17ª DPRI - SÃO JERÔNIMO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 17ª DPRI – Delegacia de Polícia Regional do Interior de São Jerônimo/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 46 servidores da Polícia Civil da 17ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de São Jerônimo/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

São Jerônimo e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1305	EQUIPAMENTO PARA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE - DIESEL PARA O CBMRS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de Equipamento para geração de eletricidade - Diesel

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 240.200

OBJETIVO
Otimização no atendimento das ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS) em locais que necessitem iluminação e utilização de equipamentos elétricos.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de iluminação em locais de difícil acesso e utilização de equipamentos elétricos nas ocorrências atendidas pelo CBMRS.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Dentre os diversos tipos de ocorrências que o CBMRS atende, um fator que dificulta o trabalho do bombeiro é a falta de iluminação quando a ocorrência for em locais fechados, de difícil acesso, ou mesmo as ocorrências noturnas. Nessas localidades, como buscas e salvamentos em locais inóspitos (mata, rios, lagoas, estruturas colapsadas como desmoronamentos), a ausência de iluminação traz dificuldades e até mesmo riscos à integridade física dos militares.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No atendimento aos diversos tipos de ocorrências noturnas realizadas pelo CBMRS, ocorre a falta de iluminação para se ter acesso ao local sinistrado. Com um gerador de eletricidade, a guarnição que atender às ocorrências consegue a visualização e acesso com iluminação do local, bem como utilizar equipamentos elétricos, quando necessários, potencializando um trabalho rápido e eficiente no salvamento de vítimas e animais, bem como resguardando a segurança dos próprios militares.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Melhoria nos atendimentos a ocorrências noturnas e em locais de difícil acesso que necessitem equipamentos elétricos para o salvamento.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2218 - Gestão de Riscos e de Desastres

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil

21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios-sede da Área de Responsabilidade Territorial dos Batalhões de Bombeiro Militar do CBMRS (8,9 milhões de pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamento para Geração de Eletricidade - Diesel	Quantidade	40	240.200	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1306	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 18ª DPRI - PELOTAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 18ª DPRI – Delegacia de Polícia Regional do Interior de Pelotas/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 190 servidores da Polícia Civil da 18ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Pelotas/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Pelotas e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1307	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 19ª DPRI - LAJEADO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 19ª DPRI – Delegacia de Polícia Regional do Interior de Lajeado/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 78 servidores da Polícia Civil da 19ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Lajeado/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Lajeado e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1308	EQUIPAMENTO PARA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE - GASOLINA - PARA O CBMRS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de Equipamento para geração de eletricidade - Gasolina

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 218.400

OBJETIVO
Otimização no atendimento das ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS) em locais que necessitem iluminação e utilização de equipamentos elétricos.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Falta de iluminação em locais de difícil acesso e utilização de equipamentos elétricos nas ocorrências atendidas pelo CBMRS.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Dentre os diversos tipos de ocorrências que o CBMRS atende, um fator que dificulta o trabalho do bombeiro é a falta de iluminação quando a ocorrência for em locais fechados, de difícil acesso, ou mesmo as ocorrências noturnas. Nessas localidades, como buscas e salvamentos em locais inóspitos (mata, rios, lagoas, estruturas colapsadas como desmoronamentos), a ausência de iluminação traz dificuldades e até mesmo riscos à integridade física dos militares.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No atendimento aos diversos tipos de ocorrências noturnas realizadas pelo CBMRS, ocorre a falta de iluminação para se ter acesso ao local sinistrado. Com um gerador de eletricidade, a guarnição que atender às ocorrências consegue a visualização e acesso com iluminação do local, bem como utilizar equipamentos elétricos, quando necessários, potencializando um trabalho rápido e eficiente no salvamento de vítimas e animais, bem como resguardando a segurança dos próprios militares.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Melhoria nos atendimentos a ocorrências noturnas e em locais de difícil acesso que necessite de equipamentos elétricos para o salvamento.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2218 - Gestão de Riscos e de Desastres

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil

21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios-sede da Área de Responsabilidade Territorial dos Batalhões de Bombeiro Militar do CBMRS (8,9 milhões de pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamento para Geração de Eletricidade - Gasolina	Quantidade	40	218.400	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1309	EQUIPAMENTO PARA SALVAMENTO VEICULAR - SERRA SABRE - PARA O CBMRS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos para salvamento veicular - tipo Serra Sabre

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 205.300

OBJETIVO
Reduzir a letalidade de vítimas de acidentes com veículos.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Nas ocorrências com alta letalidade de vítimas pós-traumas com acidentes veiculares se necessita de equipamentos específicos para a remoção das vítimas. No momento da ocorrência, caso não tenha o equipamento necessário para as intervenções iniciais apropriadas, dificulta o trabalho dos bombeiros, bem como aumenta-se o risco de vida das vítimas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O número de veículos envolvidos em acidentes fatais, no ano de 2021, segundo o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), foi de 2.554. No envolvimento dessas ocorrências, houve 1.487 pessoas que perderam a vida. O Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS) possui esses equipamentos em avançado estado de deterioração, devido ao longo tempo de uso e isso dificulta o resgate de vítimas de acidente veicular caso o equipamento não funcione.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O CBMRS possui nas suas competências constitucionais, as buscas e o salvamento. Nesse contexto, há diversos tipos de salvamentos, incluindo salvamento veicular. No atendimento a esse tipo de ocorrência, a guarnição de bombeiros se depara na maioria das vezes, com vítimas presas nas ferragens dos veículos, para a remoção dessas vítimas, se exige além da grande capacidade técnica do militar, equipamentos específicos para se ter acesso até as vítimas. Com a disponibilidade da Serra Sabre se proporciona um suporte necessário para o acesso às vítimas, aumentando a chance de sobrevivência do acidentado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Agilidade no acesso às vítimas presas em ferragens de veículo acidentado.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério do Desenvolvimento Regional

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2218 - Gestão de Riscos e de Desastres

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil

21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios-sede da Área de Responsabilidade Territorial dos Batalhões de Bombeiro Militar do CBMRS (8,9 milhões de pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamento para Salvamento Veicular - Serra Sabre	Quantidade	60	205.300	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1310	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 20ª DPRI - CACHOEIRA DO SUL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 20ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Cachoeira do Sul/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 59 servidores da Polícia Civil da 20ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Cachoeira do Sul/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Cachoeira do Sul e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1311	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 21ª DPRI - SANTIAGO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 21ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santiago/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 100 servidores da Polícia Civil da 21ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Santiago/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Santiago e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1312	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 22ª DPRI - TRÊS PASSOS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 22ª DPRI – Delegacia de Polícia Regional do Interior de Três Passos/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 53 servidores da Polícia Civil da 22ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Três Passos/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Três Passos e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	45.0000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1313	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 23ª DPRI - OSÓRIO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 23ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Osório/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservar a vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 158 servidores da Polícia Civil da 23ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Osório/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população de Osório do Estado do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1314	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL (SISNACC)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Moacir Almeida Simões Junior	51 32885110	simoes@ssp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos para sítios de repetição do Sistema de Radiocomunicação Profissional Móvel Troncalizado Digital padrão APCO25 Fase 2.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 3.954.000

OBJETIVO
Promover a expansão do sistema digital de radiocomunicação, para reduzir os riscos de interceptação das comunicações policiais, integrar as forças policiais por meio do sistemas, permitir a realização de operações integradas com forças federais e municipais e introduzir novas tecnologias de controle e comunicação.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A radiocomunicação, atualmente, opera, em parte, em sistema analógico, com restrições na cobertura e riscos de segurança para a operação. O sistema analógico é facilmente interceptado por criminosos. A digitalização aumenta o controle sobre o uso da rede, melhora o aproveitamento do espectro de radiofrequência e permitirá a expansão da área de cobertura.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
As forças de segurança pública gaúchas operam, na maior parte, em sistema analógico, realidade presente em boa parte das polícias no Brasil. Atualmente, somente a região metropolitana de Porto Alegre possui projeto de radiocomunicação digital. A ideia é cobrir todo o estado com sistema digital. Não são raras as apreensões de rádios analógicos nas frequências policiais, em especial, em ações criminosas contra instituições bancárias.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Em Porto Alegre, os órgãos de segurança pública possuem uma precária rede de radiocomunicações que, aliadas a uma geografia diversificada, com morros, baixadas, áreas verdes e edificações elevadas, dificultam as comunicações, e, em consequência, a eficiência das operações realizadas.</p> <p>A atual rede de radiocomunicação, que é do tipo convencional, é composta por terminais, que são os rádios utilizados pelos agentes, e as repetidoras que são equipamentos instalados em locais específicos, geralmente mais elevados, com o objetivo de intermediar a comunicação de terminais que estão mais distantes. Estas repetidoras convencionais foram adquiridas há mais de 12 anos e possuem a sua produção descontinuada pelo fabricante, ou seja, não existem mais peças de reposição. Também são equipamentos com menos recursos, se comparados com as repetidoras do tipo troncalizada, que funcionam integradas a outras repetidoras formando uma rede mais robusta, menos sujeita a interferências e com diversas funcionalidades agregadas, como, por exemplo, a localização de viaturas. Uma rede de radiocomunicação troncalizada é semelhante a uma rede de telefonia celular, que precisa de antenas espalhadas pela cidade, fornecendo uma área de cobertura de sinal onde os telefones poderão se comunicar. Fora da área de cobertura o telefone não irá funcionar, assim como o rádio.</p> <p>Muitos dos rádios embarcados nas viaturas ou rádios portáteis utilizados pelos agentes são, em sua maioria, analógicos, o que torna a comunicação vulnerável podendo ser interceptada por criminosos. Somente com equipamentos digitais é possível garantir o sigilo das comunicações via rádio. O investimento em repetidoras digitais é fundamental para propiciar a desativação dos rádios analógicos e a ampliação dos digitais, aumentando a segurança das comunicações e a confiabilidade da rede.</p> <p>Em 20 de Junho de 2018, foi firmado um acordo de cooperação entre o Exército Brasileiro e o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, objetivando ações de integração e cooperação do Sistema Nacional de Comunicação Crítica - SISNACC.</p> <p>O SISNACC é uma rede de radiocomunicação profissional móvel troncalizada digital, baseada em protocolo APCO25, para uso em missão crítica, na faixa de frequência de 800 MHz. Em Porto Alegre, conta com três sítios de repetição,</p>

implantados pelo Exército, cuja cobertura de sinal não é suficiente para abranger toda a cidade. Este projeto visa a aquisição de equipamentos e serviços, para implantar dois novos sítios de repetição que irão se somar aos três já existentes, ampliando a área de cobertura, principalmente nas áreas mais deficientes como zona norte e sul. Além da obsolescência dos equipamentos, dada pelo tempo de aquisição e uso de tecnologia superada, a ANATEL expediu diretivas no sentido da superação dos sistemas analógicos, considerando suas vulnerabilidades e comprometimento do espectro de frequências.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento da capacidade de resposta das forças de segurança e garantia de segurança na troca de informações entre os operadores.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O público alvo contemplado por este projeto, caracteriza-se como sendo toda a população do estado do Rio Grande do Sul além do efetivo das vinculadas da Secretaria de Segurança Pública e do Exército Brasileiro.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Segurança Pública

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Exército Brasileiro



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Estação Repetidora Completa APCO 25 Fase II com 6 canais em 800MHz	Quantidade	2	3.492.667	24
Serviço de Instalação de Sítio Troncalizado	Quantidade	2	461.333	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1315	MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DA SSP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Moacir Almeida Simões Junior	51 32885110	simoies@ssp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos de informática, envolvendo computadores, monitores e outros itens de suporte à operação.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.209.700

OBJETIVO
Reaparelhar os Departamentos de Comando e Controle Integrado e Departamento de Inteligência da Segurança Pública, responsáveis pelo atendimento dos serviços de emergência e de denúncias, respectivamente, e atualizar as tecnologias com vistas ao aperfeiçoamento das respostas nos serviços de atendimento e videomonitoramento.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Obsolescência dos equipamentos pela passagem do tempo. A SSP possui atividades finalísticas, por meio do seu Centro Integrado de Comando e Controle, o qual é responsável pelo atendimento dos chamados de emergência, despacho de recursos dos órgãos vinculados e vigilância com câmeras. Além disso, o Departamento de Inteligência da Segurança Pública possui serviços de atendimento de denúncias com atendimento contínuo. Ambos os serviços precisam de atualização de equipamentos rotineiras, em razão do desgaste e obsolescência.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Os equipamentos de informática em uso nos Centros Integrados entram em obsolescência no ritmo que novas tecnologias são criadas. A cada 2 anos, serão necessárias atualizações. As últimas aquisições ocorreram em 2021. Os sistemas de atendimento, despacho, e, em especial, de videomonitoramento demandam equipamentos atualizados.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>A Secretaria da Segurança Pública necessita ser reaparelhada do ponto de vista tecnológico, uma vez que o parque de equipamentos está, em sua maioria, defasado e/ou entrando em obsolescência. Os computadores são fundamentais para o trabalho desenvolvido pelos órgãos envolvidos, uma vez que dispomos de escassos recursos humanos e os computadores são fundamentais para incrementar e agilizar o trabalho dos que realizam suas atividades em prol da Segurança Pública, posto que realizam diversas tarefas que são extremamente importantes no apoio à atividade fim da pasta. Saliente-se, ainda, que, dentre essas atividades, na grande maioria centralizadas no Órgão Central, estão as mais importantes e fundamentais para a execução da atividade final, seja pelo policiamento ostensivo propriamente dito, como pela apuração penal em si, pois os departamentos da SSP são os tutores e responsáveis pela disponibilização dos serviços de registro, manutenção de dados, atividades de inteligência, além do provimento de métodos para melhor planejamento da segurança pública, sendo garantidores, ainda, dos serviços de atendimento de emergência na capital.</p> <p>Este projeto está alinhado às diretrizes estratégicas da Política Nacional de Segurança Pública, com foco na redução de homicídios, no aperfeiçoamento da coordenação estratégica em segurança pública, no enfrentamento à criminalidade, na prevenção social às violências e na integração de políticas públicas em territórios e regiões específicas, uma vez que busca justamente, por intermédio do reaparelhamento tecnológico dos departamentos envolvidos diretamente no apoio aos órgãos finalísticos de segurança pública, propiciar melhores condições de trabalho visando o controle dos índices dos indicadores de violência, melhorar o suporte da atividade-meio desempenhada nesta pasta, auxiliar no incremento das atividades de segurança pública prestadas pelo Departamento de Comando e Controle Integrado - DCCI, propiciar maior ajuste e facilidade na disponibilização de dados criminais, assim como buscar o crescimento nas atividades de inteligência.</p> <p>Importa destacar que a substituição dos equipamentos permitirá melhoria na resposta dos serviços de emergência, de atendimento de denúncias e gestão do videomonitoramento.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Agilidade no atendimento de chamados de emergência.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O público alvo contemplado por este projeto, caracteriza-se como sendo toda a população do município de Porto Alegre, atendida pelos serviços de emergência e do disque-denúncia realizados pela SSP.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Segurança Pública

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Notebook Proc I3 Mem 4GB HD SDD 256	Quantidade	20	70.000	24
Estação de Trabalho - Windows	Quantidade	150	751.150	24



Monitor LED 23'	Quantidade	300	314.710	24
Hotspot WIFI	Quantidade	8	15.990	24
Switch Gerenciável 24 portas	Quantidade	20	50.900	24
Webcam	Quantidade	25	6.950	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1316	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 24ª DPRI - SOLEDADE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 24ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Soledade/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 49 servidores da Polícia Civil da 24ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Soledade/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Soledade e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1317	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 25ª DPRI - VACARIA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 25ª DPRI – Delegacia de Polícia Regional do Interior de Vacaria/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 48 servidores da Polícia Civil da 25ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Vacaria/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população de Vacaria do Estado do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1318	MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO OPERACIONAL DO GRUPO DE AÇÕES ESPECIAIS - GAES

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gustavo Schwarz	51 32887336	gustavo-schwarz@susepe.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de equipamentos de proteção individual, de armamento letal e não letal, de munição, de viaturas adaptadas para o transporte de presos, de viaturas discretas e de viaturas de transporte rápido.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 3.893.000

OBJETIVO
Modernização e aparelhamento do sistema prisional por meio da aquisição de segurança, com objetivo de viabilizar o desempenho das atividades pertinentes ao exercício da função, minimizando os riscos à segurança pública, garantindo segurança aos detentos, aos servidores, e à sociedade como um todo. Maior confiabilidade nas ações de segurança e escolta que dependam de veículos proporcionando o aumento no índice de apresentação de pessoas presas em audiências, buscando a redução dos custos de manutenção e permitindo a redução do tempo em que os veículos operacionais encontram-se inoperantes.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Baixo potencial de resposta a forças hostis, alto custo de manutenção da frota veicular devido à idade das viaturas e baixo provisionamento de munição para reposição frente ao crescente número de intervenções no sistema prisional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O Grupo de ações especiais - GAES, da Secretaria de Justiça e Sistema Penal e Socioeducativo - SJS/SPS/SUSEPE/DSEP, é responsável pelas intervenções táticas prisionais em todo Estado. O Decreto nº 53.931, de 22 de fevereiro de 2018, regulamentou a competência do GAES, sendo responsável pelas intervenções táticas prisionais, especialmente em situações de motim, rebelião, negociação de crise, com ou sem reféns, bem como a realização de escoltas de presos de altíssimo risco. Engajado no esforço de investir no aperfeiçoamento de seus membros, nas condições táticas de operar no meio prisional, e ante a aprovação da Polícia Penal com novas atribuições, o Grupo necessita estar com instrumentos adequados para o cumprimento de suas missões, assim encaminhamos a relação de aporte logístico em materiais e viaturas para a execução das atividades laborais previstas para o efetivo de 60 (sessenta) operadores a ingressarem no grupo no ano corrente.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Em razão do significativo crescimento do efetivo carcerário e do aumento do quadro de servidores penitenciários se faz necessária a aquisição de armas e munições. A segurança e a correta execução penal, são pilares básicos para um sistema prisional forte, que consiga individualizar e humanizar a pena, procedendo com a ressocialização das pessoas privadas de liberdade, e garantindo a real segurança para a sociedade gaúcha. A justificativa da Proposta ainda argumenta que a atividade dos agentes penitenciários também preserva a ordem pública e a incolumidade das pessoas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Suprir e modernizar a carga bélica e de viaturas do GAES, garantindo a segurança dos cidadãos com a efetiva contenção da pessoa presa e no exercício da função, garantir a proporcionalidade do uso da força com materiais menos letais.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública
MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
800 servidores penitenciários do Grupo de Ações Especiais. Serão beneficiários indiretos os familiares e agentes sociais que estão inseridos no contexto prisional.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Departamento Penitenciário Nacional.	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VEÍCULO ESPECIAL CAMIONETE 4X4 DIESEL MÍN 170CV - SSP - OSTENSIVA - Adquirido	Quantidade	6	2.019.882	12
DRONE TERMAL - Adquirido	Quantidade	1	69.800	12



CONJUNTO JOELHEIRA ARTICULADA E COTOVELEIRA MOTOCICLISTA - Adquirido	Quantidade	6	1.752	12
CAPACETE MOTOCICLISTA ESCAMOTEÁVEL COM ÓCULOS - Adquirido	Quantidade	6	3.050	12
MOTOCICLETA BIG TRAILL 88CV COM CILINDRADA MÍNIMA DE 800 CM³ BRANCA GAS. - Adquirido	Quantidade	6	737.407	12
ESTAÇÃO DE MUSCULAÇÃO - AÇO MÍNIMO 22 EXERCÍCIOS - Adquirido	Quantidade	1	19.565	12
ESTEIRA ERGOMÉTRICA - ELETRÔNICO - VELOCIDADE 1,2 A 18KM/H - INCLINAÇÃO 15% - Adquirido	Quantidade	1	16.753	12
MEGAFONE 20 WATTS - Adquirido	Quantidade	2000	570	12
DISPOSITIVO ELÉTRICO INCAPACITANTE - SPARK Z 2.0 - Adquirido	Quantidade	16	88.577	12
FUZIL .300 BLK - Adquirido	Quantidade	4	48.000	12
CARABINA 5,56X45MM SEMI-AUTOMÁTICA - Adquirido	Quantidade	9	82.760	12
FUZIL DE ALTA PRECISÃO IMBEL .308 AGLC - Adquirido	Quantidade	1	15.945	12
ESPINGARDA - CALIBRE DO ARMAMENTO: 12 GAUGE - Adquirido	Quantidade	20	83.650	12
RADIO TRANSECTOR PORTÁTIL DIGITAL FHSS - Adquirido	Quantidade	60	176.199	12
JOELHEIRA TÁTICA POLIURETANO - Adquirido	Quantidade	60	11.370	12
ESCUDO BALISTICO NIVEL IIIA - Adquirido	Quantidade	10	85.580	12
CAPACETE MILITAR - NIVEL III-A PRETO ACH HIGH CUT - Adquirido	Quantidade	20	119.000	12
MUNIÇÃO FUZIL .308 (Win SNIPER 168gr) - Adquirido	Quantidade	1000	12.490	12
MUNIÇÕES - CALIBRE DO ARMAMENTO: 12 BORRACHA M-403/PSR-PRECISION - Adquirido	Quantidade	3000	96.780	12
MUNIÇÕES - CARTUCHO PLÁSTICO CAL. 12 COM PROJÉTEL DE BORRACHA PRECISION - Adquirido	Quantidade	3000	96.780	12
MUNIÇÃO .300 BLACKOUT - Adquirido	Quantidade	2000	14.240	12
MUNIÇÕES 5,56X45MM 55GR ETPT TREINA - Adquirido	Quantidade	2000	11.360	12
MUNIÇÕES 5,56X45MM 77GR OTM - Adquirido	Quantidade	2000	23.040	12
MUNIÇÕES 12 GAUGE 12GR BORRACHA LONGA DIST 3 ESFERAS - Adquirido	Quantidade	1000	16.320	12



MUNIÇÕES 12 GAUGE BORRACHA MÉDIA DIST 20 ESFERAS - Adquirido	Quantidade	1000	16.320	12
MUNIÇÕES 12 GAUGE ANTI MOTIM CD - Adquirido	Quantidade	2000	10.560	12
MUNIÇÃO 9mm NTA - Adquirido	Quantidade	5000	15.250	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1319	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 26ª DPRI - IJUÍ

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 26ª DPRI – Delegacia de Polícia Regional do Interior de Ijuí/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública – tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 55 servidores da Polícia Civil da 26ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Ijuí/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Ijuí e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1321	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 27ª DPRI - SÃO LUIZ GONZAGA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 27ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de São Luiz Gonzaga/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 57 servidores da Polícia Civil da 27ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de São Luiz Gonzaga/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

São Luiz Gonzaga e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1322	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 28ª DPRI - CARAZINHO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semiblindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 28ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Carazinho/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 55 servidores da Polícia Civil da 28ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Carazinho/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Carazinho e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1323	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL 29ª DPRI - CAMAQUÃ

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882363	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 450.000

OBJETIVO
Renovar parte da frota de veículos da 29ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Camaquã/DPI/PC, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil, que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Polícia Civil gaúcha, atualmente, possui 2.639 veículos, sendo a idade média da frota de 9 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo. Considerando a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com a aquisição de uma viatura pick-up ostensiva semi blindada com cela, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados, a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.</p> <p>É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.</p> <p>Atualmente, há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois não há renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.</p> <p>O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade.</p> <p>Nesse viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública - tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo a carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.</p> <p>Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição do item pretendido a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservação da vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o efetivo de 55 servidores da Polícia Civil da 29ª DPRI - Delegacia de Polícia Regional do Interior de Camaquã/DPI/PC, focados diuturnamente no atendimento da população da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Camaquã e região

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
VIATURA PICK-UP OSTENSIVA SEMIBLINDADA COM CELA	Quantidade	1	450.000	14

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1330	VIATURAS ADMINISTRATIVAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luiz Carlos Neves Soares Júnior	51 32236555	luiz@cbm.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de viaturas operacionais para a Força de Resposta Rápida do Corpo de Bombeiros Militar do RS (CBMRS).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 8.400.000

OBJETIVO
Fortalecer a capacidade de resposta especializada do CBMRS na área de busca, salvamento e resgate.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Déficit de viaturas operacionais para emprego da Força de Resposta Rápida do Corpo de Bombeiros Militar do RS.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Nas ocorrências de grandes proporções, que necessitam a mobilização dos militares mais especializados para buscas, salvamentos e resgate urbano e rural, o CBMRS necessita de uma estrutura estadual de recursos operacionais e logístico por todos os Batalhões, de forma a compor uma Força de Resposta Rápida apta para atuação nesse tipo de ocorrência. A ausência desse tipo de viatura nos Batalhões impossibilita a chegada desse militares especializados até o local sinistrado, bem como levar todos os equipamentos necessários ao atendimento da ocorrência.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Para atuação em missões de busca, salvamento e resgate urbano e rural, o CBMRS necessita de uma capacidade de agir rapidamente para localizar, resgatar e prover socorro para vítimas presas em estruturas colapsadas, enchentes, incidentes com múltiplas vítimas ou outras operações de busca e salvamento em situações críticas cuja dimensão ou natureza extrapolam a capacidade de resposta dos Batalhões de Bombeiro Militar. Para o cumprimento dessas missões, o Corpo de Bombeiros dispõe de efetivo especializado, porém, para que haja o seu rápido emprego, o CBMRS não dispõe de viaturas o suficiente. Se não houver a disposição dessas viaturas para o rápido pronto emprego da tropa até o local sinistrado, ocorrerá um grande aumento no risco de vida das pessoas a serem resgatadas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Diminuição do tempo-resposta da chegada das ocorrências e aumento da taxa de sobrevivência aos acidentados.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS
Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios-sede da Área de Responsabilidade Territorial dos Batalhões de Bombeiro Militar do CBMRS (8,9 milhões de pessoas).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Corpo de Bombeiros Militar

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viaturas Operacionais para a Força de Resposta Rápida - FR2	Quantidade	24	8.400.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1331	QUALIFICAÇÃO DA FOTOGRAFIA FORENSE

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel José Salomoni	51 32236677	daniel-salomoni@igp.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de câmeras fotográficas e acessórios para fotografia de local de crimes.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 287.000

OBJETIVO
Qualificar a fotografia forense, por meio da modernização tecnológica, de forma a capturar imagens importantes para a ilustração do Laudo Pericial.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Obsolescência dos equipamentos utilizados para fotografia em local de crime, necropsias e demais tipos de perícia. Muitas das câmeras utilizadas hoje têm mais de dez anos de uso, e já excederam o número de disparos máximo aceitável.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A fotografia forense depende de equipamentos adequados para o trabalho em situações diversas. A utilização de câmeras e lentes em más condições acarreta dificuldades de fazer o foco necessário, impossibilitando, por vezes, a fotografia adequada de detalhes importantes. A iluminação também é um fator importante em locais escuros, como estradas, rodovias sem iluminação pública e localidades rurais, é imprescindível a utilização de holofotes e tripés para obter bons resultados. A utilização de fotografias de baixa qualidade no Laudo Pericial é consequência direta da ausência de equipamentos adequados e em boas condições.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O local de crime, ao ser periciado, deve ter toda a sua extensão analisada em um curto período de tempo, visando imortalizar a maior quantidade possível de vestígios. Vestígios esses que são efêmeros, desaparecendo com o passar do tempo. Desta forma, a fotografia tem um papel importantíssimo, ao capturar a cena encontrada e torná-la perene na imagem, sendo de grande importância para a ilustração do Laudo Pericial e para a compreensão do fato pelos operadores do direito envolvidos no caso. Esta importância da fotografia forense encontra sérias dificuldades devido à carência de equipamentos adequados, o que vem a comprometer a produção de prova pericial. Crimes podem ocorrer em qualquer situação climática ou de luminosidade. Desta forma, equipamentos auxiliares trazem maior qualidade ao trabalho, permitindo a fotografia de cenas gerais e detalhes em diversas condições.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Melhoria na qualidade das fotografias de perícias, permitindo uma maior compreensão do fato pelos operadores do direito envolvidos.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Segurança Pública

MINISTÉRIOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

OOR2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

10.000 servidores da Segurança Pública e Judiciário e a população em geral.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Câmera fotográfica e lente principal	Quantidade	50	180.000	24
Lente fotográfica auxiliar	Quantidade	30	65.000	24
Iluminador Led	Quantidade	37	19.000	24
Tripé 3Kg	Quantidade	27	4.000	24
Bateria extra para câmera fotográfica	Quantidade	47	8.000	24
Cartão de memória 16GB 48 mbps	Quantidade	84	4.000	24
Holofote portátil 100W	Quantidade	27	7.000	24

ASPECTOS RELEVANTES



Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Trabalho e Desenvolvimento Econômico

- 1181 TECHFUTURO: PROMOÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR MEIO DA INOVAÇÃO
- 1195 QUALIFICAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO
- 1196 PONTOS POPULARES DE TRABALHO
- 1197 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA IDOSA
- 1198 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM ARTESANATO - CENTROS PRISIONAIS E CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
- 1199 INCLUSÃO SOCIAL DE IMIGRANTES POR MEIO DO TRABALHO
- 1200 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL
- 1201 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O COMÉRCIO
- 1202 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL
- 1204 CICLO DE FEIRAS DE ARTESANATO
- 1205 FOMENTO AO ARTESANATO GAÚCHO
- 1206 CASA DO ARTESÃO - ESPAÇO CONCEITO
- 1207 ARTESANATO BEM-FEITO, NEGÓCIO BEM-SUCEDIDO
- 1208 QUALIFICAÇÃO PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
- 1209 DESIGN DE PRODUTO APLICADO AO ARTESANATO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS
- 1210 MAPEAMENTO DOS MESTRES-ARTESÃOS DO ARTESANATO GAÚCHO
- 1244 PLATAFORMA RS STARTUP
- 1254 IMPLEMENTAÇÃO METODOLOGIA BIM NO DAER
- 1278 1ª FEIRA NACIONAL DO PAB – “MÃOS E TRAÇOS DO RS E BRASIL”
- 1298 INCENTIVO, APOIO E ASSESSORAMENTO AO TERCEIRO SETOR



Nº	PROJETO
1181	TECHFUTURO: PROMOÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR MEIO DA INOVAÇÃO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
André Morais França	51 32881140	andre-franca@sict.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Apoio ao desenvolvimento de tecnologias habilitadoras por empresas gaúchas, por meio de edital de fomento à projetos de inovação aberta com vistas ao aumento da produtividade, da eficiência e agregação de valor em produtos, e/ou à redução de custos de produção.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
45	R\$ 5.000.000

OBJETIVO
Ampliar o desenvolvimento de tecnologias habilitadoras avançadas por empresas gaúchas com vistas ao aumento da produtividade e a transferência de <i>know-how</i> e tecnologia de ICTIs gaúchas ao setor produtivo. Consolidar uma relação mais próxima entre academia e empresas. Apoiar a transferência de tecnologias portadoras de futuro para a matriz produtiva gaúcha através da aproximação efetiva de instituições científicas e tecnológicas e pesquisadores da academia com empresas e startups em operação no Estado, com a implementação de projetos de inovação que efetivem a evolução tecnológica na economia do Rio Grande do Sul.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A economia brasileira, e por extensão a do Rio Grande do Sul, sofre de uma limitação estrutural no crescimento de sua produtividade desde a década de 70 do século passado. Estima-se um crescimento de 0,4% da produtividade pcp do país entre 1971 e 2018, sendo que, desde a mesma década, o Brasil também não tem acompanhado o avanço da fronteira tecnológica. Até o momento, a estrutura demográfica do país possibilitou um crescimento em tempos de estabilidade política e econômica, cujas condições se erodem com o envelhecimento populacional. Ressalta-se que o Rio Grande do Sul é o estado mais envelhecido da federação e, portanto, com a situação mais crítica. Num quadro também sem uma alta sustentada de preços de commodities, a produtividade é chave para o crescimento da produção e a geração de emprego e renda. Em tempos de disrupções tecnológicas profundas, setores demandantes de tecnologia passam por grandes reestruturações da forma de produzir, e o mercado global se remodela conforme os sucessos e os insucessos das empresas em, pelo menos, acompanhar as mudanças em curso. Neste cenário, o investimento em inovação é crítico para a competitividade das empresas brasileiras e para a sustentabilidade socioeconômica brasileira das próximas décadas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Estudo do IEB-FGV aponta que a economia brasileira teve um crescimento de sua produtividade per capita de apenas 0,4% a.a., incorrendo inclusive em perdas relativas à produtividade comparada com a de outros países. Segundo o IPEA, entre 2007 e 2018, a produtividade da indústria brasileira caiu aproximadamente 14,3% em seu total, agravando o quadro de perda da competitividade industrial. O reflexo é a maior dependência de importação de bens produzidos no exterior. Muito embora o Rio Grande do Sul ocupe a 2ª posição em Inovação no ranking de competitividade dos Estados, do Centro de Liderança Pública, o Brasil ocupa a 62ª no ranking de 100 países do índice Global de Inovação da Universidade Cornell. Cabe ressaltar, também, que o RS se encontra apenas nas 22ª posições no ranking da federação no indicador Participação do Investimento Público em P & D, refletindo um cenário de escasso apoio ao setor produtivo gaúcho para o seu upgrade tecnológico. Michael Kirson, pesquisador da Judge Business School da Universidade de Cambridge afirma, em artigo científico publicado no Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, que "grande parte da política de inovação está focada na geração de inovações e não na difusão e adoção de inovações em toda a economia. Esse foco fará pouco para diminuir ou reverter divergências regionais no desempenho econômico. A política de inovação no nível local requer maior foco na difusão da inovação, ao mesmo tempo em que se adota uma perspectiva mais ampla para englobar a variedade de inovações e uma perspectiva mais restrita para enfocar as necessidades de inovação específicas de cada região ou local."

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Hoje, o RS é um dos maiores pólos de ciência e tecnologia do país, contando com 11,5 % da produção científica, várias universidades dentre as melhores do país, mais de 2000 doutores formados por ano, 16 parques científicos e tecnológicos, 40 incubadoras, 27 polos tecnológicos e 42 instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs). Há, portanto, uma infraestrutura de inovação considerável, construída com anos de investimento públicos federal e estadual, porém ainda com pouca tradição no mercado. A participação do Estado no PIB nacional continua baixa, em torno de 6%, aquém do potencial de agregação de valor que a base de conhecimento existente permite, por meio da transferência tecnológica, para a matriz produtiva do RS. Além disso, com base em estudos realizados, percebe-se que novas tecnologias disruptivas, portadoras de futuro, de maior domínio da academia gaúcha, ainda são pouco utilizadas nas empresas do Estado do RS.

Tecnologias portadoras de futuro, como manufatura avançada, Internet das Coisas, Inteligência Artificial, Robótica, Automação, Materiais Avançados, dentre outras, precisam permear os projetos empresariais, não só para agregar mais valor aos produtos e serviços das empresas, mas até mesmo para garantir a sua sobrevivência em um contexto de transformação digital dos modelos de negócio, como se está percebendo. O salto tecnológico é fundamental para a viabilização de empregos qualificados, aumento de renda e qualidade de vida para os gaúchos.

Cabe destacar que a criação do Programa Techfuturo foi realizada por meio do Decreto 55.832, de 23 de julho de 2020, possibilitando a execução de ações e iniciativas para consolidar este ambiente de inovação, que materializa a inserção destas tecnologias e setores estratégicos, proporcionando um salto de competitividade para as nossas empresas em níveis local, regional, nacional e internacional. O Programa irá apoiar a transferência de tecnologias portadoras de futuro para a matriz produtiva gaúcha por meio da aproximação efetiva de instituições científicas e tecnológicas e pesquisadores da academia com empresas e startups em operação no Estado, com a implementação de projetos de inovação que efetivem a evolução tecnológica da economia do RS. Portanto, apoiar projetos que consolidem esta visão de futuro do Estado é que contribuirá para um desenvolvimento de uma nova economia baseada em conhecimento e tecnologia e um ambiente profícuo para o empreendedorismo inovador no RS.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento da produtividade e da eficiência, bem como a agregação de valor em produtos e a redução de custos de produção das empresas contempladas, e difusão do conhecimento gerado pelos projetos a outras empresas do setor, ampliando o acesso a *know-how* crítico.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério da Economia
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1197 - Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável.
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

20UQ - Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil;
210D - Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras



DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Outros	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

Empresas de setores estratégicos do Estado, conforme definido nas Diretrizes Estratégicas 2018-2028, elaboradas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Quais sejam: agroindústria, petroquímica, plástico e borracha, metalurgia; transportes (automotivo/implementos rodoviários e mobilidade urbana), eletroeletrônica e automação, saúde, madeira, celulose e móveis; couro e calçados e varejo.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto de desenvolvimento tecnológico implementado em parceria com empresa de setor estratégico da economia gaúcha	Quantidade	15	5.000.000	45

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nº	PROJETO
1195	QUALIFICAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Promover capacitação e assessoramento de empreendedores embrionários e estabelecidos, por meio de cursos EAD e atividade de suporte on-line, em um modelo de consultoria coletiva por ramo de atividade.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 943.000

OBJETIVO
Implantar o Projeto de Qualificação e Apoio ao Empreendedorismo nos municípios das Agências de Desenvolvimento Social da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), visando atender o eixo de Acesso à Gestão e Mercado do Programa Trabalho, Emprego e Renda da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, promovendo a capacitação e assessoramento para empreendedores.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A capacitação de profissionais autônomos e microempreendedores é um processo necessário para a permanência e manutenção dos seus negócios e atividades. Em 2020, o RS registrou, nos primeiros quatro meses do ano, 608.490. Mesmo com a pandemia, em abril de 2020, o país registrou um aumento de 98 mil novas microempresas e também houve o aumento do número de desempregados no país.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Conforme a PNADC (IBGE), o Rio Grande do Sul registrou, no 4º trimestre de 2021, o maior patamar de trabalhadores por conta própria da série histórica, iniciada em 2012. São 1.522 mil trabalhadores por conta própria, sendo 61,2% sem CNPJ, ou seja, que se encontram na informalidade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>Segundo relatório executivo GEM 2018 - RS, o Estado do Rio Grande do Sul alcançou nos últimos anos elevação no número de empreendedores, visto que a representação no estado alcançou o indicador de 31,6% da população em alguma atividade empreendedora. No Brasil, em 2019 (GEM-2019), 28,2% dos empreendedores iniciais geraram ocupação para pelo menos uma outra pessoa, além de si mesmos. Dos empreendedores estabelecidos, 36,9% proporcionaram, pelo menos, um posto de trabalho ou ocupação para, no mínimo, uma pessoa além de si próprio. Essa proporção foi 8,7 pontos percentuais superior à dos iniciais, fato esperado dado o maior tempo de vida dos empreendimentos estabelecidos. Em números absolutos, estima-se que esse grupo, composto por aproximadamente 22 milhões de empreendedores, esteja gerando ocupação para mais 18 milhões de pessoas. A pesquisa GEM constatou que, em 2019, pouco mais de 26% dos empreendedores brasileiros estavam formalizados com a obtenção do CNPJ apresentando expressivo crescimento de 14,5% em relação à proporção verificada em 2018. Considerando que boa parte desses trabalhadores são responsáveis financeiros por suas famílias, está-se diante da fonte de sustento de parcela significativa da população gaúcha. Ainda que garanta a manutenção de porção considerável da população, a ação empreendedora, seja dos trabalhadores por conta-própria, seja como empregador, esbarra na falta de orientação.</p> <p>O relatório (GEM 2019 - RS) enfatiza dois grupos de empreendedores iniciais: por oportunidade e por necessidade. Em 2019, tem-se que 26,2% dos empreendedores iniciais mencionaram que "ganhar a vida porque os empregos são escassos" foi a única motivação para começar um negócio. A parcela de empreendedores por necessidade é referente a trabalhadores, que, em situação de desemprego ou por dificuldades financeiras, optam pela alternativa de empreender em um negócio próprio. O que diferencia entre o empreendedor por oportunidade e o de necessidade, é que o primeiro enfatiza seu esforço na etapa de planejamento, pesquisa e mapeamento de seu negócio, enquanto o segundo entra no mercado sem efetuar levantamentos mais aprofundados de seu negócio e de seus clientes. Diante da necessidade de orientar para que essas ações empreendedoras sejam eficientes, a FGTAS, vinculada à Secretaria de Trabalho Emprego e Renda (STER) propõe a implantação e oferta à população de um Projeto Qualificação e Apoio</p>

ao Empreendedorismo, com atendimento e promoção de cursos de formação EAD e consultoria coletiva por meio de atividade on-line de assessoramento aos empreendedores no tema gestão empresarial, nos municípios das Agências de Desenvolvimento Social da FGTAS: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Bagé, Santa Maria, Santo Ângelo e Camaquã.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Permitir o desenvolvimento e aprimoramento da Gestão Empresarial em negócio embrionários e estabelecidos. O projeto tem por impacto auxiliar na qualificação desses empreendedores, a fim de permitir maiores alcances de resultados e sustentabilidade de seus negócios, assim evitando-se e reduzindo o fechamento precoce destes estabelecimentos e o endividamento destes empreendedores e de suas famílias.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

11.340 empreendedores, particularmente trabalhadores por conta-própria, de Micro e Pequeno Negócio embrionários e/ou estabelecidos, além de famílias e trabalhadores contratados pelos empreendimentos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda (STER) e Prefeitura Municipal.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Suporte on-line (LIVE) Módulo A 09 horas/aula	Quantidade	42	95.759	24
Curso de Capacitação Virtual em Gestão Empresarial - Modalidade EAD (Moodle) 64 horas/aula	Quantidade	1	30.880	24
Suporte on-line (LIVE) Módulo Módulo B - 27 horas/aula	Quantidade	42	287.276	24
Preparação Suporte On-line (LIVE) Módulo B - 09 horas/desenvolvimento	Quantidade	42	114.659	24
Tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Vídeoaulas - Módulo A e B - 64 horas/aula	Quantidade	1	21.973	24
Preparação Suporte on-line (LIVE) Módulo A - 03 horas/desenvolvimento 1/3 carga horária	Quantidade	42	38.220	24
Preparação de Curso de Capacitação em Gestão Empresarial - Modalidade EAD (Moodle) - 22 horas/desenvolvimento 1/3 carga horária	Quantidade	1	11.440	24
Tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) Suporte online - Módulo A e B - 36 horas/aula	Quantidade	42	342.793	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado como transferência especial.



Nº	PROJETO
1196	PONTOS POPULARES DE TRABALHO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Implantação de nove Pontos Populares de Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o previsto na Lei Estadual nº 15.252, de 2019.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 12.243.000

OBJETIVO
Propiciar espaços de apoio e suporte ao trabalhador, de maneira a fomentar a qualificação do trabalho e do seu empreendimento, valendo-se de iniciativas autossustentáveis e autogestionárias, com articulação entre as políticas de assistência e as de formação e inserção produtiva, por meio da implantação dos Pontos Populares de Trabalho.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Crescente número de trabalhadores desempregados atuando em atividades ou empreendimentos informais, que necessitam de locais de acolhimento, orientação e apoio para o seu desenvolvimento laboral e integração ao mercado de trabalho.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Ao longo dos últimos anos, o índice de trabalhadores por conta própria vem aumentando. Segundo dados do Governo do Estado, em 2020 os trabalhadores autônomos representavam 26,7% do contingente de ocupados. Essa é a maior taxa desde 2012. Em contrapartida, a porcentagem de trabalhadores com carteira assinada é a menor dos últimos 10 anos. Os dados sugerem que muitos desses trabalhadores se viram forçados a trabalhar por conta própria para se manterem ocupados, ou seja, trabalham assim por necessidade e não por escolha. Orientar e qualificar esses trabalhadores é de extrema importância para que esses empreendimentos possam seguir em frente produzindo, gerando renda e oportunidades.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>De acordo com dados do PNAD-IBGE, os trabalhadores por conta própria (CP) representam mais de um quarto do total de ocupados do RS, constituindo também a maior parcela entre os trabalhadores informais. Segundo o IBGE, são considerados informais os trabalhadores CP que não possuem registro no CNPJ. Nesse sentido, estão entre os mais intensamente atingidos pela recessão econômica causada pela pandemia por Covid-19, conforme tem sido reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ILO, 2020).</p> <p>No RS, a parcela relativa de trabalhadores por conta própria na ocupação total atingiu 26,7% da do total no 2º trimestre de 2020, com um contingente de ocupados de 1.371 mil de pessoas. Concomitantemente houve redução da parcela relativa de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, que passou de 43,1% do total de ocupados no 1º trimestre de 2014 para 39,0% no 2º trimestre de 2020. Tais indivíduos enfrentam dificuldades e se expõem ao risco de insucesso e endividamento, já que muitas vezes não dispõem da qualificação profissional adequada e nem de acesso a crédito e, em sua grande maioria, não contam com os mesmos benefícios que trabalhadores que contribuem para o INSS.</p> <p>O projeto dos Pontos Populares de Trabalho prevê ações de dimensão econômica, social e estratégica, tais como o apoio material e financeiro, a disponibilização de programas de atendimento aos filhos dos integrantes das iniciativas de geração de trabalho e renda apoiadas, a oferta de cursos e atividades de escolarização e capacitação profissional aos trabalhadores e a realização de estudos técnicos que identifiquem as vocações locais e regionais, visando a sustentabilidade dos empreendimentos. As universidades localizadas nas diversas regiões funcionais do Estado atuarão como parceiras no mapeamento de oportunidades, demandas e vocações locais. A partir disso serão definidos os lugares e as atividades econômicas a serem desenvolvidas por cada um dos Pontos Populares de Trabalho. Desta forma, os valores destinados à adequação dos espaços físicos e à aquisição de equipamentos representam o limite de investimento disponível, a ser detalhado na etapa seguinte.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento das ofertas de trabalho e mão-de-obra especializada e da capacidade produtiva, estímulo à organização popular e resgate dos vínculos social e produtivo.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério do Trabalho e Previdência

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

210D - Fomento à Inovação, Empreendedores, Artesãos e Empresas

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Bens e serviços

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.950 trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, coletivos de trabalhadores da produção, comércio ou serviços, formalizados ou não, comunidades em situação de vulnerabilidade, além de seus familiares e comunidade.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria de Educação, Prefeituras Municipais.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adequação de espaços físicos apropriados ao desenvolvimento das atividades produtivas.	Quantidade	9	1.350.000	6
Aquisição de conjunto equipamentos	Quantidade	9	2.520.000	24
Aquisição de materiais	Quantidade	9	1.260.000	24
Cursos de qualificação profissional e atividades voltadas à elevação da escolaridade	Quantidade	600	1.500.000	24
Cursos de capacitação em Economia Solidária	Quantidade	1350	202.500	24
Manutenção da infraestrutura e custeio das despesas fixas (água, luz, etc)	Quantidade	18	2.430.000	18
Ajuda de custo mensal a 1350 trabalhadores vinculados aos 27 empreendimentos articulados nos 9 Pontos Populares de Trabalho do Estado.	Quantidade	1350	2.916.000	18
Diárias de deslocamento da equipe técnica do Departamento de Promoção de Desenvolvimento Social (DPDS/FGTAS) para apoio à implantação e acompanhamento do projeto.	Quantidade	288	35.500	24
Aquisição de combustível para deslocamento da equipe técnica	Litros	6000	29.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;



Nº	PROJETO
1197	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA IDOSA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Promoção de cursos de qualificação profissional voltados para pessoas idosas, de baixa renda, com foco na inclusão digital.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 800.000

OBJETIVO
Promover a qualificação profissional da pessoa idosa de baixa renda, por meio da inclusão digital, a fim de proporcionar melhores inserções dessa população no mundo do trabalho.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Dificuldades de idosos ingressarem no mercado de trabalho por falta de qualificação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Diante do reflexo da pandemia e da questão da ampla concorrência com outras faixas etárias no mercado de trabalho, o público dos idosos que ainda desempenha função ativa no mercado de trabalho é atingido pelo desemprego. De acordo com matéria divulgada no site UOL, "no fim de 2019 até o fim de 2020, mais 400 mil brasileiros com idades a partir de 50 anos passaram a ser desempregados, segundo dados oficiais". Outro ponto trazido na matéria é a concorrência com uma mão-de-obra mais jovem e mais conectada às novas tecnologias. Ainda em matéria divulgada em Gaúcha ZH, na pesquisa do CAGED de março a junho de 2020, o Rio Grande do Sul teve 4,3 mil desligamentos de profissionais com 65 anos ou mais. O número representa alta de 47,1% frente a igual período de 2019 (2,9 mil). Em termos percentuais, trata-se do maior avanço por faixa etária no Estado". Dessa forma, observa-se que a escolha muitas vezes por um profissional ou outro tem como análise não só a experiência, mas também a conexão com novas formas de trabalho cada vez mais complementadas com processos em que a tecnologia está presente.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O envelhecimento da população tem recebido uma atenção maior, em razão de ainda ser ativa, do ponto de vista do mercado de trabalho, e pelo interesse na retomada da sua atividade profissional. Com o aumento da população que entra na faixa da terceira idade, é maior a demanda de pessoas que permanecem ativas no mercado de trabalho. Em 2018, o Diagnóstico da Situação da Pessoa Idosa no RS apontou que, em 2015, a população com 60 anos ou mais no RS já registrava 1.762.169, representando 15,7% do total de pessoas do Estado. Diante disso, empresas visualizam o potencial dessa mão-de-obra, mas muitas atividades já atuam com a informatização, e exigem o manejo de computadores ou outros equipamentos de informática, seja em área de atendimento, ou mesmo no ramo da alimentação. A necessidade de qualificação para esse público que quer retornar ao mercado de trabalho é importante e a informática é um primeiro passo de escolha para a contratação ou não em algumas áreas. Dessa forma, a não atualização frente aos processos tecnológicos, somadas a outros fatores sociais e econômicos, acaba por refletir em taxas elevadas de desemprego desse segmento social. No país, somente no primeiro semestre de 2020, em torno de 67 mil profissionais com 65 anos ou mais saíram do emprego, apontando um crescimento de 25%. No RS, do período de março a junho de 2020, o Estado registrou 4,3 mil desligamentos de pessoas com 65 anos ou mais. O valor aponta alta de 47,1% frente a igual período de 2019, que foi de 2,9 mil pessoas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
A qualificação, por meio da inserção digital, permitirá que a pessoa idosa tenha a oportunidade de aprendizado para uma futura inserção ao emprego, aprendendo o básico de informática, que auxilie no uso, cada vez mais necessário, para poder participar de um processo seletivo. O conhecimento digital é cada vez mais necessário no atual mercado de trabalho para a conexão às novas tecnologias e processos, por meio de computadores e aplicativos (vendas, atendimento ao público, etc.).



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério do Trabalho e Previdência
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva 210D - Fomento à Inovação, Empreendedores, Artesãos e Empresas

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
810 Pessoas idosas, economicamente ativas (autônomas, empregadas ou em busca de emprego) de baixa renda residentes no estado. Serão beneficiados indiretamente familiares, comunidade local e empresas que poderão absorver essa mão de obra mais qualificada.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Secretaria de Trabalho e Assistência Social do RS e Prefeitura Municipal.	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de curso de informática básica. 100	Quantidade	810	800.000	30



horas/aula.

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020–2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1198	CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM ARTESANATO - CENTROS PRISIONAIS E CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Luciana Pêss	51 32846008	luciana-pess@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Capacitação e profissionalização de homens e mulheres apenados de unidades prisionais e de jovens em cumprimento de medida socioeducativa do Estado do Rio Grande do Sul.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.298.000

OBJETIVO
Prover meios de ressocialização para apenados, por meio da capacitação profissional, com vistas à integração à sociedade e ao mercado de trabalho.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Dificuldade de ressocialização e reintegração ao mercado de trabalho por parte da população carcerária.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
<p>Dados de dezembro de 2020, da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), indicam que a população carcerária do Rio Grande do Sul no momento ultrapassa 41 mil pessoas. Desse montante, mais da metade dos apenados têm como grau de instrução o ensino fundamental incompleto (59% dos homens e 52% das mulheres). No caso dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, de acordo com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), em março de 2021, mais de 600 estão em regime de privação total ou parcial de liberdade. Dentre esses, de acordo com dados do PNAD, o número médio de anos de estudos dos adolescentes e jovens apenados na FASE é de 6,59 anos, bem abaixo da média dos jovens do Rio Grande do Sul e do Brasil, que respectivamente é de 8,75 e 8,30 anos (extraído de uma tese de doutorado “A formação de jovens violentos”. Autor: Marcos Rolim - UFRGS 2014).</p> <p>Ao analisarmos esses indicativos, podemos inferir que a entrada de adolescentes e jovens adultos no mundo do crime e conseqüente dificuldade de sair está relacionada à baixa escolaridade e escassez de oportunidades de trabalho e qualificação.</p>

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>A população carcerária brasileira, dada a gravidade da situação em que se encontra, constitui-se num dos principais problemas de agenda pública do país. Além da superlotação, condições estruturais precárias, ação do crime organizado entre outros, que demandam ações efetivas por parte do poder público para mitigá-los, outras agendas voltadas à população carcerária também demandam solução. Entre elas, ressalta-se aquelas iniciativas voltadas à integração do apenado à sociedade.</p> <p>Nesse sentido, a FGTAS, por meio do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA), em parceria com a SUSEPE e a FASE, propõe o desenvolvimento de Cursos de Qualificação Profissional em Artesanato, em consonância com políticas de ressocialização e com a missão de formação, qualificação profissional.</p> <p>Os cursos pautam-se pela abordagem de técnicas diversas, ministradas por profissionais e com metodologia e carga horária adequada aos grupos. Como resultado, cada apenado receberá o reconhecimento profissional, com a obtenção da Carteira do Artesão pelo PGA, além do cadastro no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).</p> <p>Esta proposição visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e autoestima dos participantes, preparando e aprimorando-os para a convivência e reintegração à sociedade, resgatando valores e a crença em um futuro socialmente digno. Com isso, o projeto estima contribuir para a redução dos índices de reincidência criminal. Desta forma, em conjunto com as parcerias mencionadas e prospectando a sustentabilidade do projeto, a FGTAS cumpre parte de suas atribuições de inserção, qualificação e orientação para o trabalho, promovendo ações para o cumprimento dos objetivos do PGA e ao mesmo tempo fomentando a reintegração social e o exercício de cidadania pelos apenados.</p>



--

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Redução dos índices de retorno à criminalidade; aumento das oportunidades de trabalho, emprego e renda aos egressos do sistema prisional; qualificação dos trabalhadores e fomento à capacidade produtiva.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério da Economia
Ministério do Trabalho e Previdência

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social
5030 - Promoção da Cidadania

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.
1232 - Integrar ações intersetoriais, especialmente nas áreas de atividade física, esporte e lazer, cultura e desenvolvimento social com o objetivo de promover a cidadania em territórios de vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva
210D - Fomento à Inovação, Empreendedores, Artesãos e Empresas
20GG - Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

1.680 homens e mulheres em cumprimento de pena nos Centros Prisionais do Estado e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Rio Grande do Sul. Serão beneficiados indiretamente familiares dos internos e a comunidade como um todo.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Programa do Artesanato Brasileiro - PAB; Secretaria de Segurança, Secretaria da Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo; Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda; Superintendência dos Serviços Penitenciários; e Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição Kit material permanente - Módulo Básico + Avançado	Quantidade	140	254.226	24
Aquisição de combustível para deslocamento - caminhão PGA - Oficinas Itinerantes	Litros	12000	43.080	24
Aquisição combustível para deslocamento - Acompanhamento e fiscalização	Litros	6000	28.800	24
Diárias para pernoite e deslocamento	Quantidade	264	32.472	24
Diárias para pernoite e deslocamento - Motorista caminhão	Quantidade	132	16.236	24
Curso Básico de Artesanato (contratação de artesão instrutor)	Quantidade	80	107.456	24
Aquisição Kit material de custeio - Módulo Básico 20 horas	Quantidade	80	297.521	24
Curso Avançado de Artesanato (contratação de artesão instrutor)	Quantidade	60	161.184	24
Aquisição Kit material de custeio - Módulo Avançado 40 horas	Quantidade	60	357.025	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1199	INCLUSÃO SOCIAL DE IMIGRANTES POR MEIO DO TRABALHO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Oferta de cursos de Iniciação, Capacitação, Qualificação Profissional e Língua Portuguesa aos imigrantes e refugiados residentes no Estado do Rio Grande do Sul.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 1.796.000

OBJETIVO
Oportunizar o acesso a cursos de Língua Portuguesa e cursos de iniciação, de capacitação e de qualificação profissional. Os mesmos são fundamentais nos processos de integração local, social e laboral dos imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Precária inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro decorrente das barreiras linguísticas e da baixa qualificação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O RS foi um dos locais que mais acolheu imigrantes e refugiados nos últimos anos, especialmente Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos. Segundo informações do Relatório Anual 2018: migrações e mercado de trabalho no Brasil, a região Sul recebeu 22,7% da população migrante, sendo que destes, 7% concentram-se no Estado. O Perfil dos Imigrantes no RS, estudo divulgado em 2020 pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG), com base nos registros de atendimentos do SUS e do CadÚnico, aponta para um contingente de 50 mil residentes no RS provenientes de outros países. Quase 19 mil desses imigrantes estão registrados no CadÚnico, sinalizando a situação de vulnerabilidade social que essa população enfrenta. O acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho é precário, sendo que cerca da metade dos inscritos no CadÚnico têm rendimentos que os colocam como extremamente pobres.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O Brasil é internacionalmente reconhecido como um país acolhedor. Em 2020, foram concedidos 26,8 mil asilos, o maior número até então (Fonte: ACNUR). Mesmo assim, pessoas migrantes e refugiadas encontram muitas dificuldades para se integrar e serem incluídas na sociedade. Quando chegam, e nos anos iniciais, não conhecem a língua, não dispõem de renda, alimentos, moradia e emprego, encontrando-se em precárias condições de vida. Faz-se necessária uma gestão pública migratória com ações voltadas a acolher e desenvolver ações que instrumentalizem e minimizem as fragilidades existentes e que possibilitem uma real inserção local, inclusive de agentes públicos para serviços de atendimentos aos imigrantes e refugiados nas várias áreas de atuação governamentais. Dados obtidos na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (munic 2018) apontam que nos centros urbanos do Centro-Sul é onde se verifica a presença mais relevante de imigrantes e refugiados. Mais da metade dos municípios (44) encontram-se na Região Sul do País, com destaque para o RS, onde existem associações presentes em 18 municípios. Desta forma é possível organizar ações inclusivas em vários eixos, um deles é o voltado para o trabalho, onde os mesmos podem, inclusive, serem instrutores de oficinas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Contribuir no processo de cidadania dos imigrantes e refugiados, auxiliando para sua inclusão, integração local, social e laboral. Espera-se também promover um maior acesso ao trabalho, com aumento de informações, sensibilização e cursos profissionais. Atingir uma maior qualificação e abrangência nas ações voltadas ao atendimento de migrantes e refugiados, com maior alcance, eficiência e integração. Diminuir a desigualdade e as condições de vulnerabilidade social através de ações educativas e de desenvolvimento.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério da Cidadania Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social 2210 - Empregabilidade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais. 1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
20GG - Promoção da Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Pobreza 20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
324 imigrantes e refugiados residentes no Estado do Rio Grande do Sul e seus familiares.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Secretaria de Trabalho e Assistência Social do RS e Prefeitura Municipal.	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ajuda de custo para os alunos (transporte e alimentação)	Quantidade	324	567.000	12



Capacitação profissional - 160 horas - 12 alunos/turma.	Quantidade	324	675.000	16
Monitoria em recreação	Horas	5400	405.000	15
Capacitação em português com foco para o mundo do trabalho - 40 horas - 12 alunos/turma.	Quantidade	324	149.000	13

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1200	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ademilson Couto de Arruda	51 32846021	ademilson-arruda@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Promoção de cursos de Qualificação Social e Profissional.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 3.600.000

OBJETIVO
Viabilizar condições para garantir a qualificação social e profissional de trabalhadores, com qualidade e efetividade, para buscar melhores condições de inserção, reinserção e permanência no mercado de trabalho e, também, buscar atender às necessidades reais dos setores da economia.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Crescimento do desemprego e baixa qualificação profissional dos trabalhadores.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com a PNADC (IBGE), o RS registrou uma taxa de desocupação de 8,1% no 4º trimestre de 2021. Embora se observe uma recuperação, quando comparado ao 3º trimestre de 2021 e ao mesmo trimestre de 2020, ainda são 500 mil pessoas em busca de uma oportunidade de emprego. Já a taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 16,9% no Estado, o que representa um contingente de 1.084 mil pessoas. Ainda, entre os ocupados, são 1.874 mil pessoas no mercado de trabalho informal, o que corresponde a 33% do total de ocupados no Rio Grande do Sul. Segundo Walter Rodrigues, técnico do IBGE no RS, em matéria divulgada no site Gaúcha ZH, existem fortes indícios do peso da ausência de capacitação nos resultados da PNADC.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A proposta busca contemplar a necessidade de qualificação fundamentada nos estudos sobre a situação do mercado de trabalho do Estado, identificando alterações econômicas que direcionem a absorção e/ou retração de mão-de-obra. Conjuntamente, o país passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente no Estado. Mesmo com essas dificuldades, o Rio Grande do Sul vem atuando no sentido de estimular o processo de desenvolvimento, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de investimentos e geração de trabalho e renda. Há importantes empreendimentos em andamento, ou previstos, em todo o Estado, provocando grandes mudanças para a economia. As perspectivas de abertura de novos postos de trabalho, graças à expansão e inauguração de novas empresas, vai incrementar o processo de inserção no emprego, bem como demandar encaminhamento para a Qualificação Social e Profissional.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Inserção produtiva dos trabalhadores envolvidos, de forma célere, para que possam compor a renda familiar mensal. Este impacto na família, alivia a tensão da sobrevivência, se possível, e possibilita que estes possam, paulatinamente, recompôr sua capacidade de consumo o que, por decorrência, dá fôlego aos donos de negócios, notadamente no entorno dos domicílios dos trabalhadores. Esse movimento nunca se esgota no próprio trabalhador capacitado, beneficiando sua comunidade, pois, sendo consumidor, fará parte da demanda que movimentará algum grupo de produção, que por sua vez atuará em outra esfera de produção e assim, consecutivamente.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério do Trabalho e Previdência Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
1.800 trabalhadores desempregados e suas famílias.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Camaquã, Canguçu, Caxias do Sul, Erechim, Novo Hamburgo, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, Uruguaiana e Vacaria	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cursos de qualificação de trabalhadores realizados	Quantidade	1800	3.600.000	18

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;



Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1201	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O COMÉRCIO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Promoção de cursos de qualificação profissional para os trabalhadores do setor do comércio.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 125.000

OBJETIVO
Viabilizar condições para garantir a qualificação profissional de trabalhadores com qualidade e efetividade, buscando melhores condições de inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. Também buscando atender as necessidades reais do setor do comércio.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Crescimento do desemprego decorrente da pandemia por Covid 19 e agravado pela baixa qualificação profissional dos trabalhadores do comércio.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com a PNADC (IBGE), o RS registrou uma taxa de desocupação de 8,1% no 4º trimestre de 2021. Embora se observe uma recuperação quando comparado com o 3º trimestre de 2021 e ao mesmo trimestre de 2020, ainda são 500 mil pessoas em busca de uma oportunidade de emprego. Já a taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 16,9% no Estado, o que representa um contingente de 1.084 mil pessoas. Ainda, entre os ocupados, são 1.874 mil pessoas no mercado de trabalho informal, o que corresponde a 33% do total de ocupados. Segundo Walter Rodrigues, técnico do IBGE no RS, em matéria divulgada no site Gaúcha ZH, existem fortes indícios do peso da ausência de capacitação nos resultados da PNADC.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A proposta busca contemplar a necessidade de qualificação fundamentada nos estudos sobre a situação do mercado de trabalho do Estado, identificando alterações econômicas que direcionem a absorção e/ou retração de mão-de-obra. Conjunturalmente, o país passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente no Estado. Mesmo com essas dificuldades, o Rio Grande do Sul vem atuando no sentido de estimular o processo de desenvolvimento, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de investimentos e geração de trabalho e renda. Há importantes empreendimentos em andamento, ou previstos, em todo o Estado, provocando grandes mudanças para a economia. As perspectivas de abertura de novos postos de trabalho, graças à expansão e inauguração de novas empresas, vai incrementar o processo de inserção no emprego. Com isso, esse projeto busca contribuir positivamente para a inserção do trabalhador nesse mercado em vias de se expandir dentro de um contexto de pós-pandemia.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Inserção produtiva dos trabalhadores envolvidos, de forma célere, para que possam compor a renda familiar mensal. Este impacto na família, alivia a tensão da sobrevivência, se possível, e possibilita que estes possam, paulatinamente, recompor sua capacidade de consumo o que, por decorrência, dá fôlego aos donos de negócios, notadamente no entorno dos domicílios dos trabalhadores. Esse movimento nunca se esgota no próprio trabalhador capacitado, beneficiando sua comunidade, pois, sendo consumidor, fará parte da demanda que movimentará algum grupo de produção, que por sua vez atuará em outra esfera de produção e assim, consecutivamente.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	100 trabalhadores desempregados no setor do comércio e seus familiares.
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	Rio Grande do Sul
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso/Qualificação de trabalhadores do setor do comércio	Quantidade	100	125.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;



Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1202	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Promoção de cursos de qualificação profissional para os trabalhadores do setor da construção civil.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 125.000

OBJETIVO
Viabilizar condições para garantir a qualificação profissional para os trabalhadores do setor da construção civil, com qualidade e efetividade, buscando melhores condições de inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho, bem como atender as necessidades reais do setor.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Crescimento do desemprego, agravado pela baixa qualificação profissional dos trabalhadores do setor da construção civil.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com a PNADC (IBGE), o RS registrou uma taxa de desocupação de 8,1% no 4º trimestre de 2021. Embora se observe uma recuperação quando comparado com o 3º trimestre de 2021 e ao mesmo trimestre de 2020, ainda são 500 mil pessoas em busca de uma oportunidade de emprego. Já a taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 16,9% no Estado, o que representa um contingente de 1.084 mil pessoas. Ainda, entre os ocupados, são 1.874 mil pessoas no mercado de trabalho informal, o que corresponde a 33% do total de ocupados. Segundo Walter Rodrigues, técnico do IBGE no RS, em matéria divulgada no site Gaúcha ZH, existem fortes indícios do peso da ausência de capacitação nos resultados da PNADC.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A proposta busca contemplar a necessidade de qualificação fundamentada nos estudos sobre a situação do mercado de trabalho do Estado, identificando alterações econômicas que direcionem a absorção e/ou retração de mão-de-obra. Conjuntamente, o País passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente no Estado. Mesmo com essas dificuldades, o Rio Grande do Sul vem atuando no sentido de estimular o processo de desenvolvimento, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de investimentos e geração de trabalho e renda. Há importantes empreendimentos em andamento, ou previstos, em todo o Estado, provocando grandes mudanças para a economia. As perspectivas de abertura de novos postos de trabalho, graças à expansão e inauguração de novas empresas, vai incrementar o processo de inserção no emprego. Com isso, esse projeto busca contribuir positivamente para a inserção do trabalhador nesse mercado em vias de se expandir dentro de um contexto de pós-pandemia.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Inserção produtiva dos trabalhadores envolvidos, de forma célere, para que possam compor a renda familiar mensal. Este impacto na família, alivia a tensão da sobrevivência, se possível, e possibilita que estes possam, paulatinamente, recompor sua capacidade de consumo o que, por decorrência, dá fôlego aos donos de negócios, notadamente no entorno dos domicílios dos trabalhadores. Este movimento nunca se esgota no próprio trabalhador capacitado, beneficiando sua comunidade, pois, sendo consumidor, fará parte da demanda que movimentará algum grupo de produção, que por sua vez atuará em outra esfera de produção e assim, consecutivamente.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
60 trabalhadores desempregados e seus familiares.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso/Qualificação de trabalhadores para o setor da construção civil.	Quantidade	60	125.000	18

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;



Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1204	CICLO DE FEIRAS DE ARTESANATO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Realização de um ciclo de feiras de artesanato Sul-Brasileiro no Rio Grande do Sul.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 480.000

OBJETIVO
Promover um ciclo de feiras de artesanato Sul-Brasileiro no Rio Grande do Sul, a fim de identificar e fomentar novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e à comercialização dos produtos artesanais.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Oportunizar melhores resultados para os artesãos do RS, com incremento de venda e novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e à comercialização dos seus produtos.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. Segundo dados do Programa Gaúcho de Artesanato (PGA), no ano de 2018, foi lançada em notas fiscais a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões. O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), instituído pela Portaria nº 1.007/2018, destaca, entre seus eixos e estratégias, a ampliação do acesso a mercados consumidores e qualificação dos artesãos no que diz respeito às práticas gerenciais e produtivas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>O artesanato expressa a cultura e a identidade de um povo. Cada produto artesanal traz impresso a sua origem, sendo capaz de traduzir a sua identidade regional. É considerado patrimônio cultural imaterial por se caracterizar pelas práticas do conhecimento do indivíduo. No Rio Grande do Sul, há atualmente mais de 7 mil artesãos cadastrados e ativos no Sistema de Cadastro do Artesão Brasileiro (SICAB). O PGA, instituído pela Lei nº 13.518/2010, é responsável pela execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade artesanal no estado e tem mais de 56 mil artesãos cadastrados. O artesanato constitui-se também como um significativo setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda.</p> <p>Tendo como base essa experiência, a FGTAS, por meio do PGA, propõe a realização do Ciclo de Feiras do Artesanato Sul-Brasileiro. A proposta consiste na realização de três feiras em diferentes regiões do estado (Litoral, Missões e Serra) propiciando a participação de artesãos gaúchos, bem como dos outros estados da região Sul. Esses artesãos terão na feira não apenas um espaço para exposição e comercialização de produtos, mas também de qualificação, por meio de palestras e oficinas inseridas na programação. Essa qualificação abordará técnicas de venda, de exposição das mercadorias e de gestão do negócio, assim como a importância do associativismo artesão para lograr maior competitividade. A programação de 5 dias também inclui rodadas de negócio com fornecedores (para articular compras coletivas ou parceria de descontos para artesãos cadastrados no PGA), com lojistas (para vendas em maior escala), com atores públicos municipais (para fomentar o estabelecimento de canais permanentes ou periódicos de comercialização, por meio da criação de novas Casas e Lojas do Artesão e/ou da transformação da feira em um acontecimento periódico) e com instituições de microcrédito (para possibilitar a ampliação dos negócios por meio do acesso ao microcrédito).</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Essas ações garantem a ampliação do mercado consumidor e a sua consolidação para artesãos, que fazem parte de um dos grupos mais afetados pela crise econômica.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
Artesãos cadastrados e com carteira vigente do Programa do Artesanato Brasileiro/PAB e do Programa Gaúcho de Artesanato/PGA. As três feiras proporcionarão espaços para no mínimo 360 artesãos exporem e comercializarem suas produções artesanais. Também serão beneficiados empreendedores do setor de serviços alimentícios ambulantes. No total, serão disponibilizados 100 espaços para comercialização de alimentos ao público visitante, estimado em 300 mil pessoas.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Coredes Serra, Litoral, Missões	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Secretaria de Trabalho e Assistência Social e Prefeitura Municipal.	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Serviços de publicidade	Quantidade	3	60.000	24



Serviços gráficos	Quantidade	3	30.000	24
Serviço de locação de infraestrutura	Quantidade	3	390.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1205	FOMENTO AO ARTESANATO GAÚCHO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisição de estruturas móveis de armação, no formato de tendas desmontáveis e personalizadas, para exposição de produtos artesanais a serem desenvolvidas em 11 Agências de Desenvolvimento Social (ADS) representadas pela FGTAS no RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
20	R\$ 320.000

OBJETIVO
Disponibilizar infraestrutura de apoio à comercialização de produtos artesanais, favorecendo a retomada da geração de renda própria no momento pós-pandêmico.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A ausência de estruturas móveis, com padrão e identidade própria relacionado ao artesanato gaúcho, dificulta a visibilidade das iniciativas, reduzindo expansão das vendas e maior relacionamento com o público consumidor que frequenta feiras e eventos no Estado do Rio Grande do Sul.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. Atualmente, o Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) tem mais de 57.000 artesãos e artesãs cadastrados. Segundo dados do PGA, no Rio Grande do Sul, em 2018, foi lançada em notas fiscais a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março de 2021, com 6.228 de pequenos negócios, mostra que o segmento de artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo. As perdas de faturamento, que no final de novembro estavam na casa de 33%, aumentaram agora, com o maior isolamento social, para 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. A ausência de estruturas físicas para promoção de exposições e feiras restringe a geração de renda e desenvolvimento do segmento em benefício de artesãos e suas famílias.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Atualmente, o PGA tem mais de 57.000 artesãos e artesãs cadastrados. Este cadastro proporciona, entre outras vantagens, o impulso à divulgação e comercialização da sua produção em eventos, alavancando potenciais turísticos, valorizando identidades regionais, possibilitando o aumento e a qualificação de alternativas sustentáveis, inovadoras e competitivas de geração de renda em um mercado em crise e, portanto, excludente. Entende-se que o empreendedorismo e a economia solidária e criativa são fundamentais para o alcance de resultados efetivos para os profissionais do segmento. As ações de apoio e incentivo ao segmento qualificam o desenvolvimento cultural, profissional, social e econômico, contribuindo inclusive para a economia local e o desenvolvimento de grupos produtivos organizados. Dentre as iniciativas ao fomento dessa atividade, a FGTAS propõe a disponibilização de dez estruturas desmontáveis (tendas/barracas) para cada uma das onze Agências de Desenvolvimento Social que representam a Fundação no interior do estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
A aquisição proporcionará auxílio do poder público na retomada de feiras e espaços de exposição e comercialização pós pandemia, com melhor aproveitamento das oportunidades e melhoria das condições de participação dos artesãos em feiras, festas, eventos e exposições, espaços privilegiados de venda e de compartilhamento de experiências e de informações.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
1.600 artesãos e artesãs inscritos no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA), além de famílias e grupos organizados por meio de Associações.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Prefeitura Municipal e setoriais do Estado.	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Tendas disponibilizadas ao artesão como espaço de comercialização	Quantidade	110	320.000	20



ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020–2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1206	CASA DO ARTESÃO - ESPAÇO CONCEITO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Disponibilização de espaço conceito na forma de Casa do Artesão, em imóveis cedidos pelo poder público, contemplando adequações na fachada e de mobiliário, tendo como base as diretrizes do Programa Gaúcho de Artesanato (PGA).

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 475.000

OBJETIVO
Disponibilizar aos artesãos e artesãs espaços conceito na forma de Casa do Artesão (fachada, mobiliário, atendimento), a fim de criar um espaço de referência para a comercialização do artesanato gaúcho e contribuir para o desenvolvimento regional, a divulgação da cultura regional e a geração de trabalho e renda.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
No Rio Grande do Sul, a produção artesanal é vendida basicamente em comércio físico, lojas colaborativas, feiras e eventos locais. Com as medidas restritivas da pandemia, os pontos de venda fecharam e a classe foi fortemente afetada, muitos ficaram praticamente sem renda por vários meses. Muitos espaços não reabriram, seja por falta de demanda, seja por falta de recursos para manter os espaços. O espaço físico estimula o contato direto do artesão com o cliente, trazendo informações importantes. Um espaço mal localizado, feio, desorganizado e com um mau atendimento inevitavelmente transmitirá uma imagem negativa na percepção do visitante, que, além de falar mal, deixará de comprar. Sabe-se que uma região onde por muito tempo o artesanato não é valorizado, certos produtos não estarão disponíveis a qualquer momento e nem haverá quantidade suficiente para atender a certos pedidos. Portanto, a criação do espaço da Casa do Artesão, garantirá a oferta constante de produtos com qualidade e aumentará as vendas de cada artesão, valorizando a cultura local.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com a coordenadora nacional de negócios de artesanato do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Durcelice Mascêne, os artesãos foram muito prejudicados pela pandemia, principalmente pelo cancelamento de eventos, como grandes feiras, onde costumavam comercializar seus produtos. A queda do faturamento já era esperada diante da realidade da pandemia, mas houve grande impacto nos negócios do segmento. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março de 2021, com 6.228 de pequenos negócios, mostra que o segmento de artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo. As perdas de faturamento, que no final de novembro estavam na casa de 33%, aumentaram com o maior isolamento social, para 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. Ou seja, o movimento de recuperação das vendas dos pequenos negócios foi interrompido.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
Os produtos artesanais reforçam sentimentos de pertencimento a identidades regionais. Assim, o artesanato de outras regiões do país não é como o produzido no RS. E mesmo dentro do estado há variações: o que se faz nos pampas, talvez não se faça no litoral, nas missões ou na serra; os descendentes de alemães, italianos, poloneses cultivam técnicas diferentes das encontradas entre populações indígenas ou quilombolas. A riqueza do artesanato é justamente a capacidade de carregar essa multiplicidade nos seus produtos. Talvez, por isso, os turistas encantam-se tanto pelos artesanatos. Quando se visita uma região, não raro, busca-se algum souvenir que represente o lugar, e os artesanatos têm essa capacidade de remeter ao lugar onde são produzidos. Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. No RS, o PGA é responsável pela execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade artesanal no estado, somado às diretrizes e ações do Programa do

Artesanato Brasileiro (PAB). Essa combinação coliga artesãs e artesãos que preservam as tradições artesanais do estado e, simultaneamente, tiram seu sustento dessa atividade. Segundo dados do PGA, no RS, em 2018, foram lançadas em notas fiscais a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões. Tendo em vista o potencial comercial da atividade artesanal e também seu aspecto cultural, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), instituição responsável pela execução do PGA, propõe o novo formato para estabelecimento de Casas do Artesão. Essas casas serão espaços conceito e irão seguir um modelo de autogestão, em que as associações selecionadas via edital de chamamento público, acolherão os artesãos com registro vigente no PGA, organizando-se e mantendo o funcionamento das casas. O atendimento ao público será realizado mediante um revezamento entre os artesãos expositores. O PGA, além do processo de seleção, que garante a qualidade do material exposto, atua no fomento do associativismo entre os selecionados. Também promove cursos que visam a qualificação do atendimento e o aumento das vendas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se fortalecer o artesanato gaúcho. O projeto terá impactos positivos no desenvolvimento do artesão que, além da promoção comercial, terá mais facilidades para acesso a cursos, palestras e serviços públicos locais. O projeto aproximará aqueles que buscam desde suvenires a produtos de valor histórico-cultural. Incentivo ao comércio local e apelo turístico para a região de instalação.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

2.200 artesãos e artesãs inscritos no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA), além de famílias e grupos organizados por meio de Associações.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, Secretarias de Estado do Turismo e Desenvolvimento e Prefeituras Municipais.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto/loja Divulgado	Quantidade	9	10.000	24
Curso EAD de Gestão voltado à comercialização realizado	Quantidade	9	0	24
Artesãos Selecionados via Edital chamamento público	Quantidade	9	0	6
Espaço e mobiliário implantados	Quantidade	9	450.000	24
Projeto Designer Elaborados	Quantidade	9	15.000	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1207	ARTESANATO BEM-FEITO, NEGÓCIO BEM-SUCEDIDO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Realização de uma trilha de palestras, microcursos, cursos, disponibilizados em plataforma de eventos online e em administração de negócios.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 126.000

OBJETIVO
Qualificar a atuação dos artesãos gaúchos no mercado, otimizar seus negócios, oportunizar ganhos de renda e produtividade.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Reduzida qualificação do artesão gaúcho quanto aos novos processos e formatos de negócios, em especial quanto aos avanços relacionados à tecnologia, decorrentes da mudança do comportamento do consumidor. Perda de oportunidade de geração de renda por meio do mercado digital.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com a Coordenadoria Nacional de Negócios de Artesanato do SEBRAE, os artesãos foram muito prejudicados pela pandemia, principalmente pelo cancelamento de eventos, como grandes feiras, onde costumavam comercializar seus produtos. Conforme pesquisa conjunta entre o SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas, observa-se que o segmento do artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo. As perdas de faturamento, com o maior isolamento social, chegaram ao patamar de 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. O que sugere a necessidade que esses profissionais explorem oportunidades, seja por meio de capacitação ou de integração a um mercado digital como forma alternativa de reverter essas perdas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
No Rio Grande do Sul, há atualmente mais de 8 mil artesãos cadastrados e ativos no Sistema de Cadastro do Artesão Brasileiro (SICAB). No Programa Gaúcho de Artesanato (PGA), instituído em 2010, são mais de 56 mil artesãos cadastrados. Além do aspecto cultural, o artesanato é um setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda. Estimativas do IBGE apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. Segundo dados do PGA, no ano de 2018, foram lançadas em notas fiscais no RS a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somaram mais de R\$ 33 milhões. A habilidade empreendedora e comercial, de planejamento e de gestão do negócio, nem sempre andam juntas com o saber-fazer das técnicas artesanais. Aliado a esse cenário, as restrições advindas com a pandemia por Covid-19 afetaram sobremaneira a atividade artesã, seja pela impossibilidade de realização de feiras e venda presencial, seja por serem 40% dos artesãos integrantes do grupo de risco. Com isso, o desafio às políticas públicas, além de proporcionar alternativas para mitigar os efeitos da pandemia, é aliar um artesanato bem-feito com um negócio bem-sucedido. Sendo assim, essa proposta se justifica tanto por fomentar maiores ganhos em termos de qualificação do negócio artesão, como por buscar superar as perdas para esse importante segmento econômico.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Tornar o artesão mais empreendedor, gerando mais renda, e, ao mesmo tempo, valorizar os produtos artesanais do Estado, incentivando o aumento da produtividade dos artesãos.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL



FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

O público prioritário deste projeto piloto são os 12.000 artesãos cadastrados no Programa Gaúcho do Artesanato - PGA e no Programa do Artesanato Brasileiro - PAB. Em segunda chamada, os eventos estarão abertos ao público de empreendedores, enquanto autônomos, microempreendedores individuais, micro ou pequenos empreendedores, associados, artesãos rurais ou organizados sob outras formas de arranjos produtivos regularizados.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeitura Municipal, Universidades Federais, Universidades Comunitárias

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Serviços de reprografia disponibilizados	Quantidade	3000	15.000	3
Plataforma contratada	Quantidade	1	1.000	1
Serviço de consultoria (Instrutor) contratado	Horas	220	110.000	4

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1208	QUALIFICAÇÃO PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Promoção de cursos de qualificação para profissional autônomo, para a geração de trabalho e renda.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 2.900.000

OBJETIVO
Qualificar e profissionalizar trabalhadores autônomos e microempreendedores, visando aumentar a taxa de sucesso e de produtividade dos negócios próprios.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A capacitação de profissionais autônomos e microempreendedores é um processo necessário para a permanência e manutenção dos seus negócios e atividades. De março a agosto de 2020, o RS registrou a criação de 54,4 mil novas Microempresas Individuais (MEI), em média, 297 novos cadastros/dia. Nos primeiros quatro meses do ano de 2020, o RS registrava um total de 608.490 MEI identificadas no Portal do Empreendedor. Em meio a um cenário de pandemia, em abril de 2020, o país registrou um aumento de 98 mil novas microempresas. Mesmo com os números de aumento de crescimento de MEI, também houve o aumento do número de desempregados no país.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
De acordo com dados da pesquisa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), referente ao trimestre encerrado em novembro de 2020, e divulgada pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em janeiro de 2021, a taxa de desemprego foi de 14,1%, somando um número estimado de 14 milhões de desempregados no país. Entre outros dados, o levantamento apontou que no período, o mercado informal teve um crescimento acentuado, com empregados no setor privado sem carteira de trabalho chegando a 11,2%, somando um total de 9,7 milhões de pessoas. Sendo assim, a taxa de informalidade chegou a 39,1% da população identificada como ocupada, o que representa 33,5 milhões de trabalhadores informais, e na pesquisa trimestral anterior, a taxa de informalidade ficou em 38%. No período da pesquisa houve um decréscimo da população informal, que antes respondia por cerca de 89%, e passou a contabilizar 62%. Mesmo assim, o período avaliado contabilizou o crescimento de 1,4 milhão de pessoas no contingente de trabalhadores atuando por conta própria, gerando um resultado de 22,9 milhões.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) atende um público que frequenta as agências Sine na busca de oportunidades de trabalho, mas muitas dessas pessoas têm um perfil empreendedor e vislumbram essa possibilidade de capacitação e qualificação para implementar os seus negócios. A oferta de capacitação que auxilie esse público é uma necessidade cada vez mais latente, uma vez que os profissionais que atuam de forma autônoma, ou que abrem MEI, buscam fortalecer os seus negócios. Cursos de qualificação profissional podem ser presenciais ou por meio de aulas remotas em plataformas de ensino, podendo ser abrangidos vários tipos de formações para capacitar o trabalhador autônomo e microempreendedor.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Fomento à qualificação do profissional autônomo e do microempreendedor; ampliação e qualificação do processo produtivo, gerencial, de distribuição e visibilidade do seu produto/negócio.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
Serão 1080 trabalhadores autônomos, em situação de desemprego, subemprego, ou em condições de trabalho precário beneficiados diretamente. Serão beneficiados indiretamente familiares, comunidade local e fornecedores de produtos e insumos para a realização	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (STER) e Prefeituras Municipais.	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Voucher para Cursos de Qualificação Profissional de 160 horas adquiridos	Quantidade	1080	2.900.000	18

ASPECTOS RELEVANTES



Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1209	DESIGN DE PRODUTO APLICADO AO ARTESANATO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Capacitação em design territorial, visitas técnicas, oficinas de mídias sociais e elaboração de design gráfico próprio à produção de artesãos das populações tradicionais.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 245.000

OBJETIVO
Promover capacitações a artesãos de populações tradicionais, a fim de potencializar a geração de renda dessas comunidades, preservando, também, o patrimônio cultural imaterial que representam.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Os povos e comunidades tradicionais, para os quais o artesanato possui enorme importância simbólica e financeira, vêm encontrando dificuldade de retirar seu sustento da produção e comercialização do seu artesanato tradicional. Os desafios enfrentados para obtenção de matérias-primas e para a comercialização das peças artesanais, agravadas pela a pandemia de Covid-19, bem como a pouca valorização dos produtos artesanais pelo público consumidor, representam a esses coletivos um duplo prejuízo: a precarização das condições de vida e o risco de desaparecimento de técnicas artesanais intimamente ligadas a sua cultura.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
A Lei Estadual nº 15.539, de 4 de novembro de 2020, reconhece o artesanato produzido e comercializado diretamente pelas comunidades indígenas como de relevante interesse cultural do Estado. Aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa, o projeto de lei registra em sua justificativa que muitas comunidades indígenas organizadas têm uma produção de artesanatos para a manutenção de seus núcleos familiares de forma rústica e manual. Contudo, a produção de artesanato realizada pelos integrantes de tais comunidades encontra dificuldades de comercialização, pois de modo geral, não há políticas públicas capazes de absorver a demanda e encaminhá-la de forma adequada no comércio local. No mesmo sentido, aponta matéria publicada no site da Funai em 2018, que refere cerca de 230 famílias indígenas do noroeste do RS que encontram na produção artesanal a principal fonte de renda e subsistência das aldeias Kaingang, localizadas em Iraí, Vicente Dutra e Lajeado do Bugre. A servidora Maryjara Mazzocato Dazzi, da Coordenação Técnica Local da Funai em Iraí/RS destaca que além da importância econômica, a atividade artesanal representa o resgate de aspectos culturais imprescindíveis à própria identidade indígena. "Sem a prática do artesanato, sua tradição cultural morrerá", explica. Apesar de sua importância, o fazer artesanal dessas comunidades, que estão restritas a pequenos territórios e aldeamentos, enfrenta grandes dificuldades com a escassez de matéria prima para confecção das peças e a necessidade de viajar a outras cidades para comercializá-las.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O artesanato é uma forma de expressão cultural comumente vinculada ao território e à comunidade que a produz. Além do aspecto cultural, o artesanato é um setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda. Estimativas do IBGE apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. O Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) tem atualmente mais de 56 mil artesãos cadastrados. Segundo dados do PGA, no ano de 2018, foi lançada em notas fiscais no RS a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, somando mais de R\$ 33 milhões. Entre os povos e comunidades tradicionais, o artesanato possui inegável relevância na vida cotidiana, implicando tanto na preservação da cultura quanto no sustento material das comunidades. No livro Garimpo das Artes Artesanais do RS: saberes e fazeres (2015), Letícia de Cássia reúne relatos e imagens de artesãos de povos e comunidades tradicionais, indígenas (Kaingang, Charrua, Guarani) e quilombolas. Em comum, todos referem a intimidade entre o artesanato e a identidade cultural do seu povo. O artesanato é também muitas vezes a principal fonte de renda dessas comunidades. Referindo-se aos Kaingang residentes no noroeste gaúcho, Maryjara Mazzocato Dazzi, servidora da Funai, revela que desde pequenas, as crianças aprendem a fazer tudo.

Para os indígenas, “problema” é a criança ou o jovem não aprender, não saber confeccionar artesanato, pois não saberá ganhar seu sustento. Entretanto, embora o artesanato seja fundamental para os povos e comunidades tradicionais, a produção artesanal destes grupos não encontra reconhecimento semelhante junto ao público consumidor. À esta realidade se somam a dificuldade de acessar as matérias primas tradicionais e os diversos entraves para o escoamento da produção artesanal.

Considerando esse cenário, o projeto em questão visa a promoção de capacitações em design territorial a artesãos de 10 comunidades tradicionais no RS, a fim de potencializar a geração de renda dessas comunidades, preservando, também, o patrimônio cultural imaterial que representam. Com metodologia sensível às especificidades locais, que permite conhecer e entender os fazeres tradicionais, para então capacitar e fomentar a produção e comercialização, esta proposta contempla a possibilidade dos grupos imprimirem suas culturas em novos produtos, adequarem produtos já existentes, conquistarem novos mercados e aumentarem o valor agregado de seus produtos finais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se impactar positivamente as condições de vida das populações tradicionais do Estado do Rio Grande do Sul, promover o reconhecimento e a valorização do artesanato dos povos e comunidades tradicionais junto à sociedade como um todo.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

250 artesãos e artesãs de 10 comunidades de populações tradicionais (indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas) inscritos no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA). Serão beneficiados também famílias e demais membros das comunidades contempladas pelo projeto.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 1, Região Funcional 2, Região Funcional 3, Região Funcional 4, Região Funcional 5, Região Funcional 6, Região Funcional 7, Região Funcional 8 e Região Funcional 9

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, Prefeitura Municipal, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda - STER, Secretarias de Estado do Turismo e Desenvolvimento.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Oficina Design Territorial	Quantidade	10	100.000	18
Visita Técnica/Diagnóstico Design	Quantidade	10	35.000	18
Design Gráfico: Criação de marca/logotipo e identidade visual	Quantidade	10	65.000	18
Oficina Mídias Sociais	Quantidade	10	45.000	18

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1210	MAPEAMENTO DOS MESTRES-ARTESÃOS DO ARTESANATO GAÚCHO

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Mapeamento, documentação e publicação de material referentes aos mestres artesãos do artesanato gaúcho.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 270.000

OBJETIVO
Mapear os mestres-artesãos do artesanato gaúcho, a fim de contribuir para a documentação e divulgação de saberes, ofícios e modos de fazer do artesanato gaúcho.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Parcela significativa do patrimônio imaterial gaúcho está em risco de perder-se, em função da ausência de processo de registro e de documentação dos mestres artesãos gaúchos que possibilite a transmissão de suas técnicas e saberes às novas gerações.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O desaparecimento das técnicas artesanais tradicionais é um fenômeno observado nas mais distintas regiões do Brasil. Diante disso, o Plano Setorial do Artesanato (2016-2025), parte do Plano Nacional da Cultura (PNC), já vem destacando “a necessidade inadiável de repasse de técnicas tradicionais, tendo em vista a expectativa de vida dos antigos mestres artesãos”. No caso do Rio Grande do Sul, a situação não é diferente, onde, por exemplo, os números de registros de guasqueiros, artesãos da transformação do couro-cru, técnica relacionada à figura do gaúcho, a despeito de sua relevância cultural, apresentava apenas 55 registros de pessoas habilitadas para a técnica em 2021, conforme estimativa do Programa Gaúcho de Artesanato (PGA).

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
As técnicas artesanais, especialmente as típicas das populações que compõem a sociedade gaúcha, constituem-se em traços importantes das manifestações culturais regionais e dos processos de identificação socioculturais, compondo parte relevante do nosso patrimônio imaterial. Tais práticas artesanais, no entanto, correm o risco de desaparecer, em função da não transmissão para as novas gerações das técnicas de transformação das matérias-primas. Nesse cenário, o mapeamento e a conseqüente valorização dos mestres artesãos assumem potencial de reversão desse processo. Com isso, cadastrar os mestres-artesãos do artesanato gaúcho e catalogar seus modos de fazer significa também registrar parcela importante do patrimônio imaterial do estado, ameaçada de perder-se. Diante disso, o presente projeto planeja mapear os mestres-artesãos do artesanato gaúcho, a fim de contribuir para a documentação, salvaguarda e divulgação de saberes, ofícios e modos de fazer do artesanato gaúcho, por meio de perfis de mestres-artesãos, foto livro e filmes documentários em curta metragem.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Valorização dos mestres artesãos e de suas práticas artesanais. Divulgação das práticas artesanais tradicionais das populações que compõem a sociedade gaúcha. Transmissão às novas gerações das práticas artesanais tradicionais das culturas regionais. Reconhecimento das práticas artesanais como patrimônios culturais imateriais do Rio Grande do Sul. Fomento às cadeias produtivas da economia criativa e do turismo de base comunitária, fatores geradores de trabalho e renda.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado
PÚBLICO-ALVO	
20 artesãos gaúchos, que, conforme a Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018, constituem-se como mestres-artesãos, isto é, artesãos que ensinam técnicas artesanais e são reconhecidos comunitariamente como mestres. Serão beneficiados indiretamente familiares e comunidade local.	
LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
Rio Grande do Sul	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS	
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social	
ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS	
Secretaria de Trabalho e Assistência Social	

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Criação de procedimentos de cadastro dos mestres-artesão.	Quantidade	8	0	3
Levantamento dos mestres-artesãos.	Quantidade	9	0	9



Publicitação do material coletado	Quantidade	1	42.000	6
Perfis dos mestres-artesãos.	Quantidade	20	28.000	4
Registros audiovisuais e fotográficos das técnicas artesanais.	Quantidade	40	200.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para Transferência Especial.



Nº	PROJETO
1244	PLATAFORMA RS STARTUP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Everaldo Daronco	51 32881055	everaldo-daronco@sict.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Desenvolvimento um ecossistema de plataforma para conexão e colaboração aberta das startups.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 1.000.000

OBJETIVO
Integrar as diferentes iniciativas do ecossistema de startups do Rio Grande do Sul, por meio de uma plataforma colaborativa aberta on-line.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Ausência de interlocução entre as diversas partes interessadas do ecossistema de startups do Rio Grande do Sul e desperdício de escassos recursos públicos e privados na promoção do empreendedorismo de base tecnológica.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
Existem muitas iniciativas para o ecossistema de startups no RS e no Brasil. Diferentes atores estão realizando de forma isolada, como por exemplo: hubs de inovação, fomento ao ecossistema, associações, comunidades em geral.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
A plataforma dará visibilidade às diversas ações e projetos em desenvolvimento no Estado, possibilitando que empreendedores de base tecnológica e gestores de ambientes de inovação tenham conhecimento de oportunidades de participação, no caso dos primeiros, e de colaboração interinstitucional, no caso dos segundos. Destarte, poupar-se-á recursos públicos e privados ao incentivar-se a colaboração.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Maior participação de empreendedores em programas públicos e privados de apoio a startups, especialização das instituições atuantes na temática, resultando em um sistema mais maduro e com maior retorno sobre cada Real investido.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS
Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável; 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1197 - Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

20UQ - Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil;

20V6-Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo;

210C-Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato;

210D-Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

2.000 empreendedores das startups gaúchas. Serão beneficiados também governos municipais e estadual, entidades de ensino, empresas em geral (grandes, médias, pequenas, microempresas, MEI), entidades da sociedade civil ligadas ao ecossistema de startups do RS e ambientes de inovação.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SPGC e PROCERGS.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Plataforma Colaborativa Online	Quantidade	1	1.000.000	12

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1254	IMPLEMENTAÇÃO METODOLOGIA BIM NO DAER

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lia Cateri Martinazzo	51 32105022	lia@daer.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Aquisições para a área de TI e contratação de serviços para capacitação de servidores, bem como procedimentos necessários para implantação da Metodologia de Modelagem de Informação da Construção (BIM) no DAER-RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.500.000

OBJETIVO
Fomentar a implantação de novas ferramentas digitais e metodologias de elaboração de projeto, orçamento e fiscalização das obras estaduais, em busca de inovação tecnológica, modernização de processos, maior transparência, controle e otimização de recursos.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Atender ao Decreto nº 10.306, de 2020, que estabelece a utilização do Building Information Modelling - BIM ou Modelagem da Informação da Construção na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia, realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling- Estratégia BIMBR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O Governo Federal instituiu sua utilização em obras públicas com recursos federais, a partir do Decreto Federal nº 9.377/18. De forma gradual, os estados terão que adotar BIM para execução de obras com recursos de transferências voluntárias da União. É muito importante capacitar o Estado no uso de BIM, especialmente o DAER, grande executor de obras públicas, para que seja possível melhorar sua gestão e dar continuidade à aplicação de recursos federais.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>O Estado tem a necessidade de qualificação dos projetos, orçamentos e execução das obras públicas, por meio da adoção de novos processos e tecnologias, em busca de maior eficiência e assertividade na execução dos recursos públicos destinados a obras, com diminuição de prazos, retrabalhos e aditivos.</p> <p>A melhoria da gestão de projetos e obras públicas é fundamental para um novo patamar de desenvolvimento, uma vez que a falta de governança nas obras públicas acarreta mau uso de recursos e prejudica toda a sociedade, com implicações de natureza política, econômica e social.</p> <p>A Metodologia de Modelagem de Informação da Construção (BIM) já é utilizada mundialmente e sua utilização no Brasil é crescente. Na esfera pública brasileira ainda é incipiente, mas esforços têm sido empregados para sua disseminação. O Estado do Paraná já é uma referência entre as unidades da federação.</p> <p>O Governo Federal instituiu sua utilização em obras públicas com recursos federais, a partir do Decreto Federal nº 9.377/18. De forma gradual, os estados terão que também adotar BIM para execução de obras com recursos de transferências voluntárias da União. Assim, é muito importante capacitar o Estado no uso de BIM, especialmente o DAER, executor de obras públicas, para que seja possível melhorar sua gestão e dar continuidade à captação e execução de recursos federais.</p>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE
Uma noção completa do projeto antes da execução, maior precisão dos projetos sendo possível testar soluções previamente assim como possibilidades de execução, dimensionamento de equipes e os efeitos em prazo e custo de qualquer alteração no projeto, conseqüentemente os imprevistos, riscos e problemas são reduzidos e as melhores decisões são tomadas, resultando em um menor custo de execução.



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO
Trabalho e Desenvolvimento Econômico
MINISTÉRIOS
Ministério da Economia
PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.
AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022
210D - Fomento à Inovação, Empreendedores, Artesãos e Empresas

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bens e serviços	Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO
Órgãos demandantes como Secretarias de Estado e órgãos ligados aos governos federais e municipais, além de prestadores de serviços relativos a projetos e obras públicas de engenharia rodoviária, além da sociedade gaúcha, usuária da malha rodoviária.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
DNIT

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Servidores capacitados.	Quantidade	60	500.000	18
Equipamentos adquiridos.	Quantidade	12	450.000	16
Instruções de Serviço atualizadas.	Quantidade	1	300.000	24



Comunicação através de plataforma WEB implantada.	Quantidade	1	450.000	18
Diagnóstico e Modelagem realizados.	Quantidade	1	600.000	16
Licenças de softwares renovadas.	Quantidade	10	200.000	7

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1278	1ª FEIRA NACIONAL DO PAB – “MÃOS E TRAÇOS DO RS E BRASIL”

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Promoção e realização da 1ª FEIRA NACIONAL DO PAB – “Mãos e traços do RS e Brasil”, no município de Porto Alegre/RS.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 850.000

OBJETIVO
Fomentar a atividade artesanal e cultural, destacando a qualidade, a diversidade de técnicas, materiais, experiências e iniciativas e valorizar o artesanato como objeto de estudo e preservação, enquanto representação do patrimônio cultural brasileiro.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Inexistência de espaços de comercialização da produção artesanal riograndense vinculado ao cronograma de feiras nacionais do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
O PAB tem como iniciativa apoio a feiras e eventos em nível municipal, estadual e nacional. As feiras nacionais têm por objetivo destacar o artesanato brasileiro de todas as regiões do país, sendo o espaço de comercialização disponibilizado às coordenações estaduais do artesanato, responsáveis pela seleção dos profissionais artesãos e das peças que serão comercializadas. Este tipo de evento é fundamental para a promoção da diversidade cultural, incentivo à comercialização de produtos e ao turismo no Estado. Deste modo, desenvolver a Feira Nacional do Artesanato no Estado do Rio Grande do Sul é contribuir com essas atividades, além de gerar emprego e renda, a um circuito de consumo mais atrativo e ao circuito turístico, principalmente o de características culturais.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
<p>O artesanato expressa a cultura e a identidade de um povo. Cada produto artesanal traz impresso a sua origem, sendo capaz de traduzir a sua identidade regional. É considerado patrimônio cultural imaterial por se caracterizar pelas práticas do conhecimento do indivíduo.</p> <p>A produção artesanal possui significativa força comercial no Brasil, seja pelo aspecto extremamente diversificado, quanto pela crescente importância econômica que vem adquirindo. O mercado do artesanato possui, em média, R\$ 28 bilhões por ano de faturamento, emprega 8 milhões de pessoas e cresce a cada ano (SEBRAE, 2020). O artesanato, além de fazer parte da cultura local de cada região, é um setor da economia que possui alto potencial de crescimento e geração de empregos e renda. Também colabora com o desenvolvimento do turismo, pois o trabalho de milhares de artesãos impulsiona o mercado e atrai brasileiros e estrangeiros pela diversidade dos produtos.</p> <p>Uma das providências que visam incentivar a produção artesanal do Brasil é o PAB. Tem como objetivo fomentar e estimular a consolidação desse processo de transformação econômica, desenvolvendo atividades que visam valorizar o artesão brasileiro. No RS, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), vinculada a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda (STER), é a responsável pela gestão do artesanato no Estado, por meio do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA), que tem por missão incentivar a profissionalização dos trabalhadores que produzem artesanato e fomentar a atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e orientação ao artesão. O programa tem como foco a qualidade do produto artesanal e a abertura de espaços para a comercialização da produção dos artesãos. Atualmente, o PGA tem mais de 7 (sete) mil artesãos cadastrados e ativos no Sistema de Cadastro do Artesão Brasileiro (SICAB). Os artesãos cadastrados no PAB e no PGA têm como benefício a exposição e comercialização de seus produtos nas feiras e eventos que o programa participa e/ou promove.</p> <p>As Feiras de Artesanato são importantes para os artesãos, pois oportunizam que o profissional exponha e comercialize suas peças, tornando-se uma grande vitrine da regionalidade, mostrando o que tem de melhor para expor ao público. Para os consumidores torna-se uma excelente oportunidade de encontrar artigos personalizados, sem as</p>

características da produção industrial de grande escala, o que agrega valor inestimável ao produto. Diante do exposto, se pretende a inclusão da proposição no calendário de feiras de artesanato do Governo Federal, por meio de iniciativas do PAB.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Inclusão no calendário de eventos de Porto Alegre, como atividade de relevância social e cultural para o público visitante; promoção e visibilidade do artesanato gaúcho, com a construção de oportunidades de geração de renda aos expositores, com foco na exploração do mercado nacional e internacional (rodada de negócios).

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Serviços

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

250 artesãos registrados no Programa do Artesanato Brasileiro e o público visitante.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, Prefeitura Municipal, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda - STER, Secretarias de Estado do Turismo e Desenvolvimento

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Editais de Inscrição de Artesãos Publicado	Quantidade	1	0	24
Convites Formulados	Quantidade	1	0	24
Montagem de Feira Contratada	Quantidade	1	850.000	24
Parcerias Formadas		3	0	24

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.



Nº	PROJETO
1298	INCENTIVO, APOIO E ACESSORAMENTO AO TERCEIRO SETOR

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Denis da Silva Costa	51 32846008	denis-costa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

OBJETO
Implantar Programa de Apoio e Assessoramento às entidades da sociedade civil fomentadoras da atividade artesanal e de economia solidária.

PRAZO (MESES)	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 450.000

OBJETIVO
Apoiar na gestão, organização e planejamento para estruturação de projetos coletivos sociais, com direcionamento na captação de recursos junto aos órgãos de fomento.

SITUAÇÃO-PROBLEMA
Ausência de estrutura pública que qualifique e oriente as entidades do terceiro setor no quesito de gestão empresarial, em destaque do setor artesanal e de economia solidária.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA
No processo de implantação do Observatório do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul (OTS), no âmbito do Terceiro Setor gaúcho, que possui uma atuação histórica significativa, se identificou a necessidade de uma estrutura institucional, com vínculo acadêmico e pertencente ao setor, que pudesse ser uma referência para a sociedade, alimentando-a com informações capazes de revelar o perfil, o modelo de gestão e os impactos da sua atuação (ENAPEGS, 2010). Destaca-se a criação da Rede Parceria Social, que vem operando um novo modelo de gestão social, em que Estado, empresas e Terceiro Setor se articulam e se propõem a atender inúmeras demandas sociais. No Brasil, se pode constatar, por meio da 2ª edição da pesquisa intitulada: “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos” - FASFIL, que no ano de 2008, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceu 22,6%, passando de 276 mil para 338 mil em todo país. Na 1ª edição da pesquisa, a FASFIL destacou o crescimento de 157% do número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos entre os anos de 1996 e 2002. Tal constatação demonstra uma queda do percentual do crescimento dessas organizações, confirmando que a década de 1990 a 2000 foi um marco no que diz respeito ao crescimento acelerado do Terceiro Setor (BORDIN, 2009). Além disso, no cenário contemporâneo, marcado pela chamada crise do capital e pela necessidade de revisão do papel do Estado, as entidades do Terceiro Setor deverão ser capazes de desenvolver estratégias para fazer frente, tanto ao impacto que a crise financeira mundial pode causar ao seu funcionamento, quanto dar respostas às necessidades sociais emergentes. As entidades do Terceiro Setor vêm percebendo, igualmente, os efeitos da crise que configura um novo cenário, complexo e incerto, que se caracteriza pelo: agravamento das necessidades sociais, tendência da redução dos recursos públicos e privados, mudanças nas prioridades dos agentes envolvidos, dando ênfase não mais as prioridades dos financiadores, mas garantindo a coerência com a missão organizacional (VIDAL, 2008). A utilização da assessoria, como instrumento de trabalho, possibilita a constituição de importantes espaços de discussões compartilhadas e de problematização do cotidiano, desencadeando um processo de escuta junto aos trabalhadores e gestores e de contextualização da dinâmica organizacional do Terceiro Setor (Maciel e Fernandes, 2009).

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA
O atendimento das demandas e necessidades sociais e de mercado são preenchidas e atendidas parcialmente pela atuação dos setores da economia. Enquanto o primeiro e o segundo setores correspondem, respectivamente, ao Estado e aos entes privados com fins lucrativos (mercado), o terceiro setor é formado pelas organizações privadas sem fins lucrativos prestadoras de serviços públicos. Ele compreende o conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas em favor da sociedade, por organizações privadas não governamentais sem objetivo de obtenção de lucro, podendo ou não firmar parcerias com os outros dois setores em busca de investimentos. A concepção do terceiro setor como conhecemos hoje, expressa por uma cooperação entre a Administração Pública e a sociedade civil, com participação ativa, ocorre em decorrência da transformação dos arranjos de atividades estatais, tendo início



no século XX. Ao longo da história, é possível identificar que as carências sociais e os interesses da sociedade civil nem sempre conseguiam cumprir suas demandas, dado que uma das principais características de um Estado Liberal é a intervenção estatal mínima. A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, além das garantias concretas de direitos fundamentais, promoveu uma verdadeira colaboração entre o público e o privado a partir da abertura do Estado para a participação ativa da sociedade civil em suas decisões. O terceiro setor é um grande mobilizador de recursos, humanos e materiais, a fim de estimular iniciativas voltadas para o desenvolvimento social. Por conta disso, o avanço deste setor é considerado extremamente positivo para a sociedade, especialmente por suas características de ter se tornado uma grande força econômica e ser um grande gerador de renda mediante a oferta de bens e serviços. Percebe-se que a falta de recursos públicos para desempenhos de seus fins sociais acarreta sobrecarga na sustentabilidade do empreendimento social, sendo mantido principalmente por doações da iniciativa privada e por contribuição de seus próprios associados e/ou cooperados. Ausência de estratégias, planejamentos, organização administrativa e técnica projeta a instituição para cenários de dificuldades financeiras e de desenvolvimento de projetos próprios. O artesanato e economia solidária se enquadram com maior destaque nesses desafios, visto que não são pertencentes a políticas públicas de repasse financeiros já instituídos, como, a exemplo, para a política de assistência social, em que se tem a participação massiva de entidades do terceiro setor, com seu respectivo financiamento para a entrega de serviços públicos. Diante do exposto, advém a instalação de espaço de assessoramento, apoio e incentivo ao terceiro setor, especificamente atrelados ao setor cultural e de economia solidária, a fim de auxiliar na sua organização interna e de promover o acesso a fontes de recursos sustentáveis.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Oferta de serviço público ao terceiro setor, na gestão de empreendimentos sociais, com foco na captação de recursos públicos e privados, visando a gestão e sustentabilidade do negócio.

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÃO

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

MINISTÉRIOS

Ministério da Economia

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2022

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)

Serviços

SITUAÇÃO DO PROJETO

Projeto não iniciado

PÚBLICO-ALVO

900 entidades que congreguem artesãos e produtores culturais da economia solidária. Serão beneficiados indiretamente representantes de associações, familiares e comunidade local.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Grande do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, Prefeitura Municipal, Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda – STER, Secretarias de Estado do Turismo e Desenvolvimento.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Serviços de Consultoria Contratados	Quantidade	1	450.000	18

ASPECTOS RELEVANTES

Possui vinculação com o PPA Estadual 2020-2023;

Possui instrumento de programação no orçamento estadual de 2022;

Possui vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Monitorado como Projeto Estratégico do RS;

Indicado para transferência especial.

